

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NA REGIÃO DE
PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Joelma Cristina dos Santos

Presidente Prudente

2004

JOELMA CRISTINA DOS SANTOS

**O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NA REGIÃO DE
PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente para a obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

PRESIDENTE PRUDENTE

2004

JOELMA CRISTINA DOS SANTOS

**O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NA REGIÃO DE
PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GEOGRAFIA

Presidente e Orientador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Presidente Prudente, __ de _____ de 2004.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a prosseguir nos estudos mesmo diante das dificuldades; à minha irmã Bianca, que hoje com 09 anos de idade possa sonhar e construir um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas, das quais várias eu jamais poderei retribuir todo o apoio dado em diferentes momentos deste trabalho.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, que me ensinou a fazer pesquisa, me orientando desde a graduação, sendo que a sua seriedade e o seu compromisso com a Ciência são exemplos a serem seguidos por mim e por outros orientandos que desejam percorrer a mesma trajetória;

Às professoras Célia Maria Vieira de Medeiros e Ruth Y. Tsukamoto, pelas contribuições durante o Exame de Qualificação, as quais foram determinantes para a finalização deste trabalho;

Aos membros da GEDRA: Álvaro, Antonio Carlos, Célia, Érika, João, Lourdes, Marcos, Reolarde e, em especial ao Adriano, Celso, Cory, Elias, Evandro, José Alves, Miguel, Nivaldo, Noeli, Regiane, Robson, Rosângela e Wagner. Também agradeço à Adriana Salas, Elaine Mundim Bortoleto, Marcelo Chelotti e Luciene, a principal ovelha desgarrada do grupo;

Ao GEDRA, de um modo geral, por todas as discussões realizadas, por novos conhecimentos adquiridos sobre a Geografia e sobre a Questão Agrária. Este grupo foi fundamental durante a graduação e também durante a Pós-Graduação e infelizmente hoje estou distante, mas sinto falta dos debates estabelecidos nas reuniões;

Às funcionárias do Departamento de Geografia, Nair e Lúcia, sempre dispostas a atender em tudo que fosse possível;

Aos produtores de leite de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó, em especial aos produtores deste primeiro município, sendo que alguns foram entrevistados pela segunda ou terceira vez, haja vista a realização de pesquisa de iniciação científica neste município durante a graduação;

Ao presidente da associação de produtores de leite de Teçaindá, distrito de Martinópolis, Artur Muzzy Camarneiro, pelas informações concedidas durante a entrevista;

Aos funcionários das Casas de Agricultura dos municípios estudados: Carlos Tadeu do Nascimento, veterinário do município de Martinópolis, Amarílis Ros Golla, engenheira agrônoma de Regente Feijó e ao veterinário Fernando de Presidente Bernardes;

À Vanda Generosa dos Santos, atual presidente da COOLVAP que nos contextualizou sobre a crise enfrentada por esta cooperativa;

Ao gerente da unidade industrial da Vigor de Santo Inácio - PR, Sílvio de Jesus Ferreira Rosa, pela concessão de diversas informações sobre a empresa;

Ao contador da empresa Líder, Genílson Nascimento, pelas informações concedidas, e ao proprietário Aparecido Bazzeto Stuani, que em outro momento concedeu entrevista, que contribuiu para a elaboração deste trabalho;

Aos colegas do Curso de Graduação: Wadson, Patrícia Soraia, Jussara, Rodrigo, Roberto Garcia, Roberto França, Alexandre, Evandro, Patrícia Artuza, Jean Ítalo, Luiz e Evandro;

Aos colegas da Pós-Graduação: José Alves (Zé), Tânia, Robson, Roberto, Noeli, Cory, Karina, Paulinho, Júlia, Adriana, Luciano Pará, Solange, Márcio;

À Luciene (ovelha desgarrada) e ao Sérgio Ricardo pela amizade;

A todos aqueles que me auxiliaram na aplicação de questionários, em primeiro lugar ao meu pai que fez vários contatos com produtores de leite e até me acompanhou em algumas propriedades rurais;

Aos colegas que me auxiliaram não só na aplicação de questionários, sendo que alguns me auxiliaram em outros momentos da pesquisa, da universidade e mesmo da vida: Adriano, Adriana, Alexandre, Evandro, Moisés, Luciana Teixeira e Robson;

Ao Sérgio pela confecção dos mapas;

Ao João Fabrini, pela amizade e com quem venho aprendendo um pouco mais de Geografia e de universidade;

Aos colegas do Colegiado de Geografia da Unioeste de Marechal Cândido Rondon;

Ao Marcos, que durante algum tempo me mostrou o lado bom de Marechal Cândido Rondon, tendo me acolhido de forma especial;

E, por fim, e ao mesmo tempo em primeiro lugar, aos meus pais João e Edeilza, que sempre me incentivaram a prosseguir nos estudos, mesmo nos momentos de dificuldade, em especial ao meu pai, que sempre lutou para que eu tivesse uma vida melhor que a sua. Finalizando, à minha irmã Bianca, que hoje com apenas 09 anos de idade, espero vê-la trilhar os caminhos de uma universidade (pública, gratuita e de qualidade), o que parece cada vez mais difícil, mas deve fazer parte da nossa luta;

A todos aqueles que porventura eu tenha esquecido de mencionar, e àqueles que foram citados sem maiores considerações, saibam que de alguma forma me lembro de cada um, que foram e/ou são pessoas importantes para mim.

SUMÁRIO

ÍNDICE.....	ix
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xii
ÍNDICE DE TABELAS.....	xiii
RESUMO.....	xv
ABSTRACT.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 01 - FORMAÇÃO HISTÓRICA E EXPANSÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE E NOS MUNICÍPIOS DE MARTINÓPOLIS, PRESIDENTE BERNARDES E REGENTE FEIJÓ – SP....	20
CAPÍTULO 02 – A EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL E A (RE) CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO PERÍODO PÓS-1980.....	50
CAPÍTULO 3- O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166
ANEXOS.....	171

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 01 - FORMAÇÃO HISTÓRICA E EXPANSÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE E NOS MUNICÍPIOS DE MARTINÓPOLIS, PRESIDENTE BERNARDES E REGENTE FEIJÓ – SP....	20
1.1. O processo de colonização.....	21
1.1.1 A importância do café no Oeste Paulista.....	24
1.1.2. As empresas de colonização.....	26
1.1.3. A formação dos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó.....	27
1.2. A região de Presidente Prudente a partir dos anos 1920.....	30
1.3. Evolução da pecuária na região de Presidente Prudente.....	34
 CAPÍTULO 02 – A EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL E A (RE) CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO PERÍODO PÓS-1980.....	 50
2.1.A inserção da pecuária leiteira no Brasil.....	51
2.1.1. O início da pecuária leiteira no Estado de São Paulo.....	53
2.1.2.O cooperativismo leiteiro no Brasil.....	56
2.2. Mudanças no setor lácteo dos anos 1940 aos anos 1970.....	58
2.3. O processo de modernização da agricultura e a constituição dos complexos agroindustriais.....	59
2.3.1. O sistema agroindustrial do leite no contexto do processo de modernização da agricultura.....	62
2.4. O processo de reestruturação da indústria de alimentos no Brasil: o caso do setor de laticínios.....	65
2.5. A abertura da economia nacional e suas repercussões no sistema agroindustrial do leite.....	67
2.5.1. As importações de produtos lácteos e os reflexos do Plano Real para a cadeia produtiva do leite no Brasil.....	67

2.5.2. Redefinições na produção de leite no Brasil no contexto da incorporação de novas tecnologias.....	70
2.5.3. Novas formas de atuação dos laticínios x comportamento dos produtores.....	74
2.6. As estratégias das principais indústrias lácteas que atuam no Brasil.....	79
2.6.1. O crescimento da produção de leite longa vida no Brasil.....	84
2.7. Especialização x não-especialização da produção.....	87
2.8. As novas exigências para a produção de leite no Brasil e suas repercussões para os pequenos produtores.....	89
2.9. Algumas tendências para a produção de leite no Brasil nos próximos anos	92

CAPÍTULO 3- CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE.....

3.1. A dinâmica da atividade pecuária.....	97
3.2. O acesso à assistência técnica e à inseminação artificial.....	107
3.3. Principais problemas enfrentados e medidas apontadas pelos produtores de leite visando a permanência na atividade.....	112
3.4. Perfil dos produtores entrevistados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.....	119
3.5. A compreensão da legislação que regulamenta a produção de leite no Brasil entre os entrevistados.....	130
3.6. A produção de leite e derivados.....	134
3.7. A Atuação dos técnicos das Casas de Agricultura e associações de produtores rurais no sistema agroindustrial do leite nos municípios de Martinópolis, Regente Feijó e Presidente Bernardes – SP	142
3.7.1. A importância das associações de produtores rurais.....	147
3.8. A atuação dos laticínios Nova Esperança do Paraná LTDA, Vigor e COOLVAP na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP	149
3.8.1. A estrutura da S/A Fábrica de Produtos Vigor.....	149
3.8.2. A Líder Alimentos.....	153
3.8.3. A Cooperativa de laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP).....	155

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166
ANEXOS.....	171

ÍNDICE DE FIGURAS

01- Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: Divisão Municipal e área de estudo.....	28
02 – Dedicção dos produtores entrevistados à pecuária leiteira.....	101
03 – Principais raças criadas pelos produtores.....	103
04 - Alimentação do rebanho na safra.....	104
05 - Alimentação do rebanho na entressafra.....	104
06 - Idade de desmame dos bezerros.....	105
07 - Idade de reposição das matrizes.....	107
08 - Principais fatores que levam os produtores a recorrer à assistência técnica.....	109
09 – Principais problemas enfrentados pelos produtores de leite.....	114
10 - Foto de um regime de confinamento de gado de um produtor de Regente Feijó - SP.....	118
11 - Foto de ordenhadeira mecânica.....	119
12 - Equipamentos e estrutura dos produtores entrevistados para a produção de leite	125
13 – Número de produtores entrevistados que possuem tanque de expansão nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó – SP.....	128
14 - Planos dos produtores a partir da vigência da Portaria 56.....	133
15 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: Produção Municipal de Leite - 1990.....	136
16 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: Produção Municipal de Leite - 1996.....	137
17 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: Produção Municipal de Leite - 2002.....	138
18 - Principais derivados produzidos.....	142

ÍNDICE DE TABELAS

01 - Estrutura fundiária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente 1980-1996.....	41
02- Número de estabelecimentos da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente 1980-1996.....	42
03 - Evolução das áreas de pastagens e lavouras nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó – SP 1980 – 1996.....	45
04 - Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – 1980 - 1996	45
05 - Produção das principais lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - 1980 - 2002.....	46
06 - Produção de leite no Brasil e maiores estados produtores.....	86
07 - Efetivo bovino da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente 1980 - 2001.....	98
08 - Efetivo bovino dos municípios de martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó (1980 – 2002)	99
09 - Atividade pecuária.....	99
10 - Rebanho bovino dos produtores entrevistados.....	100
11 – Atividades concomitantes à pecuária de leite.....	101
12 - Produtores que recebem assistência técnica.....	109
13 - Segmentos que prestam assistência técnica aos produtores.....	110
14 - A utilização da inseminação artificial entre os produtores de leite entrevistados.	111
15 - Produtores que se utilizaram de financiamento voltado para a pecuária leiteira.....	115
16 - Destinação dada pelos produtores entrevistados ao financiamento.....	116
17 - Conjunto de medidas apontadas pelos produtores visando sua permanência na atividade.....	117
18 - Local de residência dos entrevistados.....	119
19 - Auxílio da família na pecuária leiteira.....	120
20 - Emprego do trabalho assalariado.....	120
21 - Mão-de-obra envolvida na atividade.....	121
22 - Tempo de dedicação à pecuária leiteira.....	122
23 - Instrução dos produtores entrevistados.....	122

24 - Área total das propriedades dos entrevistados.....	124
25 - Infra-estrutura e bens de consumo nas propriedades.....	124
26 – Relação dos tanques de expansão e produção de leite entre os entrevistados.....	126
27 – Preços de tanques de expansão.....	129
28 – Justificativa dos produtores favoráveis à Portaria 56.....	131
29 – Justificativa dos produtores contrários à Portaria 56.....	132
30 - Número de vacas ordenhadas e produção de leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente 1980 – 2002.....	134
31 – Número de vacas ordenhadas nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó 1980 – 2002.....	139
32 – Produção de leite nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó 1980 – 2002.....	139
33 – Produção de leite diária entre os entrevistados.....	140
34 – Média diária da produção de leite por vaca ordenhada.....	140
35 – Produção de derivados entre os entrevistados.....	141

RESUMO

A cadeia produtiva do leite no Brasil passou por importantes reformulações ao longo dos anos 1990, decorrentes da abertura da economia nacional, da desregulamentação do setor pelo governo federal e da importação de leite e derivados dos demais países do Mercosul. A partir desta reestruturação, a especialização na produção de leite passou a ser um requisito para os produtores, que em sua maioria não são especializados, pois a maioria dos produtores de leite brasileiros se dedica além da pecuária leiteira, à pecuária de corte. Nesse contexto, a Portaria 56, que regulamenta a produção de leite no Brasil, tem contribuído tanto para uma maior especialização desta atividade no país, como para a exclusão dos produtores que não têm condições de atender às suas exigências, como a aquisição do tanque de expansão, um equipamento que mantém o leite refrigerado, garantindo a sua qualidade. Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, predomina a pecuária de corte, porém a produção de leite também é importante, complementando a renda de vários produtores rurais. Nesta microrregião, atuam importantes empresas do setor lácteo nacional, como a Líder e a Vigor, além da COOLVAP, cooperativa que se encontra em fase de reestruturação. Estas empresas têm incentivado a aquisição de tanques de expansão pelos produtores, através de financiamentos, uma vez que estes equipamentos se constituem em pré-requisito para que muitos laticínios realizem a coleta do leite, porém na região em estudo predominam pequenos produtores, que mesmo diante destes incentivos, não têm condições de adquirir tal equipamento, e vêem a sua reprodução social comprometida. A pesquisa teve como objetivo principal analisar o sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente, no período compreendido entre 1980 e o início do século XXI, visando a constatar a importância econômica de tal atividade entre os produtores, uma vez que, atualmente, um número significativo se vê prestes a abandonar a atividade, por não dispor de recursos para se modernizar.

Palavras chave: Sistema Agroindustrial do leite, pequenos produtores, especialização, exclusão.

ABSTRACT

The productive cycle of milk in Brazil has passed by important changes during the years 1990, due to the opening of national economy, the deregulation of the sector ordered by the federal government and the importing of milk and its derivatives from other countries of Mercosul. From this reorganizing on the specialized production of milk became a previous requisite for the producers. Who in their majority are not specialized, as they dedicate, besides the milk production, for the cattle raising. In this context, the law number 56, which rules the milk production in Brazil, has equally contributed for a greater specialization of this activity in Brazil, and also for the exclusion of the producers who cannot adapt to its exigences, like the acquirement of the expansion tank, an equipment that keeps milk refrigerated, what guarantees its quality. In the Geographic Micro Region of Presidente Prudente, the cattle raising for oxen-stall predominates, but the milk production is also important, complementing the income of several rural producers. Inside this Micro Region, important companies of the national milk sector operate, like Líder and Vigor, besides Coolvap, a cooperative society that is in a reorganizing phase. These companies have incentivized the acquirement of expansion tanks by the producers, through financings, as these equipments constitute a precious requisite to many milk companies operate the milk collect, but in this region predominate small producers that even with this kind of incentives don't have conditions to acquire such equipment, and see their survival prejudiced. The research had the main purpose of analysing the agricultural industry system of milk in the Presidente Prudente Region, in the period between 1980 and the beginning of century XXI, intending to verify the economical importance of such activity between the producers, once that, nowadays, a significant number of them is almost abandoning the activity, for the lack of resources to modernize themselves.

Key-words: Milk Agricultural Industry System, Small Producers, specialization, exclusion

INTRODUÇÃO

A pecuária é uma atividade de grande relevância na região de Presidente Prudente, sendo que a produção de leite é um segmento que se destaca, devido ao seu caráter de complementaridade à renda dos pequenos produtores rurais. A produção de leite, via de regra não é especializada, porém, é praticada por produtores que estão incorporando progressivamente tecnologia ao processo produtivo, haja vista a utilização de tanques de expansão e ordenhadeiras mecânicas pelos produtores da região. Cabe ainda ressaltar que uma parcela considerável dos produtores mantém vínculos com o comércio informal de leite e derivados.

Neste trabalho, pretendemos verificar a importância social e econômica da produção de leite, bem como caracterizar os produtores e identificar como se dá a sua adequação às novas exigências sanitárias, bem como as suas manifestações de resistência a seguirem tais normas e ainda assim continuarem como produtores de leite.

O objetivo principal deste trabalho se constitui em analisar o sistema agroindustrial do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, tendo como unidades mais específicas de análise os municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó, no período que se estende de 1980 ao início do século XXI. A escolha destes municípios se justifica pelo fato de que no decorrer dos anos 1990, estes foram os três maiores produtores de leite desta microrregião.

Para atingir este objetivo, estabelecemos alguns procedimentos metodológicos, quais sejam:

- Realização de uma revisão bibliográfica sobre a agricultura brasileira, assim como uma revisão detalhada das principais mudanças ocorridas no sistema agroindustrial do leite no Brasil;
- levantamento de dados secundários junto às publicações da FIBGE (Censos Agropecuários, Pesquisa Pecuária Municipal), sendo que vários destes dados se encontram em tabelas, que foram analisadas no decorrer do texto;
- levantamento de dados de fonte primária, por meio da realização de entrevistas com 63 produtores, sendo 21 do município de Martinópolis, 20 de Regente Feijó e 22 do município de Presidente Bernardes. Os produtores entrevistados estão respectivamente cadastrados nos laticínios Líder, Vigor e COOLVAP. Após a organização e tabulação dos dados, procedeu-se a sua análise.

Este trabalho se encontra estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, tratamos de aspectos históricos da microrregião em estudo, visando a identificar os principais fatores que favoreceram a introdução da pecuária nesta região, e como a pecuária leiteira se inseriu em uma região em que predomina a pecuária de corte. As obras fundamentais para escrever este capítulo foram de Monbeig (1984), Abreu (1972), Leite (1972), Antonio (1984) e Medeiros (1996).

No segundo capítulo tratamos das principais mudanças ocorridas no sistema agroindustrial do leite no Brasil, tratando da abertura da economia nacional ao mercado internacional, das exigências da Portaria 56 e várias outras mudanças que nos permitiram traçar algumas perspectivas para o sistema agroindustrial do leite no Brasil nos próximos anos. As principais obras consultadas foram Mamigonian (1976), Fredericq (1981), Mazzali (2000), Cerri (2002), Jank & Galan (1998), Fonseca & Moraes (1999) e Bortoleto & Chabaribery (1998).

Finalmente, no terceiro capítulo, analisamos as particularidades da pecuária leiteira regional, a partir dos dados e informações obtidas por meio da aplicação de questionários junto aos produtores entrevistados. Foram fundamentais os trabalhos de Fabrini (2002), Oliveira (1991), Stevanato (2002), além de informações disponíveis no site www.milkpoint.com.br.

**01 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E EXPANSÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NA
REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE E NOS MUNICÍPIOS DE
MARTINÓPOLIS, PRESIDENTE BERNARDES E REGENTE FEIJÓ - SP**

CAPÍTULO 01 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E EXPANSÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE E NOS MUNICÍPIOS DE MARTINÓPOLIS, PRESIDENTE BERNARDES E REGENTE FEIJÓ - SP

A atual configuração da região de Presidente Prudente faz parte de um processo que se iniciou na segunda metade do século XIX, com a vinda de migrantes mineiros, passando pela marcha do café e a implantação da Estrada de Ferro Sorocabana no início do século XX.

Com o intuito de se compreender a formação histórica da referida região, julgamos necessário reportar ao processo de colonização e às primeiras fases que marcaram a economia regional. Neste contexto, trataremos da evolução da pecuária, considerando-se que a pecuária leiteira foi introduzida inicialmente em pequenas e médias propriedades, nas quais a pecuária de corte, predominante na região, era inviável economicamente.

Desta forma, neste capítulo enfocaremos as características do processo de formação da região, bem como a conjuntura de inserção da pecuária e as relações existentes entre a pecuária de corte e a pecuária de leite.

1.1.O processo de colonização da região

O processo de colonização da região está ligado à vinda de migrantes mineiros, após a decadência das minas e à existência de pastagens para o gado, uma vez que em suas regiões se dedicavam, dentre outras atividades à pecuária.

A marcha pioneira não ocorreu de forma pacífica, pois os precursores mineiros se depararam com obstáculos, que os impediam de ocupar efetivamente a região, como a forte presença de grupos indígenas que não eram ligados economicamente ao movimento de expansão.

A respeito do contato entre índios e brancos, Monbeig (1984) ressalta que estes foram quase sempre sangrentos e que pouco se sabe sobre a localização dos principais grupos indígenas e seus respectivos gêneros de vida. Todavia, este autor enfatiza que os Xavantes algumas vezes se relacionavam e trabalhavam para os brancos, incorporando gradativamente a cultura destes.

Dessa forma, houve grande dificuldade para a entrada dos migrantes mineiros, pois os índios, primeiros a desmatar as florestas e aproveitar o solo, não se mostraram receptivos aos novos conquistadores das zonas pioneiras.

Cabe ressaltar que os grupos indígenas não raramente atacavam os mineiros com atrocidade, sendo que muitas vezes os pioneiros e suas famílias eram assassinados e suas casas destruídas, apoderando-se os índios de suas armas e utensílios.

Dessa forma, Abreu (1972) descreve o relacionamento entre mineiros e indígenas neste momento histórico da seguinte forma:

As relações com índios eram em geral, inamistosas e sangrentas. A posse da terra fazia-se à custa de muitas lutas e mortes.(...) Além das mortes, os índios infringiam também outros danos, destruindo as plantações, furtando o gado, incendiando as fazendas, atacando os trabalhadores nas plantações ou promovendo emboscadas nas estradas, deixando o sertanejo em constante estado de sobressalto. (ABREU, 1972, P.22-23).

Em contrapartida, os pioneiros respondiam aos ataques dos índios com igual brutalidade. Dessa forma, eram organizadas as dadas – expedições de caça aos índios – em que estes eram assassinados e até mesmo as crianças eram mortas com crueldade. As mulheres e rapazes eram levados como escravos para as fazendas dos novos habitantes do oeste paulista.

De acordo com Monbeig (1984) a oposição indígena se mostrou forte para frear o início do avanço pioneiro, entretanto a superioridade numérica dos colonizadores aniquilou o pequeno grupo indígena.

Os migrantes, em sua maioria se fixaram em regiões em que o plantio do café já estava consolidado. Todavia, outros procuraram se estabelecer em regiões mais distantes, como o oeste paulista, por exemplo, uma região que após a derrubada das matas, se adequaria perfeitamente à criação de gado, tal como estavam acostumados em Minas Gerais.

Dentre os pioneiros que merecem destaque na ocupação da região oeste do Estado de São Paulo, cabe mencionar o nome de José Teodoro de Souza, um mineiro de Pouso Alegre que reuniu a família e ocupou as terras virgens através da posse.

A região sudoeste do Estado de São Paulo era também chamada de Vale do Paranapanema ou Sertão do Paranapanema e, foi nessa região que um irmão de José Teodoro atingiu os ribeirões Laranja Doce e Anhumas, localidades próximas à nossa área de estudo.

De acordo com Monbeig (1984, p.135): “Os itinerários de José Teodoro correspondem precisamente aos campos que se estendem sobre boa parte do espigão situado entre o Paranapanema e o Rio do Peixe”. José Teodoro e seu irmão fizeram o possível para atrair o povoamento, sendo que os itinerários de penetração se converteram em pistas utilizáveis por cavaleiros e carros de boi.

Dessa forma, o povoamento da região oeste foi incentivado pelos mineiros. Tanto o solo, quanto à vegetação, que em algumas áreas predominavam densas florestas, e em outras o cerrado, atraíam aos novos habitantes provenientes de Minas Gerais, pois essa formação vegetal era adequada à criação de bovinos, bem como à criação de caprinos, eqüinos e suínos, atividades às quais os mineiros se dedicavam.

Assim, ocorria uma crescente valorização das terras, sendo que as matas eram destruídas, cedendo espaço para a agricultura, pecuária e criação de núcleos urbanos.

Neste contexto, cabe fazer menção à Lei de Terras, ou Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, através da qual ficava proibido o acesso às terras devolutas a não ser pela compra.

A respeito da Lei de Terras de 1850, Martins (1979) ressalta que esta representava um instrumento legal e jurídico para efetivar o monopólio de classe sobre a terra, com o Estado do lado do grande fazendeiro - o que dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos.

A partir desta lei e de sua regulamentação seguiram-se outras leis que beneficiavam àqueles que já possuíam a terra através de posse mansa e pacífica, conforme demonstra Abreu (1972):

Em suma, todas elas permitiam a posse àqueles que a tivessem feito de maneira pacífica, proveniente de uma prioridade de instalação, isto é, que tivessem terras já cultivadas ou com um começo de cultura e habilitação permanente do ocupador ou de algum preposto seu. (ABREU, 1972, p. 26).

De acordo com Antonio (1984), além dos fazendeiros desempenharam papel importante nesta fase os grileiros, os colonos, o coronel e a massa dos pioneiros.

Os grileiros desempenharam um importante papel no processo de ocupação da região, pois segundo Monbeig (1984), numa região pioneira era muito difícil encontrar o primeiro ocupante, assim como atestar a titularidade das propriedades.

Considerando-se que houve doação de terras devolutas e que os ocupantes e posseiros dificilmente possuíam títulos de propriedade, os grileiros tiveram uma importância relevante no movimento pioneiro, pois foram eles que deram início à especulação sobre o valor das terras.

Neste contexto, Antonio (1984) faz a seguinte referência aos grileiros:

Eles não tinham intenção de ocupar e explorar a terra, mas apenas de especular com ela. Obtinham sobre águas vendidas ou não, com os proprietários de outras águas. Muitas estavam abandonadas por seus legítimos donos que pretendiam explorá-las mais tarde. (ANTONIO, 1984, p. 85).

Este autor ressalta que os grileiros falsificavam os títulos de compra e os registravam em cartório. Com o título de compra falsificado se apossavam da terra e iniciavam a cultura, a criação ou a vendiam, especulando com a valorização trazida pelo café.

Antes de enfatizar a importância do café nas zonas pioneiras, convém discutir a frente de expansão e a frente pioneira, sendo que a população de precursores pertence à primeira e aqueles que deslocaram a fronteira econômica pertencem à segunda.

À frente de expansão se deu através dos precursores, ou seja, os índios e os mineiros, que foram os primeiros a tomar a iniciativa da prática das roças, e para tanto se utilizavam as queimadas. De acordo com Antonio (1984), essa prática possivelmente originou os campos existentes no interior do Estado de São Paulo, que mais tarde foram ocupados pelos mineiros.

Cabe ressaltar que a frente de expansão é representada pelo ocupante e o posseiro. Todavia, a frente pioneira é representada pelos fazendeiros, grileiros e companhias de terras.

Antonio (1984) enfatiza que: “A frente de expansão, embora sendo uma faixa povoada, não constituiu uma frente pioneira porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado.” (ANTONIO, 1984, p. 89). Outrossim, este autor enfatiza que a frente pioneira se caracteriza pela instalação de empreendimentos econômicos e dessa forma se apresenta integrada à economia de mercado.

É nesta fase que ocorre a efetivação da colonização e surge uma estrutura agrária voltada para a economia de mercado. Neste contexto surge o café, que vem valorizar as terras do oeste paulista.

1.1.1. A importância do café no oeste paulista

Após a sua ocupação, o oeste do Estado de São Paulo é procurado pelos plantadores de café, cultura implantada nas áreas em que predominavam as terras roxas e nos espigões divisores.

Com a expansão do café na região, a demanda por terras cresceu, o que provocou a sua valorização, conforme demonstra Abreu (1972).

O café valorizou e povoou as terras “descobertas” pelos povoadores mineiros. Esta colonização foi feita de modo original, pois além dos proprietários das zonas cafeeiras mais antigas, que abriam novas fazendas aproveitando a boa situação do café, veio o negociante de terras para adquirir glebas com as quais pudesse especular com os que chegassem depois. Ambos utilizaram recursos legítimos e ilegítimos para obter terras e daí os “grilos”. (ABREU, 1972, P. 36).

Neste contexto, o café foi o responsável direto pelo povoamento do oeste paulista, especialmente da Alta Sorocabana que obteve elevada produção de café nos primeiros anos após a retirada das matas.

O café provocou a especulação das terras, principalmente através dos loteamentos. Segundo Abreu (1972) os especuladores retalhavam suas terras em pequenas propriedades e as vendiam a prazo para pessoas de “poucas posses”, incluindo os imigrantes. Este autor conclui que o sistema de loteamento foi rendoso, se dedicando a ele também os fazendeiros, com o intuito de financiar suas plantações. “Assim, o planalto ocidental conheceu ao lado do latifúndio cafeeiro, a pequena propriedade explorada pelo colono e sua família”.(ABREU, 1972, p. 37).

Desse modo, verifica-se que nessa região ocorreu o parcelamento de grandes fazendas para os imigrantes, sobretudo os estrangeiros, ao contrário do que ocorria nas áreas cafeeiras em que predominava a parceria e o colonato, conforme ressalta Antonio (1984).

A ferrovia, no caso a Estrada de Ferro Sorocabana representava o transporte rápido e seguro do café até o Porto de Santos. A esse respeito Abreu (1972, p. 38) afirma que: “A ferrovia foi importante na economia cafeeira, sendo uma das vigas de sua infra-estrutura.” A estrada de ferro favoreceu a ocupação e o aproveitamento do solo e contribuiu para o surgimento de vários núcleos urbanos, além de facilitar a comunicação desses com os grandes centros.

O povoamento da Alta Sorocabana se intensificou com os primeiros trens. Neste âmbito, Monbeig (1984) ressalta que:

[...] Enquanto na Noroeste os trilhos haviam precedido o pioneiro, o que em outras áreas não havia acontecido, na Alta Sorocabana, além de Assis, o que houve foi sincronismo entre a marcha do povoamento e o avanço da estrada de ferro. (MONBEIG, 1984, p. 197).

No que diz respeito à instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana nos municípios que compõem a nossa área de estudo, cabe ressaltar que a estação de Martinópolis foi inaugurada em 1917, sendo que em 1919 ocorreu a inauguração das estações de Regente Feijó e Presidente Bernardes, antiga Guarucuia.

Cabe salientar que a expansão cafeeira, a instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, bem como a especulação com terras caracterizou o povoamento da Alta Sorocabana.

1.1.2. As empresas de colonização

Na década de 1920 o comércio de terras foi intenso na Alta Sorocabana, todavia os títulos de propriedade não eram seguros, por serem as terras devolutas, conforme enfatizam diversos autores, dentre eles Leite (1998) e Monbeig (1984).

De acordo com Monbeig essa região interessou mais aos loteadores do que aos fazendeiros. Dessa forma, surgiram as empresas de colonização, que incentivaram o povoamento, através do comércio de terras até então inexploradas.

Dentre as companhias de colonização que se sobressaíram no comércio de terras, merece destaque a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio fundada pelo Coronel José Soares Marcondes em 1920. Esta companhia surgiu num momento de valorização das terras da região, devido à expansão do café. Dessa forma, o comércio de terras adquiria um novo caráter especulativo.

Alguns dos objetivos da Companhia Marcondes se constituíam em: fundar núcleos coloniais; fracionar a terra em pequenos lotes e vendê-la; construir estradas vicinais, de ferro e quaisquer outras vias de comunicação.

Além da companhia Marcondes, outras empresas de colonização atuaram na região, como a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso, Companhia dos Fazendeiros de São Paulo, Colonização Martins, Companhia Antonio Mendes Campos Filho, dentre outras, conforme destaca Leite (1972).

Uma outra empresa de loteamento que também contribuiu na organização espacial da Alta Sorocabana foi a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que atuou na região através da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (C.A.I.C), que realizou loteamentos em Martinópolis.

A Companhia dos Fazendeiros de São Paulo tinha terras a partir de Regente Feijó, sendo que “os loteadores de terras formavam vários “núcleos colonizadores”, por exemplo, em Regente Feijó”. (MONBEIG, 1984, p. 203).

Várias cidades da região se originaram de antigos patrimônios fundados pelas Companhias como Rancharia, Pirapózinho, Presidente Prudente (em parte), Martinópolis, entre outras, conforme ressalta Leite (1972). Essas empresas se beneficiaram da ferrovia e da valorização do café na década de 1920.

1.1.3. A formação dos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó

Discorrer sobre a formação dos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó nos remete aos desbravadores, à estrada de ferro, às companhias de colonização e à vinda de imigrantes, fatores que caracterizam a formação de toda a Alta Sorocabana. Assim, consideramos necessário realizar uma breve explanação sobre a formação de cada um dos municípios que compõem a nossa área de pesquisa, ressaltando suas especificidades. Na figura 01 tem-se a localização desses municípios.

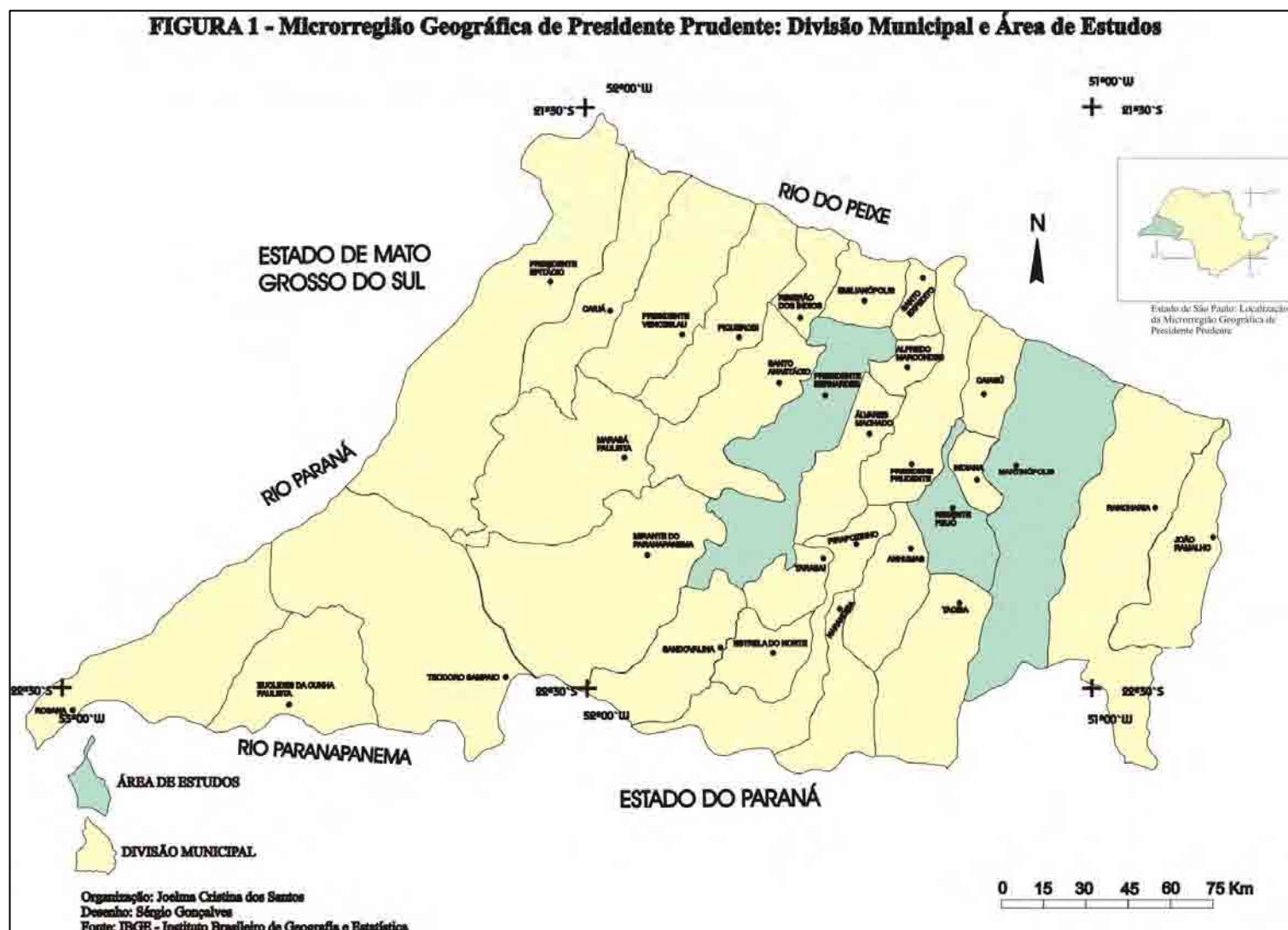
A história do município de Martinópolis tem início em meados do século XIX, com a vinda de um grupo de migrantes mineiros liderados por José Teodoro de Souza, que buscava se apossar de grandes extensões de terras.

A posse de José Teodoro de Souza equivalia a mais de oito vezes a área atual do município, sendo que na época a mesma era de 9.000 Km². Essa extensão territorial sofreu várias transformações e adaptações entre o final do século XIX e o início do século XX e, atualmente a área de Martinópolis, um dos maiores municípios do Estado de São Paulo, é de 1096 Km².

No início do século XIX estava aberta a estrada boiadeira, que facilitava a passagem do gado bovino. Esta estrada ligava o mercado produtor de gado (Mato Grosso) ao mercado consumidor (São Paulo), atravessando as imediações da atual represa de Martinópolis. Quanto aos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, estes chegaram em Martinópolis em 1917, atraindo muitos plantadores de café.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, aumentou a procura por terras para o plantio do café. Neste período surgiram grandes empresas colonizadoras, dentre elas a Colonização Martins, fundada pelo Coronel João Gomes Martins que, responsável pela colonização de parte da Alta Sorocabana, tomou posse do então povoado de José Teodoro, que hoje é o município de Martinópolis. O distrito de José Teodoro foi elevado à categoria de município em 1939, tendo sua denominação alterada para Martinópolis, em homenagem ao Coronel João Gomes Martins.

Quanto à formação do município de Presidente Bernardes, este se originou da divisão de dois grandes imóveis, que tinham como limite natural o divisor de águas entre as bacias do rio do Peixe e Paranapanema, local onde seriam implantados os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana.



A organização espacial do município de Presidente Bernardes contou com a operação da Companhia Marcondes que, conforme enfatiza Abreu (1972) adquiriu uma área de cerca de 20.000 alqueires e a dividiu em pequenos lotes, vendendo-os em várias parcelas. Nessa época, o atual município de Presidente Bernardes era denominado Guarucaia, sendo que ao sul da estação de mesmo nome foi loteada grande parte do imóvel no início do povoamento, e ao norte da estrada de ferro, as terras passaram a ser loteadas a partir da atuação da Companhia Marcondes.

O povoado que deu origem a Presidente Bernardes foi elevado a distrito de paz em 1925, passando a constituir-se em município no ano de 1935, conforme ressalta Hespanhol (2000).

A formação do município de Regente Feijó se originou em 1906, conforme apontam Udenal & Faustino (1999). De acordo com esses autores, o Coronel Diederichsen destinou uma área de 24 hectares para a constituição do patrimônio da Memória, que mais tarde passou a ser denominado de Regente Feijó.

Em 1925 foi criado o distrito de Paz de Regente Feijó e, em 1935 o município de Regente Feijó, o qual sofreu vários desmembramentos a partir de 1938 até chegar à sua configuração atual.

Esses municípios passaram a expedir uma quantidade expressiva de café a partir dos anos 1920, em virtude das colheitas abundantes obtidas nas plantações dos primeiros anos, conforme ressalta Abreu (1972).

Cabe ressaltar que quando houve o desmembramento de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó do município de Presidente Prudente, esta cidade já ocupava uma posição de destaque na região e, portanto estes municípios, embora desmembrados continuavam subordinados a Presidente Prudente, como ocorria no período em que pertenciam politicamente ao município (Abreu, 1972). Essa condição, de certa forma persiste até os dias atuais, sendo Presidente Prudente a sede dessa microrregião, oferecendo uma maior diversidade de serviços, referentes à saúde, educação, comércio, dentre outros.

Neste âmbito, Abreu (1972) enfatiza que:

Isto porque de um lado os desmembramentos ocorridos em 1935 – Presidente Bernardes e Regente Feijó, e 1938 – Martinópolis, diminuíram a área do município, reduzindo a zona rural e conseqüentemente a população rural e por outro lado o núcleo urbano prudentino foi cada vez mais se especializando como centro regional comercial, industrial e de serviços, atraindo uma população interessada em desenvolver atividade não só para servir à população do município como de toda a Alta Sorocabana. (ABREU, 1972, p. 205).

No final da década de 1920 e início dos anos 30, a crise de 1929 provoca crise em todo o país que dependia essencialmente das exportações de café, e a região de Presidente Prudente também apresenta reflexos decorrentes desta crise.

1.2.A região de Presidente Prudente a partir dos anos 1920

O café foi o principal produto da agricultura prudentina nas décadas de 20 e 30, sendo o grande responsável pela colonização da região e pela fundação da cidade de Presidente Prudente, conforme observa Abreu (1972).

Dessa forma, a partir da década de 20 surgiram as primeiras levas de imigrantes e inicia-se a estruturação econômica baseada fundamentalmente no café, cujo apogeu da produção se deu por volta dos primeiros anos da década de 30, quando o oeste paulista contava com mais de 1 bilhão de pés de café.

A partir das aquisições de terras realizadas através das companhias de colonização, os proprietários assim que entravam nas terras, passavam a ter na cultura cafeeira a atividade econômica mais importante.

Todavia, além do café, realizava-se a plantação de outras culturas alimentícias. De acordo com Abreu (1972) “Entre as ruas dos cafeeiros, plantavam-se culturas anuais de milho, feijão e arroz, tanto para a manutenção da família como para pagamento da propriedade”.(ABREU, 1972, p. 100).

Neste contexto, cabe ressaltar que nesta nova fase de ocupação da região, o acesso à terra, devido às propriedades vendidas a prestação pelas empresas de colonização, se deu de forma mais “democrática” e surgiu um número significativo de pequenas e médias propriedades.

Dessa forma, passa a ocorrer na região a coexistência do latifúndio com a pequena propriedade. Os pequenos proprietários eram numericamente superiores, porém no que concerne à área possuída, a vantagem sempre esteve em poder dos latifundiários. Estes passavam a desempenhar o papel de líderes políticos, através do coronelismo.

Os coronéis manipulavam politicamente a população rural que, conforme enfatiza Abreu (1972) era incapaz de se fazer representar devido à sua fragilidade econômica.

O coronelismo vigorou por toda a década de 20 e somente com a revolução de 1930, os coronéis foram oficialmente substituídos na liderança política. Entretanto, mesmo distantes do poder, os coronéis ainda continuaram a exercer influência na política regional.

Outro fato importantíssimo que não pode deixar de ser mencionado, por ter influenciado não só a Alta Sorocabana, mas todo o país refere-se à queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. A esse respeito Furtado (1980) enfatiza que:

A produção de café, em razão de estímulos oficiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiram absorver duas terças partes da quantidade produzida. (FURTADO, 1980, p. 203)

Com a crise de 1929 a economia brasileira reage de forma negativa devido à grande dependência das exportações de café. Todavia, a partir de 1933 tem início a recuperação da economia nacional, ocorrendo uma rápida ascensão da produção industrial. Dessa forma, a economia brasileira passa a se recuperar da crise, assumindo o setor agrário-exportador uma posição secundária devido à posição de destaque que passa a ser conferida ao setor urbano-industrial.

Convém mencionar que mesmo após a crise, a produção de café continuou a se expandir, atendendo aos interesses dos cafeicultores.

A crise de 1929 repercute na Alta Sorocabana através da contenção do avanço da expansão cafeeira, que até o momento se traduzia pela busca de terra roxa para o plantio de café e, de acordo com Monbeig (1984) a queda dos preços atingiu os fazendeiros no momento em que estes pretendiam aumentar suas plantações.

Todavia, cabe ressaltar que a produção de café na região foi elevada durante os anos 1930, o que pode ser justificado pela intensa plantação da década anterior.

Neste âmbito, Abreu (1972) faz a seguinte ressalva “Entretanto, a plantação de novos cafezais diminuiu progressivamente nesta década, o que trouxe pouco aumento para as plantas em produção”.(ABREU, 1972, p. 106).

Dessa forma, ocorre uma redução no que concerne às vendas de terras na Alta Sorocabana, tanto devido aos títulos de propriedade duvidosos, como em decorrência da queda dos preços do café no mercado norte-americano.

A decadência do café na região está ligada à grande crise que atingia todo o Estado em meados dos anos 1930, assim como está relacionado a outros fatores, como o empobrecimento dos solos, pois sendo de formação arenosa não eram apropriadas para a cultura cafeeira; as geadas que destruíram lavouras novas; o povoamento das terras roxas do

Norte do Paraná e o início da forte produção cafeeira e o incentivo à produção de algodão, que foi a cultura substituidora do café, conforme enfatizam Abreu (1972) e Leite (1972).

Com a decadência do café na região tem início a fase da policultura por volta de 1933, com a implantação do algodão nas áreas antes cultivadas pelo café, além de ocorrer aumento na produção de milho, arroz e feijão. Outrossim, sucederam-se novas culturas, como a batata, a menta (já extinta), o amendoim, a mandioca, a mamona, dentre outros produtos que contribuíram para a redução das lavouras de café.

A crise cafeeira propiciou um ambiente favorável à implantação do algodão na Alta Sorocabana, cabendo ressaltar que, ao contrário do café, que ficava restrito às grandes propriedades, o algodão se desenvolveu em pequenas e médias propriedades.

Monbeig (1984) ressalta que:

A vantagem do algodão sobre o café é que não imobiliza nem exige capital e que produz em alguns meses. É evidente que interessa ao sitiante e que pode ter o mesmo papel para o fazendeiro empobrecido pelo café e com pressa de recuperar suas perdas.(MONBEIG, 1984, p. 283).

Esse autor afirma ainda que o algodão é pouco exigente quanto ao solo, se adaptando bem ao solo arenoso da região. Todavia, Leite (1972) enfatiza que o algodão é sujeito às variações climáticas, pois a falta de chuvas impede o seu florescimento e o excesso se constitui em empecilho na época da colheita, daí a grande oscilação da produção entre uma safra e outra.

O algodão provocou o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, empresas de beneficiamento, geralmente filiais de empresas estrangeiras, como a Anderson Clayton, a Cook & Cia, a Sanbra S.A, Braswey S.A, a Lotus S.A., dentre outras. Assim, em dois dos municípios que compõem a nossa área de pesquisa foram instaladas usinas de beneficiamento, a saber, Martinópolis no ano de 1939 e Regente Feijó no ano de 1945.

A produção de algodão, após ter atingido o seu auge no fim da Segunda Guerra Mundial, começa a declinar devido à concorrência das fibras artificiais e da queda do seu preço, conforme enfatiza Leite (1972). Com o declínio da produção de algodão as indústrias ligadas à extração do óleo deste produto incentivaram a produção de amendoim, produto que alcançou elevada produção nas décadas de 1950 e 1960.

Por volta desse período, de acordo com Leite (1972), o amendoim fora cultivado em todos os municípios da região de Presidente Prudente, sendo que na safra de 1967/68 o maior município produtor foi Martinópolis. Presidente Bernardes e Regente Feijó ocuparam,

respectivamente, a sétima e oitava posições dentre os municípios produtores de amendoim da região.

O milho passa a substituir o algodão em muitas propriedades rurais após os anos 1960, estando ligado à criação de gado. Entretanto o amendoim ainda se constituía no principal substituto do algodão.

Cabe ressaltar que as indústrias que se desenvolveram até este momento na região tinham por finalidade processar matéria-prima proveniente da zona rural, uma vez que era composta basicamente por indústrias de beneficiamento de algodão e frigoríficos que passaram a ser implantados a partir dos anos 1950.

Assim, as relações econômicas entre a cidade e o campo se faziam através de estradas. A construção de uma rede viária foi facilitada pela existência de cerrados e da derrubada das matas que recobriam a região, conforme demonstra Abreu (1972).

As estradas eram importantes nesse período pelo fato de escoarem a produção para a ferrovia, sendo que esta já não era a única alternativa para o transporte dos passageiros, uma vez que “em fins da década de 1950 asfaltava-se a Rodovia Raposo Tavares, facilitando o transporte rápido aos centros litorâneos”.(LEITE, 1972, p. 123).

A abertura de estradas e a rodovia contribuíram para a formação das cidades, que também dependeram para o seu crescimento dos pequenos proprietários ou pequenos arrendatários, que acabaram por provocar o desenvolvimento da função comercial e industrial das mesmas.

Dessa forma, cabe destacar que a partir dos anos 1940 e décadas subseqüentes, a população rural da região declinou e, em contrapartida ocorreu um aumento significativo da população urbana. Outrossim, ocorreram migrações da Alta Sorocabana para a capital do Estado, bem como para outras regiões do Estado, localidades para as quais as pessoas se dirigiam em busca de melhores condições de vida.

Convém destacar ainda que a partir dos anos 1980 ocorre redução na demanda por força de trabalho no campo e, desde a década anterior já se verificava um forte êxodo rural. Dessa forma, muitos antigos arrendatários, assalariados, dentre outras categorias se mudaram para as cidades, muitas vezes para as periferias e passaram a ser empregados com baixa remuneração, ou foram trabalhar como bóias-frias. Cabe destacar que muitos nas duas últimas décadas, principalmente na última, passam a fazer parte de movimentos sociais, como o MST, com o intuito de resgatarem a dignidade perdida durante o processo contraditório de reprodução do capitalismo.

1.3.Evolução da pecuária na região de Presidente Prudente

A região de Presidente Prudente está ligada, desde o início do seu povoamento à pecuária, uma vez que os mineiros foram atraídos, dentre outros fatores pelas pastagens nativas apropriadas à criação de gado, o que fez com que essa região ficasse conhecida como área de criação.

Um elemento importante que contribuiu para o desenvolvimento da pecuária na região no início do século XX foi a abertura da estrada boiadeira, que cruzava o Rio Paraná, facilitando a passagem do gado bovino, procedente dos campos de Vacaria, no Mato Grosso, conforme destaca Leite (1998).

A respeito do transporte do gado na estrada boiadeira, Abreu (1972) enfatiza que as boiadas percorriam a estrada boiadeira, descansando em pousos construídos especialmente para abrigar os peões. Nestes locais havia pastos com água para o gado, sendo que o destino era a ponta de trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana.

O coronel Arthur Diederichsen e o Dr. Francisco Tibiriçá organizaram a firma “Diederichsen & Tibiriçá”, antecessora da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso, se responsabilizando pelo transporte do gado. Os criadores que tinham animais que não eram de responsabilidade dessa companhia pagavam pedágio pelo uso da estrada, dos pousos e dos pastos.

De acordo com Abreu (1972):

O crescimento da cidade de São Paulo no começo do século exigia um consumo crescente de carne, tornando-o negócio lucrativo. Além de trazer gado de Mato Grosso, a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso também obteve concessão de terras na Alta Sorocabana e sul de Mato Grosso, onde desenvolveu grande criação para abastecer a Capital. (ABREU, 1972, p.29-30).

Com o crescimento acelerado de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, os rebanhos que se localizavam próximos a essas cidades passaram a ser insuficientes para o seu abastecimento devido ao aumento contínuo do consumo, tanto de leite e derivados, como de carne. Dessa forma, no início do século XX ocorreu a ampliação das áreas destinadas à criação de gado de corte na Alta Sorocabana.

Para a criação de gado, de um modo geral as terras eram ocupadas de forma extensiva - o que ainda é freqüente nos dias atuais. Cabe destacar, que no início da criação a ocupação das terras se dava de forma itinerante, o que contribuiu para a ocupação do interior do país.

A esse respeito, Furtado (1980) ressalta que:

O regime das águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente. (...) a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro de uma economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independente das condições de procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro. (FURTADO, 1980, p. 74).

De acordo com Monbeig (1984) desde a instalação do frigorífico de Barretos em 1913, o progresso da criação de gado não cessaria mais, embora tenha de certa forma estacionado entre 1918 e 1929 – período em que as atenções se voltaram para a produção de café – devido aos preços elevados pagos no mercado internacional.

Entretanto, como consequência da crise de 1929, ocorre a decadência do café na década de 1930, o que contribuiu para a expansão da criação de gado e o aumento das pastagens na região.

Dessa forma, vários fatores influíram para que fosse alcançada a expansão na criação de gado. Dentre estes fatores merecem destaque a instalação da ferrovia, pois de acordo com Monbeig (1984) os fretes ferroviários se tornaram mais vantajosos para transportar o gado do que o café. Acrescente-se ainda a alta do preço do gado; o aumento da população urbana – principalmente das grandes cidades – que passam a demandar uma maior quantidade de carne e derivados lácteos; a facilidade de obtenção de crédito que se tornou mais acessível aos criadores do que aos lavradores. Um outro fator que merece ser mencionado refere-se à mão-de-obra utilizada na criação de gado, que é inferior à utilizada nas lavouras de café e algodão.

As pastagens de engorda no Estado de São Paulo são conhecidas como invernadas porque se beneficiaram de uma hibernação longa em que raramente enfrentam problemas relativos a deficiências pluviométricas. Assim, o gado permanecia nas invernadas da região, menos exposto à seca, até ser transportados para São Paulo. Cabe ressaltar que a maioria dos criadores optava por comprar o gado do Mato Grosso, embora alguns insistissem em formar o seu próprio rebanho.

Conforme já mencionado, na Alta Sorocabana as pastagens foram formadas pelos povoadores mineiros e, de acordo com Leite (1972, p. 52):

[...] as melhores porções agrícolas localizam-se pelas áreas, então florestais, ocupadas pelos caiúá, enquanto que a criação de bovinos distribuiu-se por áreas outrora ocupadas pelos cerradões, onde os coroados estabeleciam seus aldeamentos. (LEITE, 1972, p.52).

Como as pastagens naturais não foram suficientes para manter o rebanho bovino em expansão, a alternativa dos criadores foi recorrer às pastagens artificiais, que não cessaram de aumentar até as últimas décadas do século XX.

Os criadores se utilizaram de várias forrageiras, no intuito de engordar um número elevado de animais o mais rápido possível e que fossem resistentes ao período seco.

Dentre as forragens utilizadas destacaram-se os capins jaraguá, gordura, elefante, pangola, capim-de-rodas e o capim-colonião, sendo que este último se revelou o capim mais resistente, além de apresentar alta capacidade de engorda e por este motivo acabou predominando na região.

Os capins pangola, jaraguá e gordura foram esquecidos pelos pecuaristas, enquanto o colonião foi sendo menos plantado por necessitar de solos férteis e ser de manejo difícil, principalmente nos períodos de seca. “Deste modo, cederam espaço a um capim rústico, produtivo que se adapta bem em solos menos férteis. A Brachiária, que foi introduzida no Brasil em 1962”.(MEDEIROS, 1996, p. 50).

As brachiárias se adaptam bem ao solo e clima do Brasil, se desenvolvendo bem em solos de baixa fertilidade, além de apresentar alta capacidade de rebrotar após o fogo e a geada. A brachiária é o capim mais utilizado nas pastagens para o gado na região de Presidente Prudente, todavia tem baixo valor nutritivo.

Embora a criação de gado fosse comum nas grandes fazendas, esta também era uma prática freqüente dentre os sitiantes, que a conciliavam com as plantações de algodão, café e árvores frutíferas, conforme destaca Monbeig (1984).

Apesar da agricultura ser considerada a principal atividade econômica da região na primeira metade do século XX, as pastagens eram freqüentes nas propriedades, ainda que fossem somente para o sustento dos animais de trabalho, pois até esse período era comum o uso de bois para tração, uma vez que estes eram utilizados em boa parte das atividades rurais, desempenhando trabalho pesado nos carros de boi.

Aos poucos a criação de gado se constituiu numa atividade de grande expressão econômica, em virtude da área ocupada e dos capitais movimentados. Assim, ao lado do algodão, a criação bovina caracterizaria a economia da Alta Sorocabana nos anos 1940.

Neste âmbito, cabe mencionar os contratos de meação e arrendamento, que contribuíram para a formação de pastagens e conseqüentemente para a criação de gado, num momento em que esta se encontrava em expansão.

Segundo Monbeig (1984) os fazendeiros lucravam com os arrendatários que se dedicavam ao cultivo do algodão, pois geralmente os contratos eram de três anos e no final do segundo ano, estes arrendatários recebiam sementes de forrageiras dos proprietários e, dessa forma, no final do contrato recebiam as pastagens preparadas para a criação de gado.

Nas décadas de 1930 e 1940, grande parte das terras foram ocupadas por pastagens, e mesmo diante do razoável aproveitamento para as lavouras, a maioria dos fazendeiros realmente passou a se dedicar à criação de gado bovino, principalmente para o corte.

O sitiante sempre fugiu à regra, no que diz respeito à criação de gado bovino de linhagem para o corte – predominante na pecuária regional – pois o mesmo se dedica principalmente à criação de gado leiteiro, cuja produção de leite, bem como de derivados é destinada em sua maior parte ao consumo da própria família.

De acordo com Leite (1972) a presença do “peão boiadeiro” era imprescindível nas áreas rurais de pastagens, sendo ele o responsável por trazer o gado do Mato Grosso para as invernadas, através das estradas boiadeiras. De um modo geral andavam de propriedade em propriedade com toda a família e, em sua maioria não tinha criação própria.

Nos dias atuais, a presença do peão nas fazendas está cada vez mais rara, pois os fazendeiros preferem trazer o gado por meio de caminhões, sendo nas décadas anteriores era comum a atuação de comitivas, em que vários peões acompanhavam o gado em grandes distâncias, o que não existe mais atualmente, e suas atividades passaram a ser dispensáveis, principalmente nos últimos anos, no caso da pecuária leiteira, em que a ordenha vem deixando de ser realizada por um “peão” ou “retirante” e sendo realizada através da ordenhadeira mecânica que, dependendo da quantidade de vacas para serem ordenhadas, uma única pessoa é suficiente para realizar a tarefa.

De acordo com Abreu (1972) as atividades industriais que se desenvolveram no município de Presidente Prudente estavam associadas:

[...]à transformação da matéria-prima oferecida pela terra e pela criação de gado. Consistiam numa complementação da economia agrária, a fim de darem um tratamento aos produtos agrícolas ou de extração para que obtivessem uma comercialização mais rendosa. (ABREU, 1972, p. 140).

Este autor cita o caso dos curtumes para o curtimento de couros, das carpintarias e marcenarias que fabricavam carroças e carrocerias; as selarias que faziam malas, arreios, selas e laços, dentre outras atividades que visavam abastecer a cidade e região. Muitos destes

estabelecimentos desapareceram após a instalação de grandes firmas que estabeleceram uma concorrência à qual tais estabelecimentos não puderam suportar.

A partir de 1950, em decorrência da expressividade da criação de gado, ocorre a instalação de grandes frigoríficos na Alta Sorocabana, principalmente em Presidente Prudente, responsável pelo abate da região, bem como dos estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, conforme aponta Leite (1972).

Os frigoríficos instalados na Alta Sorocabana ofereciam uma certa estabilidade aos criadores no que diz respeito ao comércio da carne. Dessa forma, estes exerceram um forte monopólio, controlando os preços.

Cabe ressaltar que a instalação de frigoríficos contribuiu para a ampliação das pastagens na região, aumentando ainda mais o interesse pela engorda de gado. A partir deste período a região passaria a ter a sua imagem intrinsecamente ligada à pecuária.

Na década de 1950 foi concluído o asfaltamento da Rodovia Raposo Tavares até Presidente Epitácio, o que facilitou o transporte de carnes frigorificadas para os centros consumidores. Como consequência da conclusão das obras da Rodovia Raposo Tavares, a Estrada de Ferro Sorocabana entrou em decadência nos serviços de transporte, conforme destaca Leite (1972).

De acordo com Hespanhol (2000) o incremento da pecuária foi motivado pela urbanização, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, que a partir deste processo ampliaram seus mercados consumidores de carne, cujo transporte foi facilitado pela rodovia.

Pode-se inferir que a instalação dos frigoríficos representa o início das atividades agroindustriais na região, atividades estas que mesmo após a consolidação do processo de modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970 não se deram de forma pronunciada na região.

Com o processo de modernização da agricultura, a relação entre a indústria e a agricultura é determinada pela industrialização do campo, que só pode ser efetivado a partir da implementação da indústria para a agricultura, isto é, do departamento fornecedor de máquinas para a agricultura. Assim, os complexos agroindustriais podem ser tratados como um caso particular dos complexos industriais, uma vez que a relação agricultura-indústria consiste no principal fundamento das trocas intersetoriais. Cabe ressaltar que o processo de modernização da agricultura foi seletivo e discriminatório, expulsando do campo muitos trabalhadores que não tinham condições de se modernizar.

No caso da região de Presidente Prudente, estas atividades agroindustriais se restringiram a alguns frigoríficos, máquinas de esmagamento de algodão e amendoim e alguns laticínios, sendo que muitos destes estabelecimentos encerraram suas atividades na região nas décadas de 1980 e 1990.

As principais raças introduzidas na região foram o gado Zebu, que em pouco tempo foi sobrepujado pela raça Caracu, além de outras raças que foram introduzidas posteriormente com sucesso, quais sejam: Nelore, Gir (que é uma raça leiteira), Guzerá, Indubrasil e Red Sindhi, conforme destaca Daltozo (1999).

Medeiros (1996) destaca que:

O gado zebu, natural das regiões tropicais dos continentes Asiático e Africano, foi a raça que melhor se adaptou às condições climáticas e edáficas. Nota-se que desde a introdução da raça zebuína, no fim do século XIX para o Triângulo Mineiro, houve mestiçagem com raças locais, o que produziu um animal mais magro, mas que resistia aos parasitas naturais: o caracu. (MEDEIROS, 1996, p. 51).

Quanto aos pecuaristas da região, Leite (1972) afirma que estes, em sua maioria descendiam dos colonizadores, embora algumas das maiores invernadas pertencessem a Companhias, principalmente a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, à Swift do Brasil e ao frigorífico Wilson. A Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso possuía as maiores glebas a leste de Presidente Prudente, o que também ocorria com as empresas estrangeiras citadas.

De acordo com Daltozo (1999) nos anos 1950 e 1960 a Companhia Swift do Brasil, associada à King Ranch atuou na região de Presidente Prudente, principalmente no município de Martinópolis, sendo proprietária de três das maiores fazendas desse município, transformando-as em empreendimentos pecuários inovadores, como o caso da Fazenda Formosa, que introduziu e aclimatou os bovinos da Raça Santa Gertrudis e cavalos Quarto-de-Milha no Brasil.

A fazenda Brasilândia, um grande empreendimento desse grupo foi desmembrada na década de 1980 e adquirida por vários pecuaristas e a fazenda Laranja Doce foi adquirida pela Sasa, do Grupo Azevedo Antunes.

Ao mesmo tempo em que se verificou o desmembramento de grandes propriedades, ocorreu também o inverso na região, ou seja, uma grande concentração de terras, pois muitos pequenos agricultores nas décadas de 1970 e 1980 venderam seus sítios e pequenas fazendas para os grandes proprietários, tanto em decorrência do baixo rendimento das lavouras,

degradação do solo, falta de políticas agrícolas e busca de melhores condições de vida nas cidades da região, como na Grande São Paulo.

Dessa forma, Hespanhol (2000) afirma que a expansão da pecuária na região se deu em áreas anteriormente ocupadas pelas lavouras, bem como através de incorporação de novas áreas, como o Pontal do Paranapanema, por grandes fazendas dedicadas à criação de gado.

As invernadas ocuparam principalmente antigas áreas cafeeiras e zonas de derrubadas recentes, como Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, sendo que estes três últimos municípios compõem o Pontal do Paranapanema.

Segundo Leite (1998), nos três municípios supracitados, ou seja, na área denominada Pontal do Paranapanema, O Estado criou três reservas florestais:

Criadas para a “conservação da flora e da fauna e para o estabelecimento de florestas protetoras, remanescentes e modelo”, acabaram sendo invadidas e destruídas, mudando de donos, isto é, do povo representado pelo estado, para algumas poucas dezenas de grandes grileiros. Conseqüentemente, inverteram-se os objetivos, já que as matas foram substituídas, predominantemente, por pastagens para a engorda de gado bovino. (LEITE, 1998, p. 15).

De um modo geral, na região de Presidente Prudente e, principalmente no extremo sudoeste a estrutura fundiária é muito concentrada e os fazendeiros utilizam a criação de gado para “mascarar” o caráter improdutivo das terras.

Ao se tratar da estrutura fundiária é importante realizar alguns apontamentos sobre a divisão dos imóveis rurais no Brasil, que de acordo com a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, são classificados em pequenos, médios e grandes, criando também o módulo fiscal de 10 hectares como unidade de medida. Assim, as pequenas propriedades são aquelas que possuem entre 1 e 4 módulos, ou seja, de 10 a 40 hectares; as médias possuem entre 4 e 15 módulos (40 a 150 hectares), e são consideradas grandes propriedades todas aquelas que possuem mais de 15 módulos, ou mais de 150 hectares.

As grandes propriedades, com mais de 150 ha podem ser consideradas produtivas ou improdutivas, segundo o conceito “por exploração”. Chiavenato (2000) nos esclarece que:

Isso quer dizer que, para ser considerada produtiva, deverá ter mais de 80% de utilização da área com 100% de eficiência. Caso isso ocorra, essas grandes propriedades serão passíveis de “sofrer” a reforma agrária. Por outro lado, não importando o seu tamanho, se for considerada produtiva, não sujeita à “lei” da reforma agrária. (CHIAVENATO, 2002, p. 36).

Com base nesta classificação, verificamos através da tabela 01, que na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, no ano de 1996, mais de 1.029.764 ha, representam áreas de grandes propriedades, simbolizando 74,53% do total de grupos de área, que neste ano era de 1.381.606 ha, o que demonstra a concentração da estrutura fundiária desta microrregião¹.

Verificamos que na década de 1980 houve um pequeno acréscimo de área entre os grupos de menos de 10 ha e de 10 a 20 ha. Todavia, na década seguinte estes estratos de área apresentaram redução significativa, principalmente referente àqueles com menos de 10 ha, o que é consequência da impossibilidade dos pequenos proprietários continuarem a se reproduzir no campo. Assim, estes se vêem sem alternativas e então vendem suas propriedades e migram para as cidades da região ou para outras regiões do Estado, inclusive para a região metropolitana.

Tabela 01 – Estrutura fundiária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente 1980-1996

Anos	1980		1985		1995/96	
Área	Área	%	Área	%	Área	%
Menos de 10 ha	25.123	1,48	25.765	1,53	10.767	0,78
10-20 ha	42.193	2,48	49.806	2,97	43.196	3,12
20-50 ha	104.677	6,16	117.334	6,99	89.815	6,50
50-100 ha	104.295	6,13	110.582	6,59	90.975	6,58
100-200 ha	121.983	7,17	134.816	8,03	117.089	8,47
200-500 ha	229.471	13,50	229.125	13,65	222.267	16,08
500-1000 ha	204.015	12,00	218.320	13,00	211.069	15,28
1000 ha e mais	868.207	51,07	793.008	47,24	596.428	43,17
Total	1.699.971	99,99	1.678.763	100	1.381.606	100

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo 1980, 1985, 1995/96.

É desta forma que indivíduos outrora pequenos proprietários vão trabalhar em lavouras, como trabalhadores volantes, populares bóias-frias, outros se tornam arrendatários, ou exercem atividades com baixa remuneração no campo. Há também aqueles que desejam retornar à terra e, para tanto passam a integrar movimentos sociais como o MST e lutam pelo retorno ao campo e por uma nova política agrária.

Ainda referente à década de 1980, os estratos acima de 20 ha apresentaram acréscimo de área, exceto os grupos de 200 ha a 500 ha que apresentaram pequena redução, e dos grupos

¹ Os números reais são superiores, pois o total mencionado acima se refere à soma das áreas a partir de 200 ha até 1000 ha e mais, uma vez que não dispomos de dados a partir das áreas com mais de 150 ha.

de 1000 e mais ha que sofreram uma redução entre 1980 e 1985, pois em 1980 tinham 868. 207 ha (51,07%) e, em 1985 decaiu para 792.998 ha (47,23%) do total.

Entre 1985 e 1996 todos os estratos apresentaram redução de área. Cabe destacar, que com exceção do estrato de área de 1000 ha e mais, a redução foi mais significativa nos estratos de áreas que compreendem pequenas e médias propriedades. No estrato de área entre 20 e 50 ha, foram subtraídos 27.519 ha, o estrato de área compreendido entre 50 e 100 ha apresentou redução de 17.727 ha.

Comparados a estes números, pode ser considerada ínfima a redução de 6.888 ha no estrato de área situado entre 200 e 500 ha, bem como a diminuição de 7.251 ha no estrato de área compreendido entre 500 e 1000 ha. O estrato de área de 1000 ha e mais apresentou redução expressiva de 196.580 ha. Acredita-se que esta redução apresentada por todos os estratos de área entre 1985 e 1996 se deva às inundações, ou seja, à formação de lagos, decorrentes da construção de usinas hidrelétricas.

Na tabela 02 temos o número de estabelecimentos da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

Tabela 02 - Número de estabelecimentos da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente 1980-1996

Anos	1980		1985		1995/96	
Área	Área	%	Área	%	Área	%
Menos de 10 ha	4.414	30,79	4.723	30,20	1.957	17,51
10-20 ha	2.906	20,27	3.385	21,65	2.851	25,50
20-50 há	3.274	22,84	3.625	23,17	2.896	25,90
50-100 ha	1.465	10,22	1.549	9,90	1.320	11,81
100-200 ha	879	6,13	963	6,16	855	7,65
200-500 ha	745	5,20	745	4,76	728	6,51
500-1000 ha	286	1,99	310	1,98	298	2,66
1000 ha e mais	351	2,45	330	2,11	274	2,45
Total	14.336	99,89	15.638	99,93	11.179	99,99

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1980, 1985, 1995/96.

A tabela 02 permite fazer uma analogia com a tabela anterior. Em 1980 eram 4.414 estabelecimentos (30,79%) com 25.123 ha (1,48%) do total do estrato de área de menos de 10 ha. No estrato de área entre 10 e 20 ha havia 2.906 estabelecimentos (20,27%) com 42.193 ha

(2,48%). Eram 3.274 estabelecimentos (22,84%) no estrato de área entre 20 e 50 ha com 104.677 ha (6,16%). No estrato de área entre 50 e 100 ha eram 1.465 estabelecimentos (10,22%) com 104.295 ha (6,13%) e no estrato de área entre 100 e 200 ha eram 879 estabelecimentos (6,13%) com 121.983 ha (7,17%). No estrato de área entre 200 e 500 ha eram 745 estabelecimentos (5,20%) com 229.471 ha (13,50%), já no estrato de área entre 500 e 1000 ha havia 286 estabelecimentos (1,99%) com 204.015 ha (12,0%) e no estrato de área de 1000 ha e mais eram 351 estabelecimentos (2,45%) com 866.207 ha (51,07%).

Os anos seguintes apresentaram redução no número de estabelecimentos de todos os estratos de área, sendo significativa a redução dos estabelecimentos com menos de 10 ha no período compreendido entre 1985 e 1996, pois 2.766 estabelecimentos classificados neste estrato desapareceram, igualmente merecem destaque a redução no mesmo período mencionado acima, de 534 estabelecimentos no estrato de área entre 10 e 20 ha e de 729 estabelecimentos no estrato de área entre 20 e 50 ha. Os estratos de área compreendidos entre 100 e 1000 ha também apresentaram redução, todavia esta foi inexpressiva, comparadas aos dados citados acima. O estrato de 1000 ha e mais apresentou redução de 56 estabelecimentos entre 1985 e 1996.

Os grandes proprietários utilizam artimanhas para escapar da classificação de latifundiários que possuem terras improdutivas. Chiavenato (2000), enfatiza que uma destas artimanhas compreende em “vender” suas terras para testas-de-ferro, transformando o latifúndio em médias propriedades. Assim, um grande proprietário para não pagar impostos, ou não ser classificado como latifundiário:

[...] pode receber “melhoramentos”, como um galpão rudimentar e algumas cabeças de gado. Na documentação entregue ao Incra – preenchida pelo proprietário -, o galpão transforma-se em vários estábulos, e meia dúzia de cabeças de gado multiplicam-se em centenas. (CHIAVENATO, 2000, p. 37).

Cabe ressaltar que a desapropriação de terras que ocorre no Brasil é fruto de conflitos sociais, que em sua maioria ocorrem em áreas improdutivas. Podemos dizer que mudanças substanciais na estrutura agrária brasileira nos parecem distantes, se levarmos em consideração a disposição do governo, embora exista pressão muito forte por parte de movimentos sociais.

A Microrregião de Presidente Prudente, embora conte com alguns assentamentos, é caracterizada como uma área que possui grandes propriedades, destinadas em sua maioria à criação de gado. A este respeito Leite enfatiza que:

[...] as formas de ocupação irregulares utilizadas (...) são responsáveis pela origem e manutenção da atual divisão fundiária. No Pontal estão situadas as mais vastas fazendas pecuárias do estado, como estigma de economia periférica dominante.(LEITE, 1998, p.197).

As áreas de engorda, embora predominassem no Pontal do Paranapanema também se distribuíam pelos demais municípios da região. O gado procedia principalmente do Mato Grosso, seguido pelo próprio estado de São Paulo e pelos estados de Minas Gerais e Goiás.

Cabe ressaltar que a criação de gado era incentivada até mesmo pelas autoridades. Assim, Leite (1972, p. 108) chama a atenção para as exposições de gado de Presidente Prudente “para onde convergem bovinos das fazendas criadoras não só da Alta Sorocabana, como também do Norte do Paraná, Mato Grosso, Triângulo Mineiro e de outras zonas do Estado de São Paulo”. Essas exposições são realizadas anualmente até os dias atuais, sendo considerado um evento importante voltado para a pecuária.

Um fato importante ocorrido nos últimos vinte e cinco anos refere-se ao deslocamento da fronteira pecuária brasileira para os Estados do Centro-Oeste: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, além dos Estados de Minas Gerais, Tocantins, Bahia e Pará, conforme destaca Medeiros (1996).

O deslocamento do rebanho é incentivado pela busca de terras mais baratas, sendo que dessa forma é possível ao produtor aumentar a escala de produção e minimizar os custos.

Segundo Medeiros (1996) vem ocorrendo a diminuição da área ocupada por pastagem e o aumento da área ocupada pela cana-de-açúcar, e esse pode ser considerado um dos elementos que contribuiu para o avanço da fronteira agrícola.

A esse respeito, Stevanato (2002) ressalta que desde o início dos anos 1980 vem ocorrendo a expansão da cultura da cana-de-açúcar, visando ao abastecimento das destilarias que se instalaram na região entre 1974 e 1982. Stevanato afirma ainda que “muitos pecuaristas arrendaram suas terras (ou parte destas) para as usinas, diminuindo com isso a área de pastagens”.(STEVANATO, 2002, p. 45).

No caso dos municípios analisados neste trabalho, verificamos que todos apresentaram redução da área ocupada por lavouras. Entretanto, a área ocupada por pastagens apresentou algumas alterações, conforme pode ser verificado na tabela 03.

Tabela 03 - Evolução das áreas de pastagens e lavouras nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó – SP 1980-1995/6

Martinópolis			Presidente Bernardes		Regente Feijó	
Anos	Pastagens(ha)*	Lavouras(há)**	Pastagens(ha)*	Lavouras(ha)**	Pastagens(ha)*	Lavouras(ha)**
1980	95.955	17.360	67.334	13.289	19.032	5.176
1985	100.555	18.308	65.899	14.230	19.451	5.578
1995/6	88.790	13.271	61.450	10.224	21.165	2.235

Fonte: Censos Agropecuários do Estado de São Paulo 1980, 1985 e 1995/96

* Inclui pastagens naturais e plantadas

** Inclui lavouras permanentes e temporárias

Verificamos que no município de Martinópolis, as pastagens aumentaram no período compreendido entre 1980 e 1985, sendo todavia reduzidas entre esta última data e 1995/6. Em Presidente Bernardes, tanto as pastagens como as lavouras tiveram suas áreas reduzidas, e em Regente Feijó houve aumento na área ocupada por pastagens e redução na área ocupada por lavouras.

A área ocupada por pastagens nos municípios selecionados, ainda que tenha se reduzido no período compreendido entre 1980 e 1995/6, ainda é expressiva na região, pois os três municípios juntos possuem 171.405 ha ocupados por pastagens, o que representa 14% de toda a área ocupada por pastagens na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, que foi de 1.225.050 ha em 1996.

Esta redução da área ocupada por lavouras e as oscilações nas áreas ocupadas por pastagens não se verificam apenas nos três municípios analisados neste trabalho, mas se reflete em toda a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, conforme pode ser observado na tabela 04.

Tabela 04 - Utilização das terras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP - 1980-1996

Ano	Lavouras Permanentes		Lavouras Temporárias		Lavouras Temporárias em descanso		Pastagens		Matas e florestas plantadas		Terras em descanso e terras não utilizadas	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
1980	2.843	19.934	10.714	2.236	446	5.669	10.089	155.696	2.868	121.179	532	11.750
1985	2.442	13.551	11.601	1.575	511	11.168	10.407	88.955	2.416	108.288	795	7.929
1996	3.208	9.039	8.070	1.587	803	13.447	12.318	105.600	3.888	77.633	433	3.491

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96

É possível verificar que as lavouras permanentes apresentaram declínio em todo o período analisado, ao passo que as temporárias apresentaram algumas oscilações, pois em 1980 foram cultivados 191.060 ha e, em 1985, a área ocupada por estas lavouras saltou para 245.664 ha, o que pode ser explicado pela expansão de lavouras como o algodão, cujo cultivo foi expressivo neste período.

Porém, nos dez anos seguintes, ocorreu uma redução significativa destas lavouras, que passaram a ocupar em 1996 uma área de 137.224 ha. As lavouras temporárias em descanso apresentaram crescimento no período em análise, pois em 1985 ocupavam uma área de 5.699 ha e, em 1996 passaram a ocupar 13.447 ha.

Quanto às pastagens, tanto as naturais como as plantadas têm sua área reduzida no período analisado, sendo que as pastagens naturais apresentaram declínio entre 1980 e 1985, e se recuperaram entre este último ano e 1996. As pastagens plantadas, ao contrário, apresentam aumento entre 1980 e 1985, ano em que a área plantada atinge 1.172.051 ha, diminuindo para 1.129.264 ha em 1996. No que diz respeito às matas e florestas naturais, assim como matas e florestas naturais, assim como matas e florestas plantadas e terras em descanso e produtivas não utilizadas estas também apresentaram redução significativa.

Conforme já mencionamos, a redução de pastagens se deve à expansão da cana-de-açúcar, além da retirada de alguns frigoríficos da região, e da extensão da área urbana, onde são construídos novos loteamentos.

Na tabela 05 temos as principais lavouras cultivadas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente no período compreendido entre 1980 e 2002.

**Tabela 05 - Produção das principais lavouras na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP
1980-2002**

Quantidade em toneladas, área em ha

Ano	algodão em caroço		amendoim em casca		arroz em casca		milho em grão		feijão em grão		café em coco	
	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área
1980	37.698	3.579	48.005	34.490	4.329	4.692	47.282	31.546	11.084	23.789	14.651	14.103
1985	89.871	62.118	22.561	12.062	3.300	2.758	56.335	26.951	3.661	7.271	12.011	9.516
1990	82.119	69.229	5.455	3.340	5.228	3.801	64.749	34.760	23.831	42.971	3.911	6.319
1996	26.671	22.905	4.968	2.638	4.506	2.221	56.335	20.969	11.067	14.803	1.389	1.263
1999	18.862	12.298	9.128	4.725	3.205	1.624	71.142	29.090	12.625	14.074	1.399	1.609
2000	13.019	8.554	7.155	4.462	2.217	1.556	62.624	27.858	12.149	14.984	2.909	1.418
2001	9.977	5.591	10.304	5.694	1.909	844	79.614	27.124	10.493	8.449	2.104	1.638
2002	8.967	4.981	9.248	5.233	1.940	872	86.151	29.332	11.126	12.063	2.301	1.746

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário de 1980 e 1985

Produção Agrícola Municipal - Sistema IBGE de Recuperação automática - SIDRA – 1990, 1996, 1999, 2000, 2001 e 2002.

No período analisado, verificamos que o algodão em caroço apresentou aumento da área colhida entre 1980 e 1990, quando atinge seu auge dentre os 22 anos que estamos analisando (1980-2002). Assim, a área colhida em 1980 foi de 3.579 ha, e em 1990 atinge 69.229 ha. Quanto à quantidade produzida, o recorde se deu em 1985, quando foram produzidas 89.871 toneladas de algodão. Os anos seguintes apresentaram declínio, tanto da área colhida, quanto da quantidade produzida, que em 1990 foram respectivamente de 4.981 ha e 8.967 toneladas.

Quanto ao amendoim em casca, este declinou vertiginosamente tanto no que se refere à área colhida, como na quantidade produzida entre 1980 e 1996, pois em 1980 foram produzidas 48.005 toneladas em 34.490 ha e, em 1996, a quantidade produzida foi de 4.968 toneladas em 2.638 ha. O ano de 1999 apresenta uma recuperação, sendo produzidos 9.128 toneladas de amendoim em casca numa área de 4.725 ha; o ano 2000 apresenta queda, seguida de recuperação em 2001, quando a produção foi de 10.304 toneladas em 5.694 ha. Em 2002, nova queda é registrada, sendo que a produção foi de 9.248 toneladas em 5.233 ha.

O arroz em casca não se constitui em lavoura de expressão na região. Assim, em 1980 foram produzidas 4.329 toneladas em 4.692 ha, sendo que no ano de 1990 foi registrada a maior produção (5.228 toneladas) em 3.801 ha. Os anos seguintes apresentaram sucessivas quedas e no ano de 2001 foi registrada a menor produção (1.909 toneladas), e a menor área colhida (844 ha). No ano de 2002 verifica-se um pequeno aumento, sendo produzidas 1940 toneladas em 872 ha.

O milho em grão é uma cultura cuja produção cresceu muito nos últimos anos. Assim, em 1980 foram produzidas 47.282 toneladas em 31.546 ha. Em 1985, a área foi reduzida para 26.951 ha, porém a produção aumentou para 56.335 toneladas. Em 1996, a produção é exatamente a mesma apresentada em 1985, porém numa área menor (20.969 ha), e a quantidade produzida atingiu o recorde na microrregião em estudo, chegando a 86.151 toneladas.

O feijão em grão se constitui em uma lavoura que se reduziu consideravelmente nos últimos anos na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Em 1980 foram produzidas 11.08 toneladas em 23.789 ha. O auge da produção e da área colhida ocorreu em 1990, ano em que a produção atinge 23.831 toneladas em 42.971 ha. No ano de 2002, a produção foi de 11.126 toneladas em 12.063 ha.

Quanto ao café em coco, este apresentou reduções no período em análise, em 1980 foram produzidas 14.651 toneladas em 14.103 ha, e o mínimo registrado ocorreu em 1996, quando foram produzidas 1.389 toneladas em 1.263 ha. Em 2002, a produção chega a 2.301 toneladas em 1.746 ha.

O declínio de lavouras como o algodão e o amendoim estão relacionados à instabilidade de preços, sendo que o declínio da produção de algodão provocou o fechamento de máquinas de beneficiamento deste produto. Em contrapartida, a expansão de culturas como o milho em grão está ligada à posição ocupada pela pecuária na microrregião em estudo.

Ainda referente à pecuária, cabe mencionar os sistemas de criação praticados, ou seja, extensivo, semi-extensivo e intensivo. Para tanto nos basearemos em Medeiros (1996), pois esta autora nos oferece subsídios para compreender os sistemas de criação da pecuária.

O sistema extensivo geralmente é utilizado em fazendas de grandes dimensões, em que o gado se alimenta apenas de pastagens, não recebendo suplementação mineral, nem complementação alimentar, como silagem de cana ou milho, resíduo de agroindústria e feno na época das secas. A produção é baixa e geralmente utiliza-se gado mestiço azebuado para este sistema.

Quanto ao sistema semi-extensivo, geralmente utilizado em terras valorizadas, Medeiros (1996, p. 60) afirma que “os bovinos são mantidos exclusivamente a pasto e é caracterizado por subdivisões das pastagens, utilização das pastagens cultivadas, uso de reprodutores melhorados, suplementação mineral e adoção de assistência técnica”.

Concernente ao sistema intensivo, este é caracterizado por um grande número de animais por área, sendo muito utilizado na criação de gado de leite, além de raças especializadas, cuja finalidade é a venda do rebanho jovem para a reprodução.

Um dos problemas enfrentados pelos pecuaristas na época em que foram introduzidas as invernadas e que ainda hoje importuna os proprietários refere-se à prolongada estação seca, em que as pastagens perdem boa parte do seu valor nutritivo.

As pastagens destinadas ao gado leiteiro ocuparam terras já esgotadas, em que praticamente não foram feitos investimentos para melhorá-las. De acordo com Mamigonian (1976), nestas terras os pastos crescem mais facilmente que outros cultivos agrícolas, todavia, não são alcançados resultados satisfatórios no que diz respeito à produtividade.

Cabe ressaltar que os criadores, principalmente os de gado de leite² que mais sofrem com essa situação são os pequenos, que não têm condições de complementar as pastagens, seja com cana, milho triturado, feno, silagem ou outros alimentos alternativos. A situação se torna complicada para esses pequenos produtores de leite, uma vez que na estação das secas, caso a alimentação do gado – geralmente à base de pastagens – não seja complementada a produção de leite pode ser reduzida em até 50%.

No que diz respeito à engorda, esta não é uma atividade viável economicamente nas pequenas e médias propriedades e, dessa forma, a partir dos anos 1960 estas evoluíram para propriedades mistas, ou seja, agrícolas e pecuárias.

Muitas das pequenas propriedades passaram a se dedicar ao fornecimento de bezerros aos grandes pecuaristas, pois conforme destaca Mamigonian (1976), estas propriedades:

[...] tornaram-se produtoras de bezerros fornecidos aos invernistas regionais e de leite para atender ao consumo urbano regional) P. Prudente, Araçatuba, Assis, etc)...a Alta Sorocabana e a Noroeste mantiveram-se principalmente no ramo da pecuária de corte (engorda) e secundariamente agrícolas e leiteiras. (MAMIGONIAN, 1976, p.27).

Assim, a pecuária de corte geralmente é realizada por grandes proprietários, que muitas vezes se dedicam à produção de leite, embora este fato não seja regra dentre essa categoria de proprietários. Dessa forma, quando os preços do leite estão baixos, voltam suas atenções para o gado de corte e, quando há aumentos no preço do leite passam a entregar grandes quantidades desse produto aos laticínios. Quanto aos pequenos proprietários, geralmente são pequenos produtores de leite, que não se dedicam à engorda, mas a atividades agrícolas, que são complementadas com a renda proveniente do leite.

No segundo capítulo, trataremos da inserção da pecuária leiteira no Brasil, e das principais mudanças ocorridas no sistema agroindustrial do leite, diante da abertura da economia nacional e da criação da legislação que regulamenta a produção de leite no Brasil, além de elencarmos algumas perspectivas para este sistema agroindustrial nos próximos anos.

² Nos referimos aos criadores de gado de leite, porque geralmente os criadores de gado de corte são grandes proprietários, que dispõem de condições para complementar a alimentação do rebanho.

**02- A EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL E A (RE)
CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO PERÍODO
PÓS-1980**

CAPÍTULO 02- A EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL E A (RE) CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO PERÍODO PÓS-1980

O atual contexto do sistema agroindustrial do leite no Brasil é dominado por uma produção não especializada, em que grande parte dos produtores se dedica, além da produção de leite a outras atividades, como a criação e comercialização de animais mestiços e de corte.

Este fato é explicado em parte, pela própria gênese da produção leiteira no Brasil, ou seja, os primeiros rebanhos introduzidos no país não tinham uma finalidade específica, sendo aproveitados para a produção de carne, leite e para o trabalho (nos “carros de Boi” e nos engenhos), conforme demonstra Mamigonian (1976).

Desta forma, neste capítulo pretendemos abordar a introdução da pecuária leiteira no Brasil, assim como sua evolução no Estado de São Paulo, além do desenvolvimento do cooperativismo leiteiro no país.

Ainda no presente capítulo, trataremos dos reflexos do processo de modernização da agricultura no sistema agroindustrial do leite e discutiremos as repercussões da abertura da economia nacional para este sistema agroindustrial, bem como as estratégias das principais indústrias lácteas que atuam no país, o conflito entre especialização e não especialização da produção, as novas exigências para a produção de leite e as tendências para a produção de leite no país nos próximos anos.

2.1. A inserção da pecuária leiteira no Brasil

O rebanho bovino foi introduzido no Brasil pelos portugueses e destinou-se à produção de leite, de carne e à tração animal. Este rebanho não tinha uma finalidade específica, assim como também ocorria na Europa, pois somente no século XVIII, os criadores ingleses aplicaram métodos de seleção animal e obtiveram as raças pioneiras na produção de leite (Jersey, Shorthorn, Ayrshire), conforme é destacado por Mamigonian (1976).

Além dos ingleses, os holandeses, os franceses e os suíços também se dedicaram à criação de gado especializado na produção de leite. Esses povos introduziram rebanhos em vários países, sendo o gado holandês amplamente utilizado no Brasil para a produção de leite.

Devido às condições climáticas e às pastagens encontradas no Brasil se diferenciarem das européias, o gado europeu foi cruzado com o zebu. Essa mestiçagem resultou em um animal rústico, que se adapta melhor às condições do território brasileiro.

O rebanho bovino introduzido pelos portugueses se espalhou rapidamente pelas regiões brasileiras e, de acordo com Mamigonian (1976), nos fins do período colonial já estavam delineadas as três principais regiões da pecuária brasileira, quais sejam, o sertão do Nordeste, a região Sudeste com destaque para o Estado de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

A pecuária brasileira era realizada de forma extensiva, como de um modo geral ainda ocorre até os nossos dias. Prado Jr. (1987) ressalta que, devido à pobreza dos pastos nativos, a pecuária necessitava de áreas muito extensas, geralmente impróprias para a agricultura.

No início do século XIX, foi introduzido no Brasil o gado leiteiro da raça turino, de origem portuguesa, o que pode ser considerada a primeira especialização da pecuária leiteira no Brasil. Quanto ao gado holandês, o mais importante de todos os leiteiros, foi introduzido no Brasil no início do século XX, nas vacarias ou invernadas nos subúrbios de cidades como Salvador e Rio de Janeiro; sendo responsável pelo fornecimento de leite fresco para estas cidades, conforme ressalta Mamigonian (1976).

Como nesse período a produção leiteira era realizada nos arredores das cidades, o transporte do leite até os centros consumidores era realizado por tração animal. Até 1920, ano de implantação da Nestlé no Brasil, não havia no país, uma empresa especializada na produção de derivados lácteos e as duas maiores cidades da época – Rio de Janeiro e São Paulo – realizavam a importação de alguns derivados, como queijo e manteiga europeus.

O aumento do consumo de leite e derivados nessas cidades, consequência do crescimento urbano acelerado das primeiras décadas do século XX, estimulou o Sul de Minas a se transformar na primeira região especializada na produção leiteira no Brasil.

Nessa região mineira, a produção de carne bovina e suína cedeu espaço para uma especialização na produção de leite, e assim surgiram vários laticínios que escoavam a sua produção através da ferrovia. Em contrapartida, o gado que não era especializado na produção de leite foi deslocado para Goiás, Mato Grosso e áreas distantes de Minas Gerais, assim a engorda passou a ser realizada em Barretos – SP e norte-nordeste de Minas Gerais, conforme é enfatizado por Mamigonian (1976).

Ainda de acordo com este autor, o aumento contínuo da produção leiteira e a sistemática expansão do consumo alimentar no Rio de Janeiro e em São Paulo resultou em

importantes acontecimentos para a pecuária leiteira no país, tais como: “1) introdução de vacas leiteiras européias e 2) expansão geográfica da pecuária leiteira de Minas Gerais em direção ao Vale do Paraíba fluminense e paulista [...]” (MAMIGONIAN, 1976, p.21).

No tocante ao Vale do Paraíba, região que se constituiu na principal área produtora de café no Brasil na segunda metade do século XIX, esta teve seus solos esgotados e o café gradativamente deixou de ser cultivado, uma vez que havia novas terras a serem ocupadas com esta lavoura no interior de São Paulo.

Esta região aos poucos foi ocupada pelos fazendeiros mineiros, uma vez que o Sul de Minas não tinha mais condições de atender à grande demanda de produtos lácteos de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Aos poucos o Vale do Paraíba foi conquistando uma posição de destaque na produção de leite no Brasil, posição esta que ainda é ocupada pelo Vale do Paraíba paulista até os dias atuais.

2.1.1. O início da pecuária leiteira no Estado de São Paulo

A expansão da pecuária leiteira no Estado de São Paulo ocorreu em um contexto que facilitava o comércio de derivados lácteos, ou seja, o transporte de tais produtos passou a ser realizado por meio da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro.

De acordo com Mazzali & Costa (1988), a Estrada de Ferro Central do Brasil teve grande relevância no desenvolvimento da pecuária leiteira no Vale do Paraíba paulista até meados de 1950, quando as rodovias proporcionaram uma nova alternativa de transporte, esta estrada de ferro se constituía no principal meio de transporte para o escoamento da produção de leite.

Quanto ao transporte do leite *in natura* até o posto de captação ou usina de beneficiamento, este era de responsabilidade do produtor, e de um modo geral era efetuado em carroças, já a pasteurização se dava na capital paulista.

A expansão do mercado consumidor incrementa a produção que, além de ser realizada somente nos arredores da cidade passa a ocorrer aos poucos no interior do Estado. Neste contexto, surgiram em São Paulo algumas empresas que posteriormente ocuparam posição de destaque no setor lácteo nacional. Mamigonian (1972, p.23) apresenta algumas dessas empresas, bem como o ano de sua instalação no Brasil: “Leite Vigor (1917), Nestlé (1921), Leite União (1927) e Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo (1933)”.

Cabe ressaltar que a Vigor é uma das empresas que atua em nossa área de estudo, especificamente no município de Regente Feijó. Esta empresa adquiriu a Leco e tem grande importância na captação de leite deste município, assunto que será melhor discutido no capítulo 03.

Faz-se importante realizar algumas considerações sobre a Nestlé, pois embora esta empresa não atue na nossa área de pesquisa, é uma das maiores empresas de alimentos do mundo e trouxe várias inovações para o setor lácteo brasileiro. Assim, Fredericq (1981) e Costa & Mazzali (1988) ressaltam que esta foi uma das primeiras grandes empresas estrangeiras do setor lácteo que se instalou no Brasil.

A Nestlé se instalou no Brasil em 1920, encarregada de importar e distribuir alimentos e no ano seguinte adquiriu uma fábrica de leite condensado em Araras (SP). Posteriormente, a Nestlé instalou uma fábrica em Barra Mansa – RJ, em 1936, e outra em Araraquara – SP, em 1946. Dessa época até o início dos anos 1950, a empresa se dedicou quase exclusivamente à industrialização de leite e, depois do leite condensado, passou a fabricar farinha Láctea, leite em pó, chocolate solúvel e sobremesas dietéticas.

Em 1953, a empresa passou a se dedicar à produção de café solúvel. No ano de 1958, a Nestlé entrou no ramo de chocolate e, em 1967 a empresa adquiriu uma fábrica de biscoito. A empresa diversificou suas atividades, atuando também no ramo de sorvetes, água mineral, peixes congelados, sopa de preparo instantâneo, tempero para carnes, dentre outros ramos. Fredericq (1981) enfatiza que a Nestlé tem penetrado em novos setores por duas vias diferentes:

[...] tanto pela incorporação de fábricas existentes, que já dispõem de uma infraestrutura produtiva montada e de um certo mercado consumidor, quanto pela montagem de novas indústrias, aplicando nelas o know-how adquirido em outras partes do mundo. (FREDERICQ, 1981, p. 111).

Este autor desenvolve uma reflexão interessante, ao afirmar que a empresa não esclarece os consumidores sobre a importância da produção que controla, provavelmente para não realçá-la. Dessa forma, os consumidores não suspeitam que tantos produtos consumidos são produzidos por uma única empresa, associando a Nestlé principalmente ao ramo de chocolate.

Inicialmente, a maioria dos fornecedores de leite da Nestlé era composta por pequenos e médios produtores familiares que utilizavam técnicas de produção tradicionais e, apesar de serem proprietários de seus meios de produção, foram subordinados à empresa de várias

maneiras. Essa relação entre empresa e produtor foi adotada por várias outras empresas do setor de laticínios. Todavia, atualmente a Nestlé ou qualquer outra empresa do setor lácteo, devido às novas exigências impostas pelo mercado e pela Portaria Ministerial nº 56 – como a granelização, por exemplo – não desejam ter entre seus fornecedores aqueles que utilizam técnicas tradicionais, e até incentivam, com um preço de leite diferenciado àqueles que se modernizam e entregam um produto de melhor qualidade.

As considerações a respeito da Nestlé, embora realizadas de forma sumária, uma vez que esta empresa não se constitui em nosso objeto de estudo, contribui para que entendamos o poder e as estratégias de uma empresa multinacional, mesmo antes de ocorrerem incentivos à presença do capital estrangeiro no país.

Além do surgimento de empresas denominadas “industrializadoras”, por Mazzali & Costa (1988), surgiram também inúmeras pequenas queijarias, no interior dos Estados, algumas permanecendo com uma certa tradição até os dias atuais, como no caso do Estado de Minas Gerais.

Para estes autores, a indústria de laticínios no Brasil pode ser classificada em três segmentos: o segmento das queijarias, o segmento das envazadoras e o das industrializadoras. As queijarias são pouco exigentes em tecnologia e volume de produção; as envazadoras exigem o mínimo de tecnologia no processo de pasteurização, mas sem escalas de produção consideráveis e, por fim, as industrializadoras são caracterizadas por serem bastante exigentes, em termos de tecnologia, investimentos e volume de produção.

O que se pode observar a partir da configuração do sistema agroindustrial do leite na virada do século XXI é que segmentos como o das queijarias, que não interessam às grandes empresas do setor lácteo, para fins de aquisição ou parceria, bem como os pequenos laticínios, que não dispõem de condições para se reestruturar acabam encerrando suas atividades. Em contrapartida, o segmento das industrializadoras, acabou por incorporar outros segmentos que lhe permitiram ocupar posições monopolistas, através de fusões e aquisições com outras empresas, assunto que trataremos com mais detalhes no item 1.5.1.

Nas décadas de 1930 e 1940 expande-se a criação de bovinos em São Paulo e, além da expansão das bacias tradicionais, surgem e se desenvolvem novas bacias leiteiras. Em São Paulo, ocorreu a expansão da produção leiteira no Vale do Paraíba, Mogiana e centro do Estado. No Estado de Minas Gerais, ocorreu a expansão da produção leiteira na região sul e sudoeste e Triângulo Mineiro, que passaram a se destacar como bacias leiteiras.

A expansão da produção de leite estimulou a criação das cooperativas de produtores, que se dedicavam à organização da produção e comercialização do produto. Assim, no próximo tópico, faremos algumas considerações sobre as cooperativas de laticínios no Brasil. Estas reflexões são importantes, uma vez que em nossa área de estudo há a atuação de uma cooperativa, a COOLVAP (Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema).

2.1.2. O cooperativismo leiteiro no Brasil

O cooperativismo leiteiro teve sua origem na década de 1930, no Vale do Paraíba – SP. De acordo com Mazzali & Costa (1988), alguns fatores propiciaram o desenvolvimento das cooperativas de laticínios:

O descontentamento entre os produtores, premidos pelas condições impostas por usinas e intermediários, e o interesse do governo federal e estadual foram os fatores motores da constituição das primeiras cooperativas de laticínios. (MAZZALI & COSTA, 1988, p. 309).

As cooperativas leiteiras surgiram num momento de crescente demanda de alimentos nas cidades, além de representar uma alternativa encontrada pelos produtores perante a situação de dependência destes em relação às empresas do setor lácteo.

Nos anos 1930, as cooperativas leiteiras enfrentaram dificuldades de implantação, como a insuficiência de recursos financeiros e a concorrência com empresas já existentes. Nos anos 1940, as cooperativas se fortaleceram e se expandiram nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O cooperativismo leiteiro foi um avanço dos produtores, uma vez que representava o controle do processo de beneficiamento e comercialização do leite. De acordo com Mazzali & Costa (1988), o projeto cooperativista contemplava a integração horizontal da produção dos associados, através da constituição das cooperativas singulares, e um processo de integração vertical, através da Cooperativa Central que incorporaria usinas e entrepostos para beneficiamento.

A respeito da integração das empresas, Mazzali (2000), trata das redes verticais e horizontais, sendo que a rede vertical envolve a articulação estreita das atividades de um conjunto de fornecedores e distribuidores por uma empresa coordenadora que exerce considerável influência sobre as ações desses conjuntos. As redes horizontais apresentam-se como um instrumento eficaz de obter acesso a novas tecnologias e novos mercados, além de

se apresentar como um mecanismo viabilizador de estratégias de expansão, a partir da transposição das barreiras à entrada em novos campos de atuação, em particular no que se refere à internacionalização dos mercados e à introdução de novos produtos.

Quanto ao funcionamento, as cooperativas regionais podem ser independentes ou filiadas a uma Cooperativa Central, ou ainda vinculadas a uma empresa privada. De acordo com Stevanato (2002), as cooperativas independentes sofrem limitações, como pouca diversidade de produtos e raio de atuação limitado.

As cooperativas tiveram que diversificar os seus produtos e se dedicar à produção dos mesmos gêneros lançados pelas multinacionais e grandes empresas nacionais, a fim de permanecerem num mercado cada vez mais competitivo.

As estratégias empresariais adotadas pelas cooperativas são de certa forma responsáveis pelo comportamento dos produtores. Assim, Fredericq (1981) ressalta que:

[...] se o fortalecimento das cooperativas se faz por sua transformação em empresas capitalistas cada vez mais concentradas, isso dificultará, necessariamente, a identificação do produtor com sua cooperativa e sua conseqüente participação associativa. (FREDERICQ, 1981, p. 135).

A partir de 1945, período em que passou a vigorar o controle do preço do leite pelo governo federal, as cooperativas passaram por crises de abastecimento, fato que associado à instalação das empresas multinacionais no país poderia ter causado o enfraquecimento das cooperativas de lácteos. Todavia, ainda diante deste quadro as cooperativas continuaram crescendo e seus produtos, em pouco tempo passaram a ser distribuídos em âmbito nacional.

Várias foram às transformações ocorridas no cooperativismo leiteiro no país, merecendo destaque a Lei 5.764/71, que regulamenta as cooperativas, admitindo fusões, alianças ou incorporação por empresas.

O cooperativismo leiteiro, assim como o sistema cooperativista brasileiro de um modo geral, apresenta um grave problema, que contribui para o enfraquecimento da cooperativa e, conseqüentemente do associado, sem que este se dê conta da sua parcela neste processo. O fato é que não ocorre uma participação e uma identificação dos cooperados. Estes, de um modo geral encaram a cooperativa como se esta fosse qualquer outra empresa do setor lácteo, e, em caso de receberem proposta melhor quanto ao valor pago por litro do leite, estes em momento algum param para refletir que estão abandonando uma entidade com a qual deveriam se identificar e lutar para que pudessem crescer juntos.

2.2. Mudanças no setor lácteo dos anos 1940 aos anos 1970

De acordo com Mazzali & Costa (1988), na década de 1940 as empresas Vigor e Leco, ao lado das Cooperativas Centrais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte despontavam como as principais envasadoras de leite. O crescimento destas empresas é explicado não somente pela sua estrutura de processamento, mas também pela sua rede de captação, “disposta estrategicamente junto às principais bacias leiteiras. São verdadeiros complexos leiteiros, com poder oligopsônico junto aos produtores de leite”.(MAZZALI & COSTA, (1988, p.313).

Cabe ressaltar a importância das rodovias para a cadeia produtiva do leite, uma vez que até a década de 1950, a ferrovia era o meio de transporte mais eficaz para que o leite chegasse à indústria, onde seria realizado o seu processamento.

A partir dos anos 1950, as rodovias, ainda que nem todas pavimentadas surgiram como uma alternativa para o transporte de leite e, após os anos 1960, as rodovias passaram a se constituir na principal via de escoamento da produção.

Nessa época, surgiu o semi-reboque não-isotérmico, que de acordo com Teixeira (2001), tinha capacidade de transportar 15.000 litros, sendo que passou por várias modificações, principalmente quanto ao material de cortiça para a lã de vidro, placa de isopor e finalmente poliuretano.

As rodovias também foram responsáveis por mudanças no sistema de coleta junto ao produtor. Antes das rodovias o leite era transportado ao posto de resfriamento por tração animal e, com a chegada das rodovias, o produtor passou a entregar o leite dentro de sua propriedade para um caminhão de coleta.

Para Teixeira (2001), o sistema rodoviário “Facilitou também aumentar o tamanho das bacias leiteiras pela redução do tempo entre a saída da fazenda e a chegada à plataforma do posto ou da indústria”.(TEIXEIRA, 2001, p. 48).

Foi nesta conjuntura que as rodovias contribuíram para o aumento da produção de leite, sendo que este crescimento da produção não foi acompanhado de aumento da produtividade.

No caso do Estado de São Paulo, a ampliação geográfica da pecuária leiteira foi decorrente de três fatores elencados por Mamigonian (1976), quais sejam: incremento da urbanização do Estado, principalmente Grande São Paulo, aumento da produção de leite em

pó para atender às necessidades estaduais e nacionais e decadência de alguns cultivos agrícolas destinados à exportação.

Nos anos 1950, tem início no Brasil a ampliação da fronteira agrícola, associada ao aumento das escalas de produção e modernização tecnológica. A partir deste momento as pequenas empresas tendem a desaparecer e várias empresas regionais não conseguem competir com as grandes empresas, principalmente as multinacionais que realizam altos investimentos em propaganda e diferenciação de produtos.

Neste período, ocorre à entrada de novas filiais de empresas multinacionais no país e a entrada das já existentes. Neste contexto, as grandes empresas nacionais que desejam permanecer no mercado são obrigadas a se modernizar e aumentar a escala de operação, conforme é ressaltado por Mazzali & Costa (1988). Estes autores enfatizam que: “Os anos 50 constituem um marco para a indústria alimentar no sentido de que da-se início à formação de um mercado nacional, crescentemente oligopolizado”.(MAZZALI & COSTA, 1988, p. 319).

Cabe ressaltar que a urbanização contribuiu para o aumento da demanda de alimentos e, principalmente as pessoas com alto poder aquisitivo buscavam produtos diversificados. Para suprir tal demanda, as indústrias alimentícias investiram na diferenciação de produtos, além de investir em propagandas com o intuito de valorizar as suas marcas.

O processo de modernização da agricultura brasileira, que teve início na década de 1960, trouxe algumas repercussões para a cadeia produtiva do leite no Brasil. É neste contexto que pretendemos destacar as principais transformações ocorridas na agricultura de um modo geral, conferindo um enfoque especial às mudanças evidenciadas pelo setor lácteo após os anos 1960.

2.3. O processo de modernização da agricultura e a constituição dos complexos agroindustriais

A partir dos anos 1960, o governo federal passou a estimular o processo de modernização da agricultura, que se caracterizou pela intensificação das relações agricultura-indústria e por alterações nas relações sociais. Deve-se ressaltar que a modernização da agricultura teve por objetivo conduzir a melhores níveis de produtividade, via alteração da base técnica (aumento da produtividade do trabalho, da terra e do capital), viabilizada através da intensificação das relações agricultura-indústria.

Foi neste período que ocorreu a consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI), que é assim definido por Mazzali (2000).

Trata-se da articulação da agricultura, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícolas e, por outro lado, com a indústria processadora de produtos agrícolas, a agroindústria. (MAZZALI, 2000, p. 17).

A constituição do CAI representa o surgimento de um novo padrão agrícola e dessa forma, a relação entre a indústria e a agricultura passa a ser definida pela industrialização do campo. Embora os complexos agroindustriais estivessem vinculados a uma mesma base tecnológica, isso não os impedia que de acordo com o segmento produtivo adotassem uma dinâmica própria.

Para Guimarães (1982), são os dois conjuntos da indústria, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que compõem o complexo agroindustrial.

Isso quer dizer que os setores industriais fornecedores dos insumos agrícolas só começam a implantar-se a montante da agricultura numa fase ulterior do desenvolvimento da economia, depois de um núcleo industrial de certa magnitude se haver instalado a jusante da agricultura e de este impor, à sua maneira, as quantidades e os tipos de produtos mais conformes com as exigências da transformação industrial. (GUIMARÃES, 1982, p. 134).

Um fato importante ocorrido nesse período foi à expansão da fronteira que, de acordo com Graziano da Silva (1996) foi favorecida pela ampliação da infra-estrutura de transporte. Dessa forma, a expansão da área cultivada ocorria principalmente através da ocupação de fronteiras próximas ao Centro-Sul.

Aos poucos, a expansão da fronteira agrícola toma novos rumos e, conforme aponta Delgado (1985), esta passa a se dirigir para as regiões Norte e Centro-Oeste, onde a tecnologia utilizada varia de acordo com o tamanho e a natureza da exploração. Nestas áreas de fronteira agrícola, a mão-de-obra utilizada é composta de semi-assalariados com baixa utilização por unidade de área e de produto, o grau de integração com a indústria a montante e a jusante é variável e o acesso às políticas agrícolas é prioritário à grande propriedade. Cabe destacar ainda que as empresas se organizam de forma individual e em sociedade, com crescente integração de capitais.

Outra mudança dos anos 1960 foi a implementação do sistema nacional de Crédito Rural (SNCR), que não foi distribuído de forma equitativa, conforme destaca Sorj (1985), sendo que este foi utilizado principalmente por médios e grandes produtores, ficando os pequenos completamente marginalizados, principalmente os mais pobres.

Quanto às alterações nas relações de trabalho no campo, data de 1963 a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, que pretendia estender os direitos dos trabalhadores urbanos, como férias, salário mínimo, proteção da mulher e do menor aos trabalhadores rurais.

Em 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra que, conforme afirma Delgado (1985), contém a estruturação de condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura.

O processo de modernização provocou mudanças significativas no campo brasileiro, uma vez que este foi um processo seletivo e discriminatório, atingindo apenas algumas regiões e categorias de produtores, ou seja, a modernização se limitou ao Centro-Sul e favoreceu principalmente aos grandes produtores rurais.

Cabe ressaltar que as transformações deste período contribuíram para a concentração fundiária, pois vários pequenos produtores se viram impossibilitados de continuarem a produzir no campo e venderam suas terras para médios e grandes produtores, passando a se dirigir às cidades, que não estavam preparadas para absorver este grande contingente populacional.

Com a modernização, o trabalho manual foi substituído pelo trabalho mecanizado e, uma vez que os trabalhadores que se dirigiam para as cidades não tinham a qualificação exigida para serem absorvidos pelo mercado de trabalho urbano. Como consequência, ocorreu o crescimento do número de trabalhadores denominados bóias-frias, que geralmente residem nas periferias das cidades, trabalhando principalmente nas épocas de plantio e de colheita.

De modo geral, a modernização da agricultura possibilitou o aumento da produtividade agrícola e a ampliação da área produzida. Por outro lado, provocou a desagregação da pequena propriedade e o aumento dos conflitos sociais no campo pela posse da terra.

É neste contexto que surgem movimentos sociais, como o MST, lutando contra a expropriação e rompendo “com estruturas, desafiando-se e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra”.(FERNANDES, 1996, p. 66).

Os movimentos sociais que eclodiram nas décadas de 1970 e 1980 foram motivados pela exclusão provocada pelo processo de modernização da agricultura, onde os trabalhadores passam a construir uma nova forma de organização social.

O cenário dos anos 1990 é marcado pela perda do poder explicativo da categoria complexo agroindustrial, tão utilizado nas décadas de 1970 e 1980. O CAI se torna insuficiente para apreender as novas articulações entre os agentes, que a partir deste momento passam a utilizar um conjunto de estratégias que redefinem dinamicamente as relações no setor empresarial.

Surge um novo modelo explicativo para a dinâmica do setor agroindustrial – a organização em rede. Neste tipo de organização, a função de uma unidade empresarial é definida principalmente a partir das relações com outras empresas. Para Mazzali (2000).

[...] as relações entre empresas não conhecem qualquer tipo de fronteira – geográfica, setorial ou empresarial. Nesse sentido, ao quebrar limites geográficos, a organização “em rede” consegue captar o movimento recente de globalização. Por sua vez, ao quebrar a rigidez na delimitação de setores e empresas, consegue dar conta, com o mesmo aparato conceitual, das transformações que se estão operando, tanto no âmbito interno, quanto no âmbito das interações entre empresas, trabalhando simultaneamente com a empresa e com o setor. (MAZZALI, 2000, p. 156-157).²

Dessa forma, a concorrência desloca-se para a seleção de parceiros, visando a formação de relações que permitem o acesso aos recursos externos necessários ao aproveitamento das oportunidades de lucro, conforme destaca Mazzali (2000).

2.3.1. O sistema agroindustrial do leite no contexto do processo de modernização da agricultura

O processo de modernização da agricultura também repercutiu sobre o sistema agroindustrial do leite no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, embora de forma menos pronunciada que dentre outros setores da agricultura. Desta forma, ocorreu o desenvolvimento de setores voltados para a produção de insumos e equipamentos para a agricultura e a crescente demanda por leite e derivados.

Dentre os fatores que explicam este quadro, dois são destacados por Mazzali & Costa (1988). O primeiro fator responsável pela limitada modernização da produção leiteira no Brasil diz respeito à redução da margem de lucro obtida pelo produtor; decorrente da política de controle de preços do governo; o segundo fator refere-se ao desinteresse por parte das empresas em promover a modernização do produtor.

Foram alcançados alguns avanços na modernização tecnológica da pecuária leiteira, como a expansão da indústria voltada à produção de equipamentos e insumos, que via de regra esteve sob comando de empresas multinacionais.

Na década de 1960, foram introduzidas algumas inovações técnicas, como tanques mecânicos de coagulação, ordenhadeiras mecânicas, formas de material plástico para

² Embora tenhamos ressaltado no final do item as transformações operadas no setor agroindustrial após os anos 1990, a nossa intenção era simplesmente destacar o processo de modernização da agricultura, que se estendeu dos anos 1960 até o final dos anos 1980.

embalagem, bombas centrífugas, embaladeira plástica e embaladeira para copos, plásticos, conforme é apontado por Mazzali & Costa (1988).

A principal inovação introduzida na produção de leite foi a ordenhadeira mecânica, particularmente para a produção de leite B. Para os laticínios, além das inovações introduzidas para o processamento de queijo, mereceram destaque neste período as novas técnicas de embalagem. Estas inovações introduzidas revolucionaram a produção de leite e derivados no país a partir dos anos 1960.

É interessante observar o quanto essas inovações trazem facilidade tanto para o consumidor como para a indústria. Assim, cabe ressaltar que até o final dos anos 1960 não existiam as embalagens de plástico, denominadas “barriga mole”, e o leite era comercializado em embalagens de vidro, que deveriam ser devolvidas. Havia o problema da higiene dos mesmos, que representavam custos altos, bem como problemas relacionados à quebra de vidro e retorno. As novas embalagens tiveram boa aceitação no mercado, e em pouco tempo substituíram as de vidro.

Aliadas a essas inovações desenvolvem-se modernas técnicas de conservação e transporte, como o uso do caminhão dotado de tanque isotérmico, que, aliado à expansão da malha rodoviária substituiu quase totalmente o transporte por tração animal e ferroviário, além de permitir a obtenção de matéria-prima barata, através da expansão geográfica das bacias leiteiras nos anos 1970.

Dessa forma, Mazzali & Costa (1988) enfatizam que:

Nesse período, as grandes empresas de laticínios do eixo São Paulo-Rio de Janeiro estendem sua rede de captação de matéria-prima em direção ao Sudoeste e Nordeste do Estado de Minas Gerais, Agreste de Pernambuco, Goiás, Mato Grosso e Norte do Paraná. Presencia-se, portanto, a constituição plena de um mercado de dimensões nacionais na captação do leite. (MAZZALI & COSTA, 1988, p.341).

Cabe ressaltar que neste período, a Nestlé era a única empresa que atuava num mercado de dimensão nacional, a maioria das empresas nacionais operava apenas em mercados locais e regional.

Neste contexto, Fredericq (1981) faz algumas considerações sobre a expansão da Nestlé no Brasil.

Nessa tendência para a expansão territorial em áreas potenciais ainda pouco exploradas, a empresa contou, no Brasil, com a colaboração das políticas de incentivos fiscais regionais da Sudam, na região Amazônica, e da Sudene, no Nordeste. Esses incentivos à desconcentração industrial vieram ao encontro de sua necessidade de expansão territorial, que surge em todo o país em que a empresa esteja implantada há várias décadas, perto de centros urbanos de alto crescimento. (FREDERICQ, 1981, p. 143).

As estratégias de produção da Nestlé influenciaram o tipo de produto lácteo consumido pela população do país. Nos anos 1970, a empresa recorria à distribuição de amostras grátis de leite em pó, como forma de incentivar as mães a comprarem este produto. A empresa, através de suas campanhas publicitárias influenciou a população a diminuir o consumo de leite líquido e a aumentar o consumo de derivados sofisticados, entre as classes média e alta.

Esta empresa, através de seu poder econômico redirecionou, a seu favor, os setores de produção e consumo de lácteos, “acabando, [...], com dois mitos ainda vigentes entre certos setores da sociedade brasileira: o da ‘independência’ dos produtores rurais e o da ‘liberdade’ dos consumidores”. (FREDERICQ, 1981, p. 173).

Estas estratégias logo seriam adotadas por outras empresas do setor lácteo, como a Parmalat, por exemplo, que em 1977, depois de quatro anos de associação com a empresa Mococa, passa operar como empresa independente no Brasil. A Parmalat se concentra na linha de leite esterilizado, produto que aos poucos foi conquistando a preferência do consumidor.

As principais novidades em termos de produtos lácteos lançados no Brasil nos anos 1970 foram o iogurte com sabor de frutas, as sobremesas lácteas, os queijos especiais e o leite esterilizado.

A tecnologia necessária para a produção dos novos produtos lácteos disponíveis a partir deste período era exclusiva das empresas multinacionais, sendo que o volume de investimentos necessários à implantação das linhas desses produtos era inacessível às empresas nacionais conforme enfatizam Mazzali & Costa (1988).

Ainda baseado nos autores supracitados, convém destacar que este período foi marcado por um processo de concentração de capital na indústria de laticínios, através da entrada de grandes empresas multinacionais que se associaram ou adquiriram empresas nacionais.

Este é o cenário que marcou o sistema agroindustrial do leite no Brasil até o final dos anos 1970. A seguir discutiremos as transformações ocorridas no sistema agroindustrial do leite, principalmente a partir dos anos 1990. Estas transformações foram decisivas para a atual configuração deste sistema agroindustrial.

2.4. O processo de reestruturação da indústria de alimentos no Brasil: o caso do setor de laticínios

As multinacionais do setor de alimentos adotaram novas estratégias de organização interna que lhes permitiram conquistar amplas parcelas do mercado do seu país de origem, além de se expandirem no mercado mundial. Essa expansão se deu através das fusões e aquisições, em produtos e áreas relevantes para as empresas e, geralmente se realizavam através de associações com empresas concorrentes.

Para Belik (1995), as empresas alimentícias provocaram uma reestruturação na cadeia agroindustrial, ao utilizar o desenvolvimento da biotecnologia, de novas formas de aquisição de matérias-primas, além da interação com outras empresas agroindustriais e da utilização de novos métodos de produção industrial, com a introdução da informática. Assim, podemos afirmar que as mudanças organizacionais nas empresas alteram a segmentação do mercado e de produtos e a logística da distribuição.

De acordo com Mazzali (2000), o desenvolvimento da biotecnologia animal e vegetal representa para a indústria maiores possibilidades de adequar os insumos agrícolas às necessidades industriais, incorporando padronização, qualidade do produto, estabilização da oferta e ampliação das possibilidades de diferenciação. Como resultado desse novo sistema de produção é possível verificar:

[...] a fabricação de bens relativamente diferenciados, além da oportunidade de produzir, de maneira eficiente, séries limitadas para mercados emergentes ou segmentos estreitos da clientela; [...] a redução dos ciclos percorridos entre produto, projeto e mercado, aumentando a velocidade de colocação do produto. (MAZZALI, 2000, P.33).

Neste contexto de reorganização da indústria de alimentos no Brasil, cabe destacar que os setores de produção e processamento de leite receberam um grande volume de capital estrangeiro, fato que demonstra o poder da indústria de laticínios no Brasil.

Oliveira (1981), afirma que o leite é um produto quase totalmente monopolizado pelo capital industrial. Para este autor, “[...] o setor leiteiro está submetido totalmente ao capital multinacional, sobrando para o capital nacional a fatia de distribuição de leite *in natura* que, sabidamente, é de mais baixa rentabilidade no setor”.(OLIVEIRA, 1981, p.35).

Verifica-se, que não são apenas as empresas responsáveis pela produção e processamento do leite e derivados que são dominadas pelo capital estrangeiro, mas também empresas do setor de ordenhadeira, equipamentos agrícolas, vacinas, rações, inseminação artificial, dentre outros setores. Este fato reflete o grau de subordinação da cadeia produtiva do leite brasileiro ao capital internacional.

A subordinação dos produtores aos laticínios não se dá apenas quando estes são filiais de empresas estrangeiras, mas também ocorre nas relações com os médios e grandes laticínios nacionais. Neste contexto, cabe destacar que aos produtores compete, além de arcar com despesas que variam desde a aquisição de matrizes, equipamentos e insumos, o pagamento da taxa de frete cobrada pelos laticínios, acarretando em descontos mensais no pagamento dos produtores, refletindo o processo de subordinação que a empresas criam nas áreas de captação de leite.

Assim, verifica-se que no processo de trabalho do pequeno produtor de leite ocorre a subordinação formal do trabalho ao capital, à medida que o produtor sendo proprietário dos meios de produção, tais como terra, animais e equipamentos, tem seu produto subjugado no momento de sua transformação em mercadoria.

Uma estratégia que vem sendo adotada pelos laticínios nos últimos anos diante das reformulações que vem ocorrendo no setor lácteo, acompanhada das exigências de modernização dos produtores refere-se aos preços diferenciados pagos ao produtor, pela posse ou não o tanque de expansão, o que também se constitui em uma forma de subjugar o produto.

A subordinação da pecuária leiteira ao capital industrial não é recente, mas se aprofundou ainda mais após as transformações ocorridas nos anos 1990, com destaque para a abertura da economia nacional, pois esta alterou profundamente a cadeia produtiva do leite no Brasil, provocando mudanças organizacionais e tecnológicas, além de alterações no consumo de leite e derivados.

2.5. A abertura da economia nacional e suas repercussões no sistema agroindustrial do leite

A cadeia produtiva do leite passou por várias reformulações a partir dos anos 1980, em decorrência da abertura comercial, da desregulamentação do setor pelo governo federal e da consolidação do Mercosul que, apoiado na liberação de tarifas entre os países membros provocou a importação sistemática de leite e derivados dos países membros.

As importações de leite e derivados tem prejudicado o setor leiteiro nacional, principalmente no que diz respeito aos produtores, pois na medida em que se aumentam as importações, os produtores nacionais sofrem com a redução do preço pago pelos laticínios.

2.5.1. As importações de produtos lácteos e os reflexos do Plano Real para a cadeia produtiva de leite no Brasil

A liberação do preço do leite em 1991 provocou a extinção de vários programas sociais que absorviam grandes volumes de leite pasteurizado e em pó. Assim, de acordo com Stevanato (2002, p. 23) “O governo deixou de ser importador exclusivo de produtos lácteos, abrindo desta forma o mercado”.

A liberalização comercial se caracterizou por redução geral das tarifas comerciais para importação. O governo abriu o mercado com o intuito de promover tais reformulações na política comercial, sendo que as importações foram favorecidas pela sobrevalorização da taxa de câmbio.

Durante os anos 1990, houve a constatação da prática de *dumping*, uma vez que foram negociadas grandes quantidades de leite em pó, com vantagens comerciais para os países exportadores, quais sejam, Argentina, Uruguai, Nova Zelândia, além da União Européia.

No caso das importações de leite em pó, provenientes da União Européia, este produto é encarecido ao entrar no Brasil, através do imposto de importação e das medidas *antidumping*.

O aumento das importações de leite em pó, aliado à desvalorização do real em 1999, e à queda dos preços do produto no mercado internacional levou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) a investigar a ocorrência de práticas desleais no comércio de leite no mesmo ano.

A partir das medidas *antidumping*, no ano 2000, verificou-se redução nas importações de leite. De acordo com Stevanato (2002), as medidas *antidumping* tiveram por finalidade “regularizar o mercado, corrigir distorções e transtornos, mas sem proteção ou vantagem para nenhum país ou empresa”. (STEVANATO, 2002, p. 30).

Ainda sobre as importações, cabe mencionar que estas são estimuladas pela taxação e pelo prazo de pagamento, que pode chegar a dois anos. A respeito da taxação, Silva & Tsukamoto (2001) enfatizam que:

[...] a maior parte do leite que entra no Brasil é via MERCOSUL. Se este leite viesse diretamente da Europa, teria que pagar a Tarifa Externa Comum (TEC), de 27%. Entrando por qualquer país pertencente ao MERCOSUL, será pago para o mesmo leite apenas 16%, ou seja, uma diferença de 11%. (SILVA & TSUKAMOTO, 2001, p. 149).

Além das importações, uma outra questão que merece ser abordada refere-se ao fim do tabelamento do preço do leite pelo governo federal, que afetou desde o produtor até o consumidor final. Durante os 46 anos em que vigorou o tabelamento, a pecuária leiteira pouco se modernizou, pois não havia incentivos governamentais que estimulassem a produção.

Por outro lado, no período em que vigorou o tabelamento, os produtores tinham uma garantia de quanto seriam os seus rendimentos, ao contrário do que ocorre atualmente, podendo os laticínios reduzir os preços pagos ao produtor, de acordo com os seus interesses. O consumidor também enfrentou problemas até 1991, referentes à qualidade, disponibilidade e variedade dos produtos no mercado.

Em 1991, a intervenção governamental no setor teve seu fim, e, associado ao processo de abertura da economia brasileira, várias empresas multinacionais do setor de laticínios ingressam no país, conquistando os consumidores com suas inovações.

O Plano Real, implantado em julho de 1994, foi fundamental para o mercado de alimentos, pois com a estabilidade da moeda no início da sua vigência, ocorreu uma ampliação do poder aquisitivo, e as pessoas tiveram acesso a produtos considerados supérfluos até então. Neste contexto, cabe destacar que o leite e seus derivados são produtos muito sensíveis à redução de preços e ao aumento da renda.

De acordo com Fonseca & Moraes (1999), os pães e panificados em geral, ao lado do leite e derivados são os alimentos mais adquiridos pelas famílias de baixa renda. Assim, para esses autores:

O leite e derivados são produtos que apresentam grande sensibilidade à variação de renda – elasticidade renda – aparecendo no segundo grupo de alimentos com maior peso nas despesas com alimentos das famílias brasileiras que recebem até dois salários mínimos. (FONSECA & MORAIS, 1999, p. 13).

A estabilização monetária do início do Plano Real contribuiu para aumentar o consumo do leite, devido à sensibilidade do consumo, característica da baixa elasticidade-renda, assim, prevaleceu a redução dos preços, associada à sobrevalorização cambial a redução das tarifas comerciais de importação. Todavia, essa redução teve um aspecto negativo, que foi transmitido aos produtores, que passaram a receber menos pelo leite entregue aos laticínios.

A diferença entre o preço pago pelos consumidores e o que é recebido pelos produtores pode ser apropriada tanto por intermediários, como cooperativas e laticínios, pois o poder de mercado destes é maior que o dos produtores, conforme afirmam Fonseca & Morais (1999).

Embora o preço pago pelo litro do leite ao produtor tenha sofrido redução, não se pode negar que o aumento do consumo de leite estimulou o aumento da produção nas bacias leiteiras tradicionais, e também em novas áreas, como o Cerrado de Minas Gerais e de Goiás, por exemplo.

A abertura da economia brasileira provocou várias transformações no sistema agroindustrial do leite no país. Assim, consideramos importante mencionar o momento atual, em que a oferta de leite no país está abaixo da demanda, o que tem estimulado a recuperação dos preços pagos ao produtor.

Ainda que esteja ocorrendo esta recuperação que beneficia o produtor, a indústria de laticínios pode utilizar estratégias visando à queda dos preços pagos ao produtor. Essas estratégias referem-se à importação de leite e derivados, muito comum até pouco tempo atrás.

A esse respeito, Campos Filho (2003) faz um alerta:

O governo brasileiro deve estar atento a essa situação, não apenas por estar preocupado com o produtor de leite brasileiro e estimulá-lo para que no mínimo a produção nacional atenda às necessidades de consumo, mas porque sem isso, a exemplo do que aconteceu no passado, o Brasil será um importador crônico de leite, deixando de gerar no campo milhares de empregos e contribuindo para o aumento da fome e da violência urbana em nosso país. (CAMPOS FILHO, 2003, p. 02).

A recuperação dos preços ao produtor ainda é pequena, todavia está contribuindo para o aumento da produção de leite no país. Tudo indica que o Brasil caminha para a auto-suficiência em lácteos, possuindo capacidade industrial suficiente para atender toda a demanda de leite em pó, acarretando assim, a redução das importações desse produto.

De acordo com Rubez (2003), “O leite em pó importado hoje pelas empresas no Brasil é utilizado na fabricação de leite condensado que é exportado com maior valor agregado”.

Verifica-se que as importações de leite em pó, passam a ter outra finalidade, à medida que este produto deixa de ser importado para se destinar ao consumidor brasileiro, passando a se transformar em produtos voltados à exportação. Esta é uma nova característica dos mercados expressa pela globalização/liberalização comercial, assim as importações são realizadas na entressafra e posteriormente se exporta o produto processado.

O leite em pó tem um papel importante, tanto no que diz respeito ao mercado de consumo final e, principalmente por ter a vantagem de poder ser estocado, além de ser utilizado como insumo reidratado.

Em outros países, este produto é utilizado principalmente para outros fins, conforme destaca Wilkinson (1993). Para este autor, “embora a tradição de consumo no Brasil seja muito mais forte do que nos países desenvolvidos, onde os mercados de insumos industriais e rações animais representam importantes saídas”.(WILKINSON, 1993, p. 41).

O leite em pó se constituiu num dos primeiros substitutos do leite fluido, a partir do processo de consolidação da urbanização brasileira. Nos anos 1980, este produto seria substituído pelo leite longa vida, que pela sua praticidade conquistou o consumidor brasileiro e, a partir dos anos 1990 passou a ser o preferido dos consumidores, em detrimento do leite pasteurizado.

2.5.2. Redefinições na produção de leite no Brasil no contexto da incorporação de novas tecnologias

A modernização do sistema agroindustrial do leite não teve uma repercussão positiva para todos os envolvidos nesta cadeia produtiva, pois se verifica o domínio absoluto das grandes empresas, principalmente das multinacionais, em detrimento dos pequenos laticínios. Os produtores que não atendem às novas exigências das empresas também são descartados. Este fato é preocupante, uma vez que o leite se constitui num importante complemento à renda dos pequenos produtores rurais.

Cabe ressaltar que o leite emprega mais que a cana-de-açúcar, o algodão e a soja. São quase 3,2 milhões de pessoas. Embora empregue tantas pessoas, muitos pequenos produtores têm abandonado a atividade, enquanto ocorre um aumento da quantidade de leite captada, conforme aponta Cerri (2002).

Na média, 30% a 40% dos produtores já foram descartados. Milhares de linhas de leite abandonadas no interior do país. Centenas de postos de coleta fechados. O volume recolhido pela indústria, porém, que cooptou os maiores e os mais aptos aumentou. (CERRI, 2002, p. 39).

Os ganhos de produtividade responsáveis pelo elevado volume recolhido pela indústria se devem à adoção de tecnologia, seja através de melhoramento genético, e de melhorias na alimentação e na saúde animal.

Atualmente o Brasil ocupa o posto de sexto maior produtor de leite do mundo, possuindo acima de um milhão e cem mil propriedades que exploram leite. “O leite está entre os seis primeiros produtos mais importantes da agropecuária brasileira, ficando à frente de produtos tradicionais como café beneficiado e arroz”. (VILELA, 2002, p. 01). Este autor destaca que o aumento da produção de leite no Brasil está ligado à abertura de novas fronteiras, como a região do Cerrado (Goiás) e as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, além de Rondônia, Mato Grosso e sul do Pará, que recentemente passaram a se destacar na produção de leite.

Embora o Brasil esteja entre os maiores produtores de leite do mundo, o país é um importador de produtos lácteos. Todavia, se a produção de leite continuar a crescer, a tendência é que o Brasil se torne um exportador de leite e derivados.

A produção de leite no Brasil tem aumentado significativamente nos últimos anos. De acordo com Vilela (2002), a produção brasileira de leite nos últimos 25 anos aumentou 150%. Em 1975 foram produzidos 8 bilhões de litros, saltando para 19,8 bilhões em 2000 e atingindo 21 bilhões de litros em 2001. No cenário mundial, o mercado brasileiro tem grande potencial para impulsionar as vendas externas de lácteos, refletindo diretamente na redução das importações.

Este cenário promissor está atrelado contraditoriamente a uma forte heterogeneidade na indústria de laticínios, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto comercial, pois os grandes laticínios dividem espaço com as queijarias e pequenos laticínios, e o primeiro elo da cadeia produtiva do leite, ou seja, a produção se divide entre grandes produtores tecnificados

e pequenos produtores não especializados que produzem matéria-prima diferenciada pelos laticínios, no tocante ao preço e à qualidade.

O sistema agroindustrial do leite no Brasil mudou muito nos últimos anos, apresentando vários reflexos no ambiente competitivo, como “concentração e internacionalização da indústria, novas embalagens, maior poder dos supermercados, coleta a granel, reestruturação geográfica, pagamento diferenciado, etc.” (JANK & GALAN, 2000, p. 10).

Em relação ao pagamento diferenciado, é interessante tratar do sistema de leite-cota e leite excesso. O leite-cota é estabelecido nos meses de menor produção, e o leite-excesso é o excedente da cota, tendo, portanto seu preço gradativamente desvalorizado em relação à cota. Atualmente, quando se fala em pagamento diferenciado, a referência não é somente ao leite-cota e excesso, mas principalmente à qualidade do produto entregue. Assim, se um produtor dispõe de um tanque de expansão, é em geral melhor remunerado que um produtor que não dispõem de tal equipamento.

A respeito da incorporação de novas tecnologias pelos produtores de leite, é importante atentar para o fato de que os preços recebidos, muitas vezes mal cobrem os custos de produção. Assim, torna-se difícil para estes produtores adotarem novas técnicas de produção e manejo do rebanho, justamente num momento em que o mercado exige e valoriza um produto de melhor qualidade.

Concernente a este assunto, um produtor afirma que:

A gente tem que custear tudo e não dá para tirar a manutenção, uma vez que tudo está muito caro. O preço do leite muito baixo, o custo do leite muito alto, uma vez que o restante sobe toda semana, sal, vacina, remédio, força, combustível .CÉSAR PARMIGIANI, 59 ANOS).

A remuneração do produtor de leite brasileiro é uma das menores do mundo, conforme destaca Vilela (2002), sendo equivalente ao custo da embalagem do leite longa-vida. Ainda assim, o setor lácteo evoluiu, seja no que diz respeito ao rigor sanitário ou à garantia de abastecimento. Todavia, esses avanços não foram suficientes para satisfazer todos os elos desta cadeia produtiva.

É neste contexto que Cerri (2002) aponta algumas frustrações para este setor lácteo, que têm se estendido até o início do século XXI.

[...] os produtores estão ganhando cada vez menos; as oportunidades tecnológicas e genéticas permanecem inacessíveis ao mundo miúdo da ordenha (70% dos 1,2 milhão de fornecedores tiram até 50 litros por dia); o salto da eficiência não venceu a linha da exclusão. Ela condena 1/3 do país, no mínimo, ao subconsumo. (CERRI, 2002, p. 37)

O consumo interno atual de leite e derivados é de 135 litros *per capita*/ano, conforme afirma Cerri (2002), sendo que antes da abertura da economia nacional, girava em torno de 90 litros *per capita*/ano, segundo Belik (1992). Embora o consumo tenha aumentado nos últimos anos, ainda está muito abaixo do que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 220 litros *per capita*/ano.

Este aumento no consumo se refletiu praticamente em todos produtos, merecendo destaque o leite longa vida, queijos, iogurtes, bebidas e sobremesas lácteas. Além de ter ocorrido o aumento da oferta de produtos lácteos nos supermercados, verificou-se também um crescimento expressivo da oferta de leite na entressafra – que corresponde aos meses de junho, julho, agosto e setembro, período que tradicionalmente é caracterizado pela diminuição na produção de leite e, por este fato os produtores são mais bem remunerados, ao contrário da safra (meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março), que devido à elevada produção, os preços pagos pelo litro do leite são reduzidos drasticamente.

Os produtores que se dedicam à criação intensiva do rebanho leiteiro não enfrentam este problema da diferenciação de preços recebidos ao longo do ano, pelo fato de que na entressafra complementam a alimentação do gado com rações, suplementação mineral, feno, silagem, dentre outros alimentos. Por este fato mantém a produção constante.

Jank & Galan (1998) têm algumas explicações para o aumento da produção leiteira no país. De acordo com estes autores:

[...] três fatores podem explicar o fenômeno da formação recente de excedentes de leite no País: o crescimento horizontal da produção de algumas regiões, a crescente especialização de uma parte dos produtores – que começam a vencer os problemas da sazonalidade da oferta (...) e a já comentada concorrência acirrada dos importados lácteos. (JANK & GALAN, 1998, p. 217).

Apesar dos avanços verificados nos índices de produtividade do leite no Brasil, Faria (2000) afirma que o crescimento da produção se deve muito mais à incorporação de novas áreas ao processo produtivo, do que ao aumento de um rebanho especializado, criado sob confinamento.

A incorporação de novas áreas ao processo produtivo nos faz pensar na reestruturação geográfica da pecuária leiteira. Assim, pode-se considerar como bacias leiteiras tradicionais as regiões sudeste e sul do país, notadamente os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Atualmente, uma outra região vem se destacando na produção de leite no Brasil, estamos nos referindo à região Centro-Oeste, com destaque para o estado de Goiás.

Jank & Galan (1998) apontam alguns fatores que explicam a migração da pecuária leiteira para o cerrado, quais sejam: crescimento da demanda por produtos lácteos menos perecíveis (caso do longa vida); crise da pecuária de corte tradicional; crise da agricultura nos dois primeiros anos do Plano Real, em que os baixos preços de grãos estimularam a diversificação dos produtores de grão para a pecuária e incentivos de políticas públicas, como as linhas de financiamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que estimularam os produtores a adquirir animais de raças especializadas em outras regiões do País (e até do Mercosul), estimulados pela crescente demanda por leite no Brasil.

Apesar da ocorrência da expansão horizontal da produção, na direção de regiões mais distantes dos centros consumidores – o que não necessariamente implica em uma produção de qualidade – verifica-se, por outro lado, que os laticínios exigem e valorizam cada vez mais a escala e a qualidade da matéria-prima.

2.5.3. Novas formas de atuação dos laticínios x comportamento dos produtores

Bortoleto & Chabaribery (1998, p. 31), ressaltam que: “A qualidade, ainda tratada como um diferencial competitivo por aquelas empresas que deram início ao sistema de pagamento diferenciado, passará a ser cada vez mais uma exigência do setor”.

Ao lado das exigências dos laticínios, ocorre o aumento do número de produtores que vendem leite e derivados diretamente ao consumidor. A produção e comercialização de derivados lácteos, principalmente de queijo não é recente, e sempre se constituiu numa alternativa utilizada pelos produtores que não desejam entregar toda a sua produção aos laticínios, obtendo baixa remuneração. Desta maneira, outra alternativa muito utilizada é a venda de leite no mercado informal, cujo preço obtido é superior ao que é pago pelos laticínios, pois em 2003, os produtores da região em estudo recebiam uma média de R\$0,35 por litro entregue ao laticínio, sendo que informalmente o litro do leite era comercializado por até R\$ 0,80.

Atualmente, diversos produtores estão investindo em equipamentos e instalações que possibilitem a pasteurização na propriedade. Dessa forma, se configura a possibilidade de se desvincularem das cooperativas e laticínios, vendendo a produção diretamente ao comércio varejista.

Neste contexto, Savitci et al (1988) enfatiza que a pasteurização na propriedade “vem se consolidando como meio de agregação de valor ao produto, aumentando a parcela da margem de comercialização detida pelo produtor”. (SAVITCI et al, 1998, p.7).

É neste contexto que as associações de pequenos produtores adquirem importância, tanto no que diz respeito à pasteurização na propriedade e a venda direta ao varejo, demonstrando a viabilidade da pequena produção, como simplesmente através da aquisição do tanque de expansão, que torna possível que vários produtores continuem a entregar o leite aos laticínios, o que muitas vezes seria inviável se estes agissem individualmente, além do que as associações de produtores de leite expressam uma forma de fortalecimento da organização rural.

As associações, ainda que possibilitem a reprodução social dos produtores, estão longe de representarem um poder político, tal como ocorre na Europa e nos Estados Unidos, onde os produtores dispõem de organizações eficientes para defender a seus interesses.

Uma das razões da falta de organização política do setor lácteo é a pecuária mista, pois a partir do momento que o produtor não é especializado, o seu interesse em lutar pela categoria é minimizado. De acordo com Lopes & Jank (1995), há pouco poder político no setor leiteiro no Brasil, e devido a este fato, o setor não se defendeu contra as políticas de importações e a instabilidade de preços.

A falta de organização do setor acarreta em uma fragilidade da economia leiteira doméstica perante os preços internacionais, porém diante de baixas tarifas de importação, ainda que haja organização do setor os mercados internacionais podem influenciar a economia nacional. Nesta conjuntura, Nogueira Netto (1996, p.09) enfatiza que os problemas estruturais do setor só serão solucionados, “quando se reduzir ou neutralizar sua vulnerabilidade diante dos vieses do mercado internacional”.

É baseada nesta constatação que deveriam ser guiadas a reivindicação dos produtores, bem como as políticas públicas, visando a auto-suficiência da produção, a organização do mercado e uma melhor remuneração do produtor.

Atualmente, verifica-se que os laticínios valorizam aspectos da qualidade do leite, ainda que a preços mais elevados, além da especialização e profissionalização do produtor. Entretanto, no que diz respeito ao produtor, cabe ressaltar que a qualidade do leite, bem como a elevada produtividade resulta de uma alimentação que, além das pastagens seja

complementada com uma suplementação mineral, rações concentradas, dentre outros componentes cujo acesso é dificultado aos pequenos produtores, o que implica em queda da produtividade e qualidade do leite. Pode-se dizer que houve uma deterioração dos termos de troca, pois os preços dos insumos apresentaram queda, o que possibilitou aumento de produção e produtividade, porém os preços do leite pagos ao produtor apresentaram queda superior ao preço dos insumos, o que explica a dificuldade dos produtores em adquirir tais suplementos a partir dos preços recebidos pelos laticínios.

Assim, Reis et al (1993), enfatiza que “a elevação nos preços da alimentação induz os pecuaristas a reduzirem a oferta de leite e a intensificarem o descarte de animais. O capital é o fator mais limitativo da produção”. (REIS ET AL, 1993, p. 215).

No Brasil ainda que o sistema agroindustrial do leite tenha passado por várias reformulações desde os anos 1990, ainda se verifica uma incerteza nas expectativas dos produtores em relação aos laticínios, assim como o inverso. É por este motivo que ocorrem fases de excesso e falta de matéria-prima no mercado nacional. Quando há excesso de leite no mercado ocorre queda na remuneração do produtor e na escassez verifica-se recuperação dos preços pagos ao produtor.

O mercado ainda se caracteriza por várias indefinições referentes ao valor da qualidade e regularidade na oferta de leite, dificultando os investimentos a médio e longo prazo, bem como o processo de especialização dos agentes produtivos, conforme destacam Jank & Galan (2000).

Na verdade, ocorrem no Brasil dificuldades de cooperação entre os diferentes atores da cadeia produtiva do leite e, dessa forma, as associações têm baixo poder de representatividade perante a indústria, e quase nunca obtém êxito em reivindicações por um preço justo.

De acordo com Nogueira (2003), há suspeitas de aumento dos estoques de leite por parte das indústrias, fato que, se confirmado, pode pressionar os preços para baixo, em plena entrada da entressafra. Nogueira ressalta ainda que, em um mês – entre abril e maio de 2003 – os preços do leite no varejo aumentaram 12%.

Ao contrário do Brasil, cuja disponibilidade interna de leite aumentou, a disponibilidade externa é baixa e, países como Argentina, Uruguai, Austrália e Nova

Zelândia, embora sejam competitivos não dispõem de grande quantidade de produto para exportação no momento.

Cabe destacar que nos últimos quatro anos, apenas em 2002 ocorreu elevação das importações no Brasil. Antes da abertura comercial, as importações eram promovidas pelo governo para regular o abastecimento doméstico na entressafra. Após os anos 1990, as importações passaram a ser realizadas pelo setor privado, como indústrias lácteas brasileiras, atacadistas, indústrias alimentícias, indústrias lácteas argentinas, supermercados e correlatos e outros. Atualmente as importações se constituem em uma estratégia das empresas para diminuir os preços pagos ao produtor nacional.

Muitos dos problemas que afetam o sistema agroindustrial do leite atualmente são decorrentes de deficiências na definição e aplicação de políticas públicas eficientes, a exemplo da legislação antidumping, que alcançou resultados satisfatórios no início desta década, combatendo as importações a preços de *dumping*, que se constituem em empecilho ao desempenho da indústria doméstica.

O setor público nos últimos anos tem se mostrado mais atuante no que diz respeito ao sistema agroindustrial do leite, através de uma revisão das atuais normas, referentes aos padrões de qualidade e fiscalização do leite brasileiro. Assim, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que se constitui num primeiro passo para a modernização da legislação e do sistema de fiscalização da qualidade do leite, embora seja excludente para os pequenos produtores. Sobre este assunto trataremos com maiores detalhes no item 1.8.

Essas alterações na estrutura da produção de leite no Brasil, que começaram a ser colocadas em prática no final dos anos 1990 e que se intensificam no início do século XXI, se consolidaram nos Estados Unidos nos anos 1960, período em que ocorreu um processo de especialização e seleção da pecuária e no processamento de leite.

Jank & Galan (1998), enfatizam que as mudanças na legislação sanitária norte-americana obrigaram os produtores a investirem em sistemas de refrigeração, equipamentos de ordenha mecânica, provocando o desaparecimento de quase metade dos produtores norte-americanos em apenas três anos.

Nos Estados Unidos, estas mudanças provocaram a fusão das cooperativas de leite, resultando na formação de grandes cooperativas regionais, “responsáveis pela captação de

enorme volume de matéria-prima, repassada a grandes empresas de capital que atuam nacionalmente na comercialização e marketing de derivados lácteos”.(JANK & GALAN, 1998, p. 241).

No caso brasileiro, conforme já ressaltamos anteriormente, as cooperativas também podem se fusionar, refletindo o que vem ocorrendo no cooperativismo mundial. Todavia, no Brasil há o problema da falta de participação dos associados. A esse respeito, Stevanato (2002), ressalta que no caso específico da COOLVAP (Cooperativa de Laticínios Vale do Parapanema), os produtores não consideram a cooperativa como pertencente a eles, além de participarem pouco das assembléias e reuniões, sendo pouco fiéis à cooperativa, o que os leva a entregar o leite a qualquer laticínio que ofereça um preço maior que o oferecido pela mesma. Essa falta de participação dos associados, muitas vezes leva a cooperativa a reeleger representantes e a tomar decisões que, ao invés de beneficiar a todos os associados, favorece apenas a uma parcela restrita dos membros da cooperativa.³

Além das cooperativas, consideramos importante elencar os elementos que compõem o Sistema Agroindustrial (SAG) do leite no Brasil, para isto nos basearemos em Jank & Galan (1998). Assim, o SAG do leite no país é composto por:

- a) fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos: composto por produtos veterinários, rações, equipamentos de ordenha e refrigeração, instalações, prestadores de serviços, fornecedores de sêmen, embriões e animais;
- b) produção primária de leite: constituída por produtores especializados e não especializados;
- c) processamento: é realizado por empresas multinacionais, cooperativas, empresas nacionais e pequenos laticínios;
- d) distribuição: padarias e pequeno varejo – que vem perdendo cada vez mais sua importância na distribuição de leite fluido, devido ao crescimento do consumo do longa vida – supermercados, cuja importância na distribuição de derivados lácteos têm aumentado significativamente nos últimos anos, venda direta ao consumidor, principalmente de leite cru e queijo sem marca, atacadistas, bares e restaurantes.

³ De acordo com Stevanato (2002), a falta de participação dos associados é um dos motivos que contribuíram para perpetuar um grupo de produtores na diretoria da COOLVAP. Assim, pode-se citar o caso do ex presidente João Gracindo, que em 1988 fazia parte do Conselho Fiscal e de 1991 a 2003 foi o presidente desta cooperativa. Trataremos com mais detalhes sobre questões referentes à COOLVAP no capítulo 3.

Na região em estudo, pode-se dizer o que o sistema agroindustrial não é tão completo como o esquema acima, pois no tocante ao setor de insumos, este não é expressivo, pois embora a referida região conte com algumas lojas especializadas em equipamentos de ordenha e refrigeração, estas não são produzidas neste local, além de ocorrer uma deficiência quanto ao fornecimento de sêmen e embriões.

Verificamos assim, que são vários os elos que compõem o sistema agroindustrial do leite no Brasil, sendo importante ressaltar que as empresas processadoras têm influência decisiva nas reformulações que estão ocorrendo na produção de leite no país, portanto se torna importante conhecer suas estratégias.

2.6.As estratégias das principais indústrias lácteas que atuam no Brasil

A partir da estrutura industrial e da diferenciação dos mercados consumidores, as indústrias de laticínios podem ser classificadas de acordo com as estratégias adotadas para atingir determinados segmentos de consumidores.

Assim, De Negri (1997) apud Jank & Galan (1998), propõe uma classificação das indústrias de laticínios em três grupos estratégicos, quais sejam:

- Grupo 01: composto por grandes empresas, cuja estratégia fundamental é a diferenciação de produtos por meio da valorização das marcas e investimentos em propaganda. Estas empresas dirigem seus produtos, geralmente de alta qualidade e padronização, como queijo de marca, iogurtes, petit-suisse e sobremesas lácteas a consumidores de maior poder aquisitivo;

- Grupo 02: empresas que atuam em mercados competitivos, com pouca diferenciação de produtos, geralmente voltam a sua produção para consumidores de renda média. Ofertam produtos como leite longa vida, dos tipos B e C e queijos sem marca;

- Grupos 03: pequenas empresas que atuam em mercados locais. Geralmente estas empresas vendem seus produtos aos consumidores de renda baixa ou média nos mercados locais de sua região de origem. Os produtos comercializados são geralmente queijo e leite, e muitas vezes não passam por inspeção sanitária.

Atualmente é intenso o processo de concentração da indústria de laticínios, sendo que as grandes empresas se destacam tanto na aquisição de matéria-prima, como na disputa dos mercados finais.

De acordo com Jank & Galan (1998) este processo resulta tanto dos ganhos em economia de escala, como também:

[...] da capacidade de investimento e capitalização das empresas, das estratégias de diferenciação, diversificação e segmentação, entre outras. Na verdade, dependendo das condições de industrialização, distribuição e marketing, a mesma empresa pode eventualmente decidir atuar em diferentes grupos estratégicos, buscando, por exemplo, escala e liderança em custos num produto 'comoditizado' (a exemplo do Longa Vida) e diferenciação via estratégias de marca numa especialidade (lactobacilos vivos, por exemplo. (JANK & GALAN, 1998, p. 229).

A concentração resulta das aquisições e alianças estratégicas, sendo que desde a década de 1980, boa parte dos laticínios foi adquirida por outros, ou passaram a operar sob parcerias estratégicas.

As fusões e aquisições ocorrem num cenário marcado pela entrada de novas empresas no mercado interno, intensificando a concorrência e provocando a especialização, uma vez que as empresas tentavam se tornar mais competitivas em nichos específicos do mercado.

Para Fonseca & Morais (1999), esse movimento de fusões e aquisições permitiu o surgimento de novas empresas líderes, não só na indústria de laticínios, como em mercados específicos, como o de iogurte, de leite longa vida, dentre outros.

As empresas multinacionais foram as principais responsáveis pela aquisição de empresas do setor lácteo nacional, sendo que os alvos preferidos no processo de aquisição foram empresas médias de atuação predominantemente regional. Embora este processo tenha ocorrido de forma muito intensa na década passada, acredita-se que o mesmo ainda não tenha terminado, havendo perspectiva de entrada de novos grupos estrangeiros no Brasil, o que contribuiria para o aumento das aquisições e alianças estratégicas.

Nesta conjuntura, julgamos importante elencar o ranking das maiores empresas de laticínios do Brasil. Dessa forma, os dez maiores laticínios do país, de acordo com Jank & Galan (2000) são: Nestlé, Parmalat, Itambé, Paulista, Elege (Avipal), Grupo Vigor, Batavia, Agromilk, Fleischman Royal, Danone e Laticínios Morrinhos.

É importante atentar para a importância das empresas multinacionais no setor lácteo nacional, uma vez que as duas primeiras colocadas do ranking são multinacionais, que trazem exigências que acabam sendo incorporadas por outras empresas nacionais, levando por um lado à profissionalização do produtor e ao aumento do volume médio produzido e, por outro lado contribui para que muitos produtores abandonem a atividade.

A respeito da concentração do setor lácteo, Cerri (2002) destaca que:

Apenas 12 empresas captam mais de 50% do leite fiscalizado no Brasil. Três distribuem 45% do produto. Duas detêm metade do mercado de iogurtes. Duas controlam 50% do longa-vida. Uma vende 50% do leite em pó. (CERRI, 2002, p.39).

Verifica-se assim que nos últimos anos tem ocorrido uma intensa concentração da coleta e do processamento do leite, todavia nem todo o setor se modernizou, e a concentração favorece os laticínios líderes, em detrimento das unidades regionais.

Uma empresa que até pouco tempo se destacava no movimento de fusões e aquisições de fábricas e empresas concorrentes é a Parmalat, empresa que liderava a produção de leite longa vida no Brasil. A principal estratégia territorial era localizar as fábricas de leite, onde existisse facilidade para a coleta do produto *in natura* e proximidade com os grandes centros consumidores. De acordo com Santos (1999), o principal objetivo da Parmalat era se tornar a primeira indústria de alimentos do país, ultrapassando a Nestlé, sua principal concorrente e atualmente a maior empresa de alimentos do Brasil.

De acordo com Fortes, 2004:

A estimativa é de que a empresa tenha captado no ano passado 1,2 bilhão de litros, 5% da produção nacional, proveniente de aproximadamente 12.000 pecuaristas. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, as propriedades se concentram em quatro Estados – Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. A empresa ocupava o segundo lugar no ranking nacional de captação de leite, superada apenas pela Nestlé. (FORTES, 2004, p. 04).

A Parmalat, que atualmente vem passando por uma crise, adquiriu laticínios tradicionais em várias regiões do país – foram mais de vinte laticínios entre 1988 e 1997 - além de importantes cooperativas e empresas de alimentos com produção diversificada. De acordo com Santos (1999), a Parmalat controlava até 1998, 20 unidades industriais e 189 postos de captação de leite no Brasil, sendo responsável pela industrialização do leite comercializado por 40 mil produtores.

A respeito da crise da Parmalat, detentora da marcas Glória, Santal, Batavo, Etti e Duchen cabe destacar que desde 1977 quando iniciou suas atividades no mercado brasileiro, os investimentos da empresa somaram U\$\$ 500 milhões. Assim, a sua crise conturbou a pecuária leiteira também no Brasil, pois além dos pecuaristas, o destino da companhia interessa os 6.000 funcionários que trabalham em oito fábricas e seis centros de distribuição.

Esta empresa entrou com pedido de concordata em 29 de janeiro de 2004, com uma dívida estimada em U\$\$ 1,8 bilhão, sendo que a empresa terá dois anos para organizar suas contas. No período não poderá ser cobrada por débitos não pagos com fornecedores e bancos. Estima-se que 100 mil pessoas, entre funcionários e fornecedores dependam da empresa.

Com a crise da Parmalat, podemos constatar um exemplo de manifestação do processo de subordinação dos produtores às grandes empresas do setor lácteo, pois a dívida desta empresa para com os produtores somava R\$ 14 milhões em janeiro do corrente ano, uma vez que desde novembro de 2003, produtores de vários estados não recebiam pelo volume de leite negociado. A partir da derrocada desta empresa, verificamos que o primeiro elo atingido refere-se aos produtores, que obrigados a entregar matéria-prima de qualidade a preços baixos - não apenas no caso da Parmalat – são os primeiros a terem seu pagamento ameaçado e seus contratos encerrados.

Um dos instrumentos utilizados por empresas como a Parmalat, antes do seu pedido de concordata, é o investimento em marketing, como a propaganda “mamíferos”, promovida pela Parmalat, que recebeu várias premiações no Brasil e no exterior.⁴

O desenvolvimento de estratégias ligadas a iniciativas de marketing no Brasil poderia tornar o sistema agroindustrial do leite nacional mais competitivo, uma vez que provavelmente ocorreria o aumento do consumo per capita, que foi de 127,4 litros de leite e derivados em 2002, além do que poderia diminuir a informalidade existente no setor, e resultar no aumento da remuneração recebida pelo produtor.

De acordo com Tabchoury (2003), o brasileiro se dispõe a consumir 53 litros de cerveja/ano, gastando R\$ 147,00 contra 32 litros de leite fluido/ano, o que representa cerca de r\$ 30,00. A explicação para este fato é que as indústrias de cerveja e refrigerante investem parcela significativa da renda bruta para consumo em marketing para consumo.

⁴ A promoção “Mamíferos” foi uma estratégia da Parmalat para aumentar a venda de seus produtos, pois as embalagens de vários de seus produtos poderiam ser trocadas por mamíferos de pelúcia, sendo que foram vendidos 25 milhões destes na referida promoção.

Neste contexto, Tabchoury (2003) ressalta que:

A grande ferramenta que se pode utilizar, já testada e comprovada em outros países, é a do Marketing Institucional, ou seja, tendo como característica a sua isenção de marcas, objetivando-se aumentar o consumo de leite e derivados formais, com inúmeras ações, inclusive com trabalhos educativos em escolas, entre outras. (TABCHOURY, 2003, p. 02).

De acordo com Troccoli (1995), os Estados Unidos ultimamente vem destinando elevados recursos para campanhas institucionais na mídia norte-americana, visando promover o leite como uma bebida não exclusivamente infantil.

O maior programa de marketing institucional de lácteos do mundo está naquele país, onde os ganhos da indústria são repassados aos produtores. Todavia, deve-se considerar que os investimentos em marketing naquele país são altíssimos, e os produtores organizados para reivindicar melhores preços.

No caso brasileiro, é necessário avaliar se os investimentos em marketing realmente trazem um retorno significativo para o produtor, pois caso o retorno fique concentrado somente entre empresas do setor, acreditamos que os incentivos ao consumo devam se restringir a programas sociais de distribuição de leite para crianças carentes e nas escolas.

Cabe ressaltar, que além de estratégias visando a conquistar um número maior de consumidores, o sistema agroindustrial do leite no Brasil passa por um elevado processo de aprimoramento no sentido de permitir ganhos globais de escala e redução de custos. Assim, a mudança tecnológica mais importante que tem ocorrido nos últimos anos é a ampliação do processo de coleta a granel de leite refrigerado.

De acordo com Jank & Galan (1998), a coleta a granel,

[...] reduz os custos de captação do primeiro percurso, possibilita a eliminação dos postos de resfriamento, aumenta a produtividade na fazenda (pela viabilização da segunda ordenha diária) e melhora sensivelmente a qualidade do produto que chega à plataforma. (JANK & GALAN, 1998, p. 224).

Entretanto, a coleta a granel implicará na exclusão de um grande número de produtores, que não tendo condições de adquirir o tanque de expansão, deverão abandonar a atividade, uma vez que a granelização força a homogeneização do leite na linha de coleta. Como o tanque de expansão tem um custo elevado a aquisição deste equipamento não é viável a produtores cuja produção seja inferior a 50 litros/dia, pois o menor tanque de expansão

disponível no mercado com capacidade para 200 litros custa R\$ 3.000,00, sendo que alguns tanques com capacidade acima de 3.000 litros chegam a custar mais de R\$ 10.000,00.

Os laticínios têm incentivado a aquisição dos tanques de expansão através de financiamento em até 60 meses, o que é facilitado via repasses do BNDES. Ainda assim, a coleta a granel deverá provocar o desaparecimento de pelo menos um terço dos produtores brasileiros, ou seja, aproximadamente 400 mil produtores, conforme ressaltam Jank & Galan (1998). Esta exclusão dos produtores deverá ocorrer, principalmente se não houver uma articulação entre produtores, ou seja, formas associativistas para a aquisição do tanque de expansão. Deve-se levar em conta que a formação de cooperativas e associações está presente na história da agropecuária no Estado de São Paulo, porém dentre o universo dos produtores entrevistados verificamos que mesmo diante da possibilidade da formação de associações, os mesmos não dispõem de condições para continuarem inseridos no setor.

A partir da migração do consumo de produtos lácteos de padarias e pequenas mercearias para super e hipermercados, estes passam a adquirir elevados volumes, inovações constantes, gestão adequada das marcas e da qualidade do produto final. Esta crescente migração para os supermercados se deve ao aumento da venda de produtos esterilizados, como o leite longa vida por exemplo, produto que em poucos anos conquistou a preferência do consumidor, assunto que trataremos a seguir.

2.6.1. O crescimento da produção de leite longa vida no Brasil

A produção de leite longa vida se constitui num dos fatores que marcaram a reestruturação do setor lácteo no Brasil, além de ter redefinido o mercado de leite fresco, através de inovações nas técnicas de preservação e embalagem.

O leite longa vida também conhecido como leite esterilizado, leite asséptico ou leite UHT é oferecido a preços muito próximos aos dos leites B e C, e por este fato, aliado à praticidade de se conservá-lo por até seis meses, conquistou a preferência do consumidor, passando a representar mais de 50% da oferta de leite fluido em poucos anos.

Cabe destacar que este produto está disponível também enriquecido com ferro e outras vitaminas. Além do leite, outros produtos foram lançados no mercado com o mesmo tipo de

embalagem, visando a atrair o consumidor, como as vitaminas de leite com chocolate, frutas vermelhas e outras, conforme ressaltam Santos & Hespanhol (2002).

Para Wilkinson, 1993, “Além de problemas de manuseio, o saco plástico é menos higiênico e preserva menos o produto, do que os cartonados, sobretudo a embalagem Tetra-Brik.” (WILKINSON, 1993, p. 43).

Todavia, é importante ressaltar que no processo de esterilização, é destruída grande parte dos microorganismos e elementos nutritivos do leite, além de serem adicionados conservantes ao produto. Desta forma, o leite considerado mais saudável é o leite tipo B, sendo que o longa vida não é adequado para crianças nos primeiros meses e anos de vida.

Por ter superado problemas referentes a perecibilidade, o leite longa vida propicia redução de custos de transporte, distribuição, logística e armazenamento. Em decorrência da expansão do consumo do longa vida, “os limites locais e regionais do mercado de leite expandem-se geograficamente para o mercado nacional e mesmo internacional.”(FONSECA & MORAIS, 1999, p. 11).

Se para as grandes empresas do setor, o longa vida possibilita que as mesmas se tornem mais competitivas num mercado globalizado. Por outro lado, embora tenha ocorrido aumento do número de empresas, marcas e capacidade instalada de leite longa vida no Brasil, os custos são altíssimos e os pequenos laticínios que não operam com esta tecnologia, estão propensos a encerrar suas atividades ou serem adquiridos por grandes empresas. Este fato se deve à tendência de redução da produção e das vendas de leite pasteurizado.

O longa vida viabilizou novas bacias comerciais em fronteiras distantes, como o caso de Goiás, que se encontra na vice-liderança na produção de leite no Brasil, liderança que cabe ao Estado de Minas Gerais. O terceiro maior estado produtor de leite é o Rio Grande do Sul, seguido respectivamente pelos estados do Paraná e São Paulo, sendo que este último em 1996 se constituía no segundo maior produtor de leite do país, conforme pode ser verificado na tabela 06.

TABELA 06 – PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES 1990 - 2002

Brasil e Unidade da Federação	Produção de leite (mil litros) no Brasil e maiores estados produtores						
	Ano						
	1990	1993	1996	1999	2000	2001	2002
Brasil	14.484.413	15.590.882	18.515.390	19.070.048	19.767.206	20.509.953	21.643.740
Minas Gerais	4.290.799	4.526.961	5.601.112	5.801.063	5.865.486	5.981.223	6.177.356
São Paulo	1.960.780	2.047.235	1.985.388	1.913.499	1.861.425	1.783.017	1.748.223
Paraná	1.160.048	1.363.237	1.514.481	1.724.917	1.799.240	1.889.627	1.985.343
Santa Catarina	650.409	735.867	866.064	906.540	1.003.098	1.076.084	1.192.690
Rio Grande do Sul	1.451.797	1.586.462	1.860.984	1.974.662	2.102.018	2.222.054	2.329.607
Goiás	1.071.966	1.405.778	1.999.398	2.066.404	2.193.799	2.321.740	2.483.366

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal de 1990, 1993, 1996, 1999, 2000, 2001 e 2002

Verificamos que a produção de leite no Brasil aumentou muito nos últimos anos, saltando de 14.484.413.000 em 1990 para 21.643.740.000 de litros em 2002. A primazia da produção de leite sempre coube ao Estado de Minas Gerais e o estado de São Paulo perdeu o posto de segundo colocado que ocupava nos anos de 1990 e 1993, sendo que novos estados passam a se destacar na produção de leite, como Paraná, Santa Catarina e Goiás.

Sobre o crescimento do leite longa vida, Cerri (2002) destaca que, “Em 1990, o longa-vida somava apenas 184 milhões de litros; hoje, com 3,7 bilhões de litros, representa 33% da oferta total inspecionada (11,5 bilhões)”. (CERRI, 2002, p.37).

É importante destacar que os pequenos laticínios não são os únicos atingidos com a expansão do leite longa vida. Os produtores, principalmente os pequenos, também sofrem com esta inovação industrial, pois as empresas passam a exigir que o leite seja resfriado na propriedade, sendo que os produtores que entregam o leite resfriado recebem um melhor preço pelo produto. Ainda assim, o preço pago ao produtor de leite brasileiro é um dos menores do mundo e ironicamente equivale ao custo da embalagem do leite longa-vida.

Os consumidores, por sua vez, parecem se beneficiar dos impactos decorrentes da expansão deste produto, a partir da guerra de preços decorrente do fortalecimento dos supermercados, pois o longa vida se transformou num produto regulador do mercado de leite, e é provável que o poder de investimentos em promoção das grandes empresas, acarrete no desaparecimento de indústrias que operam em menor escala, às quais se torna inviável a

concorrência com os preços promocionais das multinacionais, bem como a compra de embalagens cartonadas, cujo monopólio de produção e venda é da empresa Tetra Pak⁵.

2.7. Especialização *versus* não-especialização da produção

A produção primária de leite no Brasil é composta por dois tipos de produtores. Dessa forma, de um lado está o produtor especializado, que geralmente possuem equipamentos de ordenha e refrigeração, raças especializadas na produção de leite, sanidade e manejo adequado do rebanho, alimentação visando alta produtividade, que varia da exploração intensiva de pastagens de alta produção e suplementação na época seca até o confinamento de animais, onde ocorre o fornecimento de forragens e suplementação concentrada o ano todo. Por outro lado, tem-se o produtor não-especializado, que se divide entre o gado de corte e o de leite, sendo o leite um subproduto do bezerro que gera uma renda mensal. Muitas vezes o leite produzido é de baixa qualidade e alta sazonalidade, a partir de vacas não-especializadas.

Acreditamos que não se deve fazer um julgamento do produtor não-especializado como um empecilho ao desenvolvimento do sistema agroindustrial do leite no Brasil, pois se a maioria destes não dispõem de equipamentos de ordenha e refrigeração, bem como de raças puras. O baixo preço pago pelas indústrias se constitui em empecilho à especialização, levando muitos produtores a abandonar a atividade ou se dedicarem ao mercado informal.

De acordo com Silva & Tsukamoto (2001), os produtores que comercializam o leite informalmente são denominados de produtores independentes:

[...] independentes porque se desvincularam da subordinação exercida pelo capital industrial e eliminaram o intermediário na comercialização de sua produção. Assim, eles realizam todas as etapas, comercializando sua produção com o consumidor final. O valor recebido pelo seu trabalho agrega mais valor ao seu produto. (SILVA & TSUKAMOTO, 2001, p.162).

⁵ A Tetra Pak é uma empresa de origem sueca, que atua em mais de 165 países. Esta empresa revolucionou o setor de embalagens, associando ultrapasteurização e embalagem asséptica, sendo considerada o maior avanço na área alimentícia. Presente no Brasil há 43 anos, é líder no fornecimento do processo de envase e distribuição de alimentos líquidos e viscosos.

Cabe ressaltar que o leite cru, vendido sem inspeção sanitária já soma mais de 40% da oferta brasileira de leite, sendo que 20% do consumo fluido é atendido dessa forma, o que representa 2 bilhões de litros ao ano, conforme destaca Cerri (2002).

O leite comercializado no mercado informal é uma alternativa aos produtores e consumidores de menor renda, uma vez que os primeiros vendem o produto por aproximadamente o dobro do preço pago pelos laticínios, quanto aos consumidores, cabe destacar que o leite comercializado informalmente custa cerca de 30% menos que o pasteurizado, com a vantagem de se pagar o entregador somente no final do mês, ou no dia estabelecido.

Deve-se destacar que o leite comercializado no mercado informal se constitui em uma alternativa a produtores e consumidores de baixa renda, e a influência se dá apenas nos mercados locais, e não regionais, que é o raio de atuação dos laticínios.

Quanto aos produtores especializados, nem todos alcançam elevada produtividade e retorno adequado sobre os investimentos realizados. De acordo com Jank & Galan (1998), estes produtores se encontram nas bacias leiteiras tradicionais, como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, e nos últimos anos estes aparecem também na região do cerrado, como o Estado de Goiás, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Sobre os produtores não-especializados, os autores supracitados destacam que:

Dado o enorme rebanho misto de leite e corte presente no país, os produtores não ou pouco especializados representam a quase totalidade do segmento de produção primária. Pode-se dizer que não há uma região geográfica de predominância destes produtores, estando eles localizados em todos os estados produtores de leite do País. Dentro da categoria pode-se encontrar desde criadores tradicionais de gado especializado para produção de carne, que exploram a atividade leiteira exclusivamente na época da safra (produção baseada no aproveitamento residual de pastagens, a custos quase nulos) até aqueles um pouco mais dedicados à atividade leiteira, que ofertam leite o ano todo, mas com pouca ou nenhuma tecnologia aplicada à atividade. (JANK & GALAN, 1998, p. 191).

Estes produtores são responsáveis pela formação de excedentes de leite de baixa qualidade na época chuvosa, devido à ausência de sistemas de refrigeração. De um modo geral, estes produtores operam com baixos retornos, associados ao pequeno ou nenhum investimento na produção, o que explica o grande contingente de produtores não especializados existentes no país.

Os produtores não especializados que se dedicam à pecuária mista afetam a oferta de leite, sendo responsáveis nos períodos de alta do preço da carne, pelo desaparecimento de grande parte da produção leiteira, provocando desequilíbrios no abastecimento, conforme ressalta Otani et al (2001).

A existência de um grande número de produtores não especializado no país é justificada, além dos fatores mencionados anteriormente, pelo padrão vigente de consumo de lácteos no país, tradicionalmente produzido com matéria-prima de baixa qualidade para um consumidor pouco exigente, embora nos últimos anos esta realidade venha mudando, uma vez que atualmente há uma variedade muito grande de lácteos no mercado. Estes produtores ainda são favorecidos pela inexistência de uma fiscalização sanitária da produção, realidade que tende a mudar em poucos anos, em decorrência da nova legislação que regulamenta a produção de leite no Brasil.

2.8.As novas exigências para a produção de leite no Brasil e suas repercussões para os pequenos produtores

A produção de leite no Brasil está passando por um processo de regulamentação, que contempla uma revisão dos padrões de qualidade e de fiscalização do produto. Assim, foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que visa a estabelecer novos padrões para a cadeia produtiva do leite, no que concerne à produção da matéria-prima e seu processamento.

Além do PNMQL, o Ministério da Agricultura vem intensificando o combate às fraudes no leite brasileiro, sendo que as principais são adição de água e adição de “soro de queijo”.

As normas para produtos lácteos sob inspeção federal vêm sendo elaboradas a partir de resoluções do Mercosul, tendo participação dos governos envolvidos, geralmente associados à iniciativa privada, conforme destaca Velloso (2003).

Este autor enfatiza ainda que o SIF/DIPOA multará os estabelecimentos em R\$ 25 mil, se houver reincidência ocorrerá apreensão e recolhimento da embalagem, notificação às demais autoridades sanitárias do Estado, ampla divulgação pela imprensa do nome do infrator

e da marca do produto fraudado a programas de combate à fome, mantidos pelo Governo Federal, para que tais produtos não sejam doados a este programa.

Os produtos fraudados, além de acrescidos de água, podem, como no caso do leite em pó, conter gordura em pó, não necessariamente de origem láctea. Outrossim, pode ocorrer a adição de elementos que diminuam os valores dos componentes naturais citados, abaixo dos valores declarados na rotulagem.

Quanto ao Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, cabe destacar que ele é composto de várias propostas, sendo que algumas que merecem destaque referem-se ao aumento da amplitude e eficiência do sistema de inspeção; estabelecimento de limites no horário de recepção do leite tipo C nos laticínios; substituição da coleta de leite em latões pelo transporte a granel de leite refrigerado; estabelecimento de sistema de controle de equipamentos e ingredientes utilizados nos laticínios; aumento da fiscalização e controle no trânsito interestadual de animais e produtos, conforme é ressaltado por Jank & Galan (1998).

O PNMQL conta com linhas de financiamento para investimento e com a nova regulamentação da produção e processamento de leite, que se dá através da Portaria 56, do Departamento de produção Animal, subordinado ao Ministério da Agricultura.

Dentre as medidas contempladas pela Portaria 56 tem-se a substituição do leite cru tipo C por matéria-prima resfriada na propriedade e transportada a granel até o laticínio, sendo que a tendência é que ocorra a extinção da classificação atual (tipos A, B e C). Esta portaria também contempla a qualificação e habilitação de mão-de-obra envolvida na produção e transporte de leite cru.

A Portaria 56 foi publicada no Diário Oficial da União, em 08/12/1999 e de acordo com Otani et al, “A portaria contém normas que substituirão as estabelecidas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem animal (RIISPOA), do Ministério da Agricultura de Abastecimento, datado de 1952.”(OTANI et al, 2001, p. 70).

No caso do Estado de São Paulo, Otani et al (2001) destacam que o Diário Oficial deste estado, publicou em 06/09/2000 o decreto nº 45.164, que regulamenta a lei nº 10.507, sobre a elaboração artesanal de produtos comestíveis de origem animal. No caso do leite, o limite considerado como de pequena escala para produtos lácteos é de até 300 litros diários. Estes produtos deverão ser processados a partir de matéria-prima do próprio estabelecimento e serem submetidos à inspeção higiênico-sanitária por órgão oficial.

Cabe ressaltar que todas as novas determinações que originaram o PNMQL foram estabelecidas com a participação do governo, de entidades patronais e indústrias, não havendo a participação de nenhum representante das categorias de médios e pequenos produtores, sendo principalmente estes últimos os principais prejudicados por este programa.

O PNMQL contém medidas que não buscam exclusivamente a melhoria da qualidade do leite, mas impõe uma série de restrições à participação no processo produtivo.

No caso da produção da matéria-prima a tentativa de excluir milhares de produtores se dá pela exigência de inúmeros testes sobre cada animal em períodos curtos de tempo, pela exigência de resfriamento [...]. Esse tipo de equipamento e condição de produção não será viável para a quase totalidade dos produtores familiares, que trabalham com escalas de produção incompatíveis com o pagamento e manutenção dos investimentos necessários para a readequação de seus sistemas de produção. (BOLETIM DO DESER, 2001, p.29).

Na prática, a Portaria 56 provavelmente acarretará a melhoria da qualidade do leite, porém atenderá aos interesses das grandes indústrias do setor lácteo, contribuindo para uma concentração ainda maior do setor, a partir da extinção dos pequenos laticínios, além de beneficiar indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos e aos grandes produtores, uma vez que a tendência é a eliminação dos pequenos produtores do mercado formal, sendo que estes por sua vez devem se vincular ao mercado informal.

Neste âmbito, convém destacar que muito antes de se pensar na Portaria 56, ou em qualquer outra resolução que objetivasse a regulamentação da produção de leite no país, o mercado informal do leite já existia, sendo que há 10 anos o leite cru, vendido sem inspeção sanitária correspondia a 30% da oferta de leite no Brasil e atualmente corresponde a 40%, conforme aponta Cerri (2002). Dessa forma, verifica-se que houve um crescimento expressivo do comércio informal do leite no Brasil na última década, e com as novas exigências, provavelmente este mercado crescerá ainda mais.

O mercado informal se constitui numa alternativa viável aos pequenos produtores, diante dos baixos preços do leite pagos pelos laticínios e às exigências de incorporação de novas tecnologias. Ainda é cedo para se prever o futuro deste segmento após a vigência da Portaria 56. Presume-se que se houver uma vigilância e uma fiscalização intensa, ocorrerá um declínio no comércio informal do leite. Todavia, caso não se dê ênfase ao controle dessa forma de comércio, a tendência é um aumento expressivo do mercado informal.

2.9. Algumas tendências para a produção de leite no Brasil nos próximos anos

Ao longo deste capítulo, tratamos desde a introdução da pecuária leiteira no Brasil, passando por sua evolução e constituição do sistema agroindustrial. A partir do item 1.5 procuramos enfatizar a reestruturação deste sistema agroindustrial, e neste contexto buscaremos elencar algumas perspectivas para a produção de leite no Brasil nos próximos anos.

O ex-secretário da agricultura de São Paulo, Nelson Mancini Nicolau aponta algumas alternativas lácteas que são apontadas por Cerri (2002), das quais destacaremos as consideradas mais importantes, quais sejam: inclusão do leite na política de preços mínimos, criação de linhas de crédito específicas para que os pequenos produtores possam se adequar às exigências da Portaria 56 e consolidação de estratégias de manejo e genética para incrementar a produção nacional.

A alternativa para os produtores que não têm condições de atender aos requisitos da nova legislação parece ser o comércio informal do leite, tão criticado e acusado de causar doenças aos seus consumidores. A esse respeito, Laranja apud Cerri (2002) ressalta: “Desconheço surtos de doença pela ingestão de leite fervido em casa. Mas estou cansado de ler notícias de mortalidade e subnutrição em país onde as crianças não tomam sequer um copo de leite por dia”.(LARANJA apud CERRI, 2002, p.45).

Jank & Galan (2000) apontam algumas tendências para os próximos anos, dentre as quais consideramos relevantes destacar que deverá ocorrer ganhos relevantes de produtividade, qualidade e regularidade da oferta de leite, na atividade primária há uma tendência para a terceirização da criação de animais, aprimoramento das formas de relacionamento produtor-indústria (com aumento da dependência bilateral) e maior estabilidade dos preços.

Diante das exigências da Portaria 56, tem-se a granelização que afeta todos os elos da cadeia produtiva. Neste contexto, a curto prazo, os produtores que ainda não possuem o tanque de expansão deverão adquiri-lo, assim como as indústrias deverão adquirir os caminhões isotérmicos para realizar a coleta a granel.

Como se sabe, várias são as exigências para os produtores que desejam se manter na atividade. Todavia, escassos são os incentivos para que estes possam continuar inseridos na

cadeia produtiva do leite. A realidade é que a Portaria visa a beneficiar grandes produtores e grandes empresas. Se observarmos os pequenos produtores, constatamos que os mesmos recebem um preço baixíssimo pelo litro do leite, praticamente não são atendidos por técnicos, não recebem informação de melhoramento genético e, portanto não se sentem motivados e, em sua maioria não dispõem de condições para adquirirem o tanque de expansão que é uma das exigências da portaria.

É claro que a nova legislação coloca em risco a sobrevivência dos pequenos produtores, que impedidos de comercializarem o produto no setor formal, passarão a vender o leite no mercado informal, forma de comercialização de leite que mais cresce no país.

A curto prazo, não são apenas os pequenos produtores que abandonarão a atividade, também deverá ocorrer redução do número de produtores média e grande, que operam com custos elevados, escala insuficiente e mão-de-obra assalariada, conforme apontam Jank & Galan (2000).

Já a longo prazo, com a generalização da coleta a granel, associada à fiscalização e cumprimento das novas normas de produção, a pecuária leiteira será dominada por um pequeno número de grandes produtores especializados - os quais aos poucos substituirão os menos especializados, operando com produtividades superiores às atuais - que entregarão o leite a grandes laticínios.

Deverá ocorrer também o aprofundamento das fusões e aquisições entre as empresas do setor lácteo, provocando o desaparecimento de muitos laticínios, além de ocorrer uma maior internacionalização do setor, em decorrência da entrada de novos grupos industriais do exterior que manterão ligações com hiper e supermercados, aos quais deverão vender a maior parte de seus produtos.

Os ganhos de produtividade, qualidade e regularidade da oferta estão diretamente ligados à especialização da produção, assim como a terceirização da criação de animais, pois o produtor tenderá a produzir somente o leite e não como a maioria dos produtores de leite brasileiros hoje, que além de produzirem leite se dedicam à criação de animais e produção de alimentos. A qualidade e regularidade da oferta deverão ser responsáveis por uma maior estabilidade dos preços.

A ampliação e generalização da coleta a granel de leite refrigerado estão ligadas a uma maior rigidez na pecuária leiteira, em relação à qualidade, sanidade e padronização, o que

deverá provocar o desaparecimento de milhares de produtores, o que pode ser minimizado por uma outra tendência que se refere ao fortalecimento de associações e cooperativas de produtores de leite.

A indústria de laticínios, altamente concentrada, e com uma grande presença de multinacionais deverá fazer forte pressão sobre o mercado informal, o que poderá dificultar o seu desenvolvimento. Porém se nos basearmos na informação de que o leite cru, comercializado informalmente representa 40% da oferta de leite, há uma tendência de aumento do mercado informal, com a adesão dos produtores excluídos do mercado formal pela legislação. Por outro lado, pode haver uma pressão das empresas e do poder público para que estes produtores abandonem definitivamente a atividade.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, as empresas já estão aderindo a granelização e os produtores começam a se definir, sendo que vários já adquiriram tanques de expansão, assim como outros já abandonaram ou pretendem abandonar a atividade.

Dessa forma, aponta-se como alternativa a criação de associações, visando a aquisição de tanques comunitários, assim como outras alternativas que possibilitem aos produtores continuarem na atividade, seja através do comércio formal ou informal do leite.

Assim, se torna importante o treinamento na capacitação tecnológica dos pecuaristas, cooperativas e laticínios, objetivando o desenvolvimento da eficiência econômica dos mesmos. Outro ponto importante seria a implantação de políticas, visando a enquadrar os produtores excluídos do processo de especialização, respeitando as diversidades regionais.

No terceiro capítulo, trataremos do sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente, visando a caracterização da atividade pecuária nesta região, assim como entender de que forma os produtores estão se inserindo diante das reformulações que vem ocorrendo na produção de leite no Brasil.

03 – O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NA REGIÃO DE PRESIDENTE

PRUDENTE – SP

CAPÍTULO 03 – O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

A pecuária exerce um papel importante na economia da região de Presidente Prudente, com a predominância do gado de corte e misto. As raças mistas são destinadas tanto à produção de carne, como de leite, sendo que as raças utilizadas na produção de leite assumem uma posição secundária na região, merecendo destaque o gado holandês, encontrado em boa parte das propriedades produtoras de leite.

A produção de leite, ainda que não seja predominante no segmento pecuário regional, é de grande relevância, devido ao fato de complementar a renda dos pequenos produtores rurais.

As principais empresas que atuam na região de Presidente Prudente são a Líder e a Vigor, que embora não tenham mais suas unidades processadoras instaladas na região, continuam exercendo forte influência na dinâmica do setor leiteiro regional e até nacional. Além destas empresas atua ainda na região a Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP), a qual vem passando por um processo de reestruturação. Esta cooperativa perdeu um número significativo de cooperados a partir do início do ano de 2003, mas ainda assim se destaca na comercialização de leite da região.

Além destes laticínios citados, a região conta ainda com a atuação de vários pequenos laticínios, como o Laticínio Irmãos Carlucci de Álvares Machado, COOPLAC de Tupã, Laticínio Florescer de Iepê, além de outros que não nos deteremos em mencionar, uma vez que os principais em termos de atuação em nossa área de pesquisa são: Líder, COOLVAP e Vigor. É importante mencionar que em muitos casos, produtores que antes entregavam leite àqueles laticínios, optaram por entregar a laticínios menores, pois estes são mais flexíveis quanto às exigências de produção.

A partir do ano 2000 se observa que um número significativo de produtores de leite tem abandonado a atividade, principalmente pequenos produtores. Esse fato se deve a pressões da iminência de se colocar em prática a Portaria Ministerial nº 56, a qual regulamenta a produção de leite no Brasil, conforme discutido no capítulo 01.

A referida portaria deve entrar em vigor no ano de 2005, sendo que a mesma foi adiada várias vezes, devido às dificuldades dos produtores em se adequar às suas exigências. Todavia, ainda que oficialmente a mesma não esteja em vigência, vários laticínios já a adotaram, principalmente no que diz respeito à coleta de leite refrigerado, dispensando a

coleta de leite dos produtores que não possuem o tanque de expansão. Deve-se ressaltar que muitos dos produtores que têm a sua produção de leite rejeitada pelos laticínios encontram como alternativa para permanecerem na atividade o comércio informal do leite.

No caso dos municípios estudados, o comércio informal do leite pode ser considerado inexpressivo se levarmos em consideração as respostas obtidas junto aos produtores entrevistados, pois, dentre os 63 entrevistados apenas 3 (4,76%) se dedicam, além da produção formal, ao comércio informal do leite. Deve-se considerar que o nosso critério para entrevistar os produtores referia-se a entrevistar aqueles que entregam sua produção para os laticínios instalados nos municípios em estudo. Assim, estes 3 produtores mencionados acima, além de entregarem o leite aos laticínios, complementavam sua renda comercializando o produto informalmente.

Cabe destacar que embora somente 3 produtores dentre os 63 entrevistados possuam vínculos com o mercado informal, nos foi relatado por técnicos da Casa da Agricultura dos três municípios em estudo, que existe um número significativo de produtores que comercializam leite informalmente. Não foi possível ter um número exato, haja vista que estes produtores não têm nenhuma espécie de cadastro junto a qualquer órgão. Outrossim, vem se verificando uma redução destes produtores, e assim pode-se inferir que este fato se deve ao receio da pressão da vigilância sanitária e, ao fato dos consumidores encontrarem o leite pasteurizado praticamente ao mesmo preço que o produto comercializado informalmente.

Dentre os produtores que deixaram de entregar leite aos laticínios, há aqueles que abandonaram a atividade definitivamente, seja devido às exigências ou ainda pelo baixo preço pago pelo leite e não raro, em decorrência da associação destes dois fatores, ou seja, o preço baixo recebido por litro de leite não compensa a modernização da atividade. Há ainda aqueles que embora não estejam inseridos no mercado formal, adotaram como alternativa a informalidade, como meio de continuarem a se reproduzir socialmente. Entendemos que estes produtores não desejam simplesmente se integrar à produção de mercadoria, mas superar esta condição, através de uma representação de luta contra a dominação do capitalismo.

Estes produtores de leite da região, tanto aqueles vinculados ao mercado formal, quanto àqueles que comercializam o leite informalmente, lidam com um rebanho bovino, que a exemplo do que ocorre em todo o país apresenta diferentes sistemas de criação, níveis de produtividade e raças, justificando a não-especialização da produção.

3.1. A dinâmica da atividade pecuária

A pecuária bovina se constitui numa das principais atividades econômicas ligadas à agropecuária na região de Presidente Prudente, ao lado da cultura da cana-de-açúcar, que tem se expandido nos últimos anos, em detrimento das áreas ocupadas por pastagens. Inversamente à redução das pastagens, verificou-se na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente um aumento do rebanho bovino nos últimos 22 anos, o que pode ser evidenciado na tabela 07.

Tabela 07 - Efetivo Bovino na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1980 - 2002)

Ano	Efetivo bovino - n.º de cabeças
1980	1.529.774
1985	1.557.007
1990	1.620.436
1996	1.664.953
1999	1.751.704
2000	1.719.411
2001	1.807.603
2002	1.828.530

Fonte: FIBGE: Censos Agropecuários do Estado de 1980, 1985 e 1995/96.
Pesquisa Pecuária Municipal de 1990, 1996, 1999, 2000, 2001 e 2002.

Dessa forma, verifica-se um aumento do rebanho bovino, que elevou-se de 1.529.774 cabeças em 1980 para 1.828.530 cabeças no ano de 2002. Este aumento está associado a tecnologias mais eficazes, principalmente no que diz respeito ao controle da febre aftosa e à melhoria da genética, além do uso mais freqüente de vermífugos e vacinas e cuidados com a nutrição, sanidade e manejo do rebanho.

A este respeito, Pinazza & Alimandro (2000) destacam que:

Nos anos 90, o discurso converge para a precocidade dos animais, idade de abate, confinamento, semiconfinamento e cruzamento industrial. A genética desenvolve técnicas de última geração ligadas a [...], embriões bipartidos, fertilização in vitro, inseminação artificial e transferência de embriões entre outros. Nessa esteira vem o manejo rotacional, a suplementação mineral, a irrigação e a adubação de pastagens. (PINAZZA & ALIMANDRO, (2000, p. 14-15).

Quanto aos municípios que se constituem em nossas unidades mais específicas de análise, convém destacar que o rebanho bovino do município de Martinópolis era composto em 1980 por 117.221 cabeças, atingindo em 1999 um total de 146.500 cabeças, declinando no ano seguinte para 106.000 cabeças e em 2001 apresenta um novo salto, atingindo 157.490 cabeças, seguido por um declínio de mais de 10 mil cabeças, quando o rebanho bovino totalizou 147.392 cabeças. Referente ao município de Regente Feijó, verifica-se que o rebanho bovino deste município apresentou crescimento, embora com algumas oscilações, uma vez que em 1980 o efetivo bovino deste município totalizava 24.993 cabeças e em 2002

este número aumentou para 33.300 cabeças. E por fim, quanto ao município de Presidente Bernardes, em 1980, o rebanho bovino era composto por 85.627 cabeças, atingindo 102.750 cabeças em 1985, declinando para 75.600 cabeças em 2002, conforme pode ser observado na tabela 08.

O declínio do rebanho bovino apresentado em alguns anos deve-se tanto à venda do gado para outras regiões, como ao abate de um grande número de cabeças. O aumento, por sua vez, está associado à difusão da assistência técnica, conforme ressaltado anteriormente, e a uma maior utilização de insumos na propriedade.

Tabela 08 - Efetivo Bovino nos municípios de Martinópolis, Regente Feijó e Presidente Bernardes – SP (1980-2002)

Efetivo Bovino – Nº de cabeças						
Ano	Martinópolis	Índice	Regente Feijó	Índice	Presidente Bernardes	Índice
1980	117.221	100	24.993	100	85.627	100
1985	113.361	96,7	29.033	116,2	102.750	120
1990	117.684	100,4	41.376	165,5	102.000	119,1
1996	139.477	119	32.659	130,7	77.453	90,4
1999	146.500	125	33.251	133	73.600	85,9
2000	106.000	90,4	33.300	133,24	72.941	85,2
2001	157.490	134,3	33.300	133,24	74.150	86,6
2002	147.392	125,7	33.300	133,24	75.600	88,3

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96. Pesquisa Pecuária Municipal de 1990, 1996, 1999, 2000, 2001 e 2002.

Nestes três municípios acima mencionados foram entrevistados 63 produtores, e constatou-se a partir da análise dos questionários que uma parcela considerável se dedica tanto à criação do gado leiteiro, como à criação do gado de corte, o que pode ser observado na tabela 09.

Tabela 09 – Atividade Pecuária

Município	bovino de corte		Bovino de leite		Rebanho bovino total
	produtor	cabeças	Produtor	Cabeças	Cabeças
Martinópolis	9	912	21	2.013	2.925
Regente Feijó	6	2.620	20	1.459	4.079
Presidente Bernardes	10	1.420	22	1.669	3.089
Total	25	4.952	63	5.141	10.093

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Ao analisar a atividade pecuária nestes municípios, um aspecto que nos chama a atenção refere-se ao município de Regente Feijó, incluído entre os maiores produtores de leite da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Foi possível constatar dentre os 20 produtores entrevistados que estes possuem um rebanho bovino de corte superior ao rebanho leiteiro, pois enquanto este totalizava 1.459 cabeças, o gado de corte era composto por 2.620

cabeças, distribuídas entre apenas 6 produtores. Nos municípios de Martinópolis e Presidente Bernardes também se constatou um número significativo de produtores que se dedicam à criação de gado de corte, porém o gado leiteiro dentre os entrevistados era superior ao de corte. A tabela 10, refere-se ao rebanho bovino dos produtores entrevistados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

Tabela 10 – Rebanho Bovino

Procedência dos produtores	Vacas em lactação	Vacas secas	Novilhas acima de 2 anos	Novilhas abaixo de 2 anos	Bezerros	Bois para engorda	Bois para tração	Touros
Martinópolis	679	478	301	338	561	137	-	63
Regente Feijó	517	419	156	315	331	2620	-	29
Presidente Bernardes	576	571	336	463	435	160	3	61
Total	1093	1468	793	1116	1327	3.917	3	153

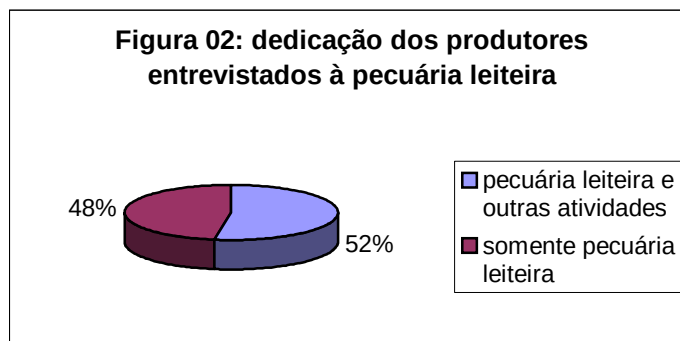
Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

É possível verificar que o município de Regente Feijó se destaca por sua expressividade no número de bois para engorda, perfazendo um total de 2.620 cabeças, número bem superior ao de vacas em lactação, que é de 517 cabeças, sendo que o rebanho bovino total entre os 20 entrevistados neste município é de 4.387 cabeças. No caso do rebanho bovino do município de Martinópolis, o total do rebanho bovino entre os 21 entrevistados é de 2.557 cabeças, sendo 137 bois para engorda e 679 vacas em lactação. Quanto ao município de Presidente Bernardes, o rebanho bovino total é de 2.605 cabeças, distribuídas entre 22 produtores, sendo 160 bois para engorda e 576 vacas em lactação.

Optamos por comparar o número de vacas em lactação e de bois para engorda, pois são as primeiras as responsáveis pela produção de leite, e o fato dos produtores se dedicarem além da produção de leite, à criação de gado destinado à engorda se constitui em um dos motivos que enfraquecem a pecuária leiteira, assim como o baixo preço pago pelo litro do leite, as exigências de tecnificação e a assistência técnica, que embora seja prestada aos produtores de leite, não se traduz em resultados positivos para a produção de leite.

Essa fragilidade da pecuária leiteira no Brasil se deve em parte à não especialização da produção. A esse respeito, Stevanato (2002) ressalta que há dois grupos de produtores. O primeiro grupo refere-se a produtores que encontram no leite uma atividade de subsistência, além de tê-lo como única fonte de renda e não contam com meios para se tornarem especializados, produzindo com pouca ou nenhuma tecnologia. O segundo grupo refere-se aos produtores que tem no leite uma fonte adicional, pois estes obtêm sua principal fonte de renda em outras atividades.

A respeito deste segundo grupo, verificamos dentre os produtores entrevistados nos municípios selecionados, que os não se dedicam exclusivamente à pecuária leiteira se constituem na maioria, conforme pode ser visualizado na figura 2.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Entre os produtores entrevistados, verificamos que são várias as atividades desenvolvidas por aqueles que não se dedicam apenas à produção de leite, o que pode ser verificado na tabela 11.

Tabela 11: Atividades concomitantes à produção de leite

Outras atividades dos produtores de leite		
	Nº	%
Lavouras	15	45,46
Magistério	3	9,09
Comércio	6	18,18
Funcionalismo público	1	3,03
Criação de gado de corte	5	15,15
Atividades autônomas	3	9,09
Total	33	100

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Dentre os produtores que associam a produção de leite a outras atividades, verificamos que a principal atividade desenvolvida pelos produtores refere-se à criação de gado de corte, seguida pelo cultivo das lavouras. As demais atividades referem-se ao comércio, ao magistério, a atividades autônomas e ao funcionalismo público.

Este dado revela a prioridade que é destinada ao gado de corte, seguido pelas lavouras, bem como a outras atividades não ligadas à agropecuária por produtores rurais, que muitas vezes tiram o leite apenas para consumo próprio e/ou tem um pequeno excedente que é comercializado.

A esse respeito, Carvalho (2003) destaca que:

[...] pode estar um pecuarista de corte que possui algumas vacas leiteiras para alimentação de sua família e funcionários. É difícil aceitar que este produtor possa ser chamado efetivamente de produtor de leite. Pelo menos a ponto de afetar o mercado, ou do mercado afetá-lo. (CARVALHO, 2003, p. 02).

Carvalho (2003) demonstra que estes produtores estão isolados e que as suas atividades econômicas pouco ou nada interferem na organização social. Todavia, podemos admitir que estes produtores pouco afetam o mercado regional, mas quando se pensa no mercado local, não se pode dizer que os produtores não interferem na organização social, uma vez que em todo o país, verifica-se a venda direta ao consumidor de leite cru e derivados, que não passam por um processo de industrialização.

Deve-se considerar que existem diferentes interesses, sendo que ao mercado interessa um produtor competitivo, o que não significa que aqueles produtores descapitalizados devam se conformar em abandonar a atividade. As contradições sociais existem e são materializáveis, no entanto, o espaço, condição de reprodução de diferentes interesses não uniformiza as relações, o que oferece condições de resistência àqueles que não são beneficiados pela estrutura vigente.

O fato dos produtores não se especializarem na produção de leite se constitui em empecilho às possibilidades de organização dos mesmos, o que viria a contribuir para sua reprodução social, e não para o seu desaparecimento.

Quando falamos em rebanho bovino destinado à produção de leite, cabe destacar que os animais puros das raças aperfeiçoadas são em sua maioria, os que mais produzem, além de manterem sua produção por mais tempo.

Dentre as raças especializadas na produção de leite, as principais são as holandesas, as inglesas (Jersey, Guernsey e Ayrshire), as francesas (Flamenga e Bretã), e ainda a dinamarquesa vermelha. Existe ainda outro grupo de raças com destaque para a produção leiteira, embora também, são destinadas à produção de carne, são as já mencionadas raças mistas, destacando-se as inglesas Devon, Red Polled e Red-Lincoln, a francesa Normanda e as suíças Schwitz e Simental.

De acordo com informações obtidas no site www.milknet.com.br, as raças Schwitz e Normanda são criadas como leiteiras, principalmente a primeira pelo volume de leite que produz. Muitas vezes a criação dessas raças puras se torna difícil em um país como o Brasil, devido ao clima, às temperaturas elevadas, às condições das pastagens e também devido à presença de algumas doenças.

É por este fato que muitos produtores recorrem ao cruzamento ou mestiçagem, com o intuito de obterem animais mais rústicos, que se adaptem melhor às condições de um país tropical como o Brasil. O gado Zebu é considerado ideal para obter esta rusticidade, sendo que no Brasil existem atualmente as raças zebuínas de origem indiana, Guzerá, Gir, Nelore e Shindi vermelha, além da Indubrasil, obtida através do cruzamento entre Guzerá e Gir. Cabe ressaltar, que à medida que se dissemina o sangue Zebu em um rebanho, ele se torna mais rústico, porém sua produção leiteira decresce.

No caso dos produtores entrevistados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, verificou-se que as raças que predominam entre os mesmos são girolanda, holandesa, nelore, mista, limousin e simental, conforme se observa na figura 03.



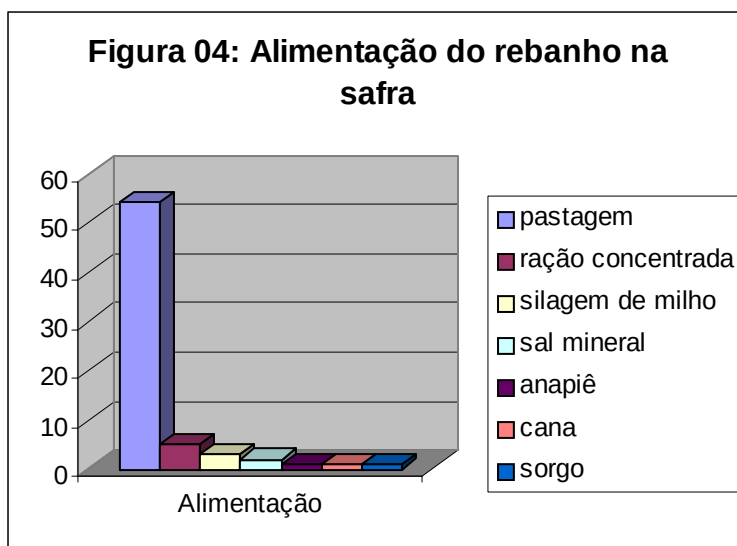
Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Podemos observar a predominância do gado misto, criado por 36% dos produtores, seguidos pelo gado girolando – 28% dos produtores, holandês (18% dos produtores), nelore (16% dos produtores), e limousin e simental, ambas criadas por 1% dos entrevistados. Esta superioridade das raças mista no rebanho dos produtores entrevistados reflete o que ocorre de modo geral em todo o país, conforme já destacamos neste trabalho. Um outro fato que merece ser ressaltado é a criação significativa do gado nelore entre os entrevistados, o que somando ao rebanho misto confirma que a região não se constitui em uma bacia leiteira, sendo o leite complementar à exploração da pecuária de corte, o que é reafirmado pela inexpressiva criação da raça simental, uma raça especializada na produção de leite.

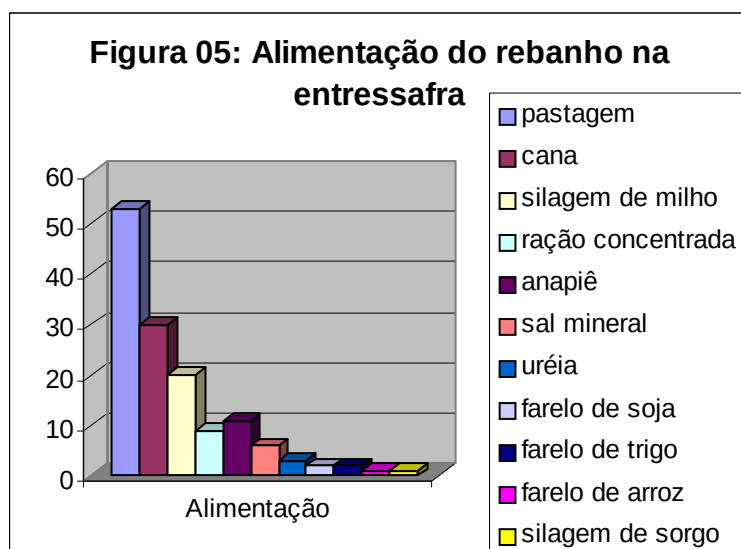
Conforme ressaltamos, no Brasil há uma variedade considerável de raças especializadas na produção de leite, porém a produção de leite no país pode ser dividida basicamente em duas fases: a da estação seca e a das águas. Na estação das águas, mesmo sem rações suplementares as vacas dão um bom rendimento, ao contrário da época das secas, onde as vacas que se alimentam somente de pastagens emagrecem muito, atingindo a metade e até

menos da produção alcançada na época das águas. Na época das secas, as vacas param de produzir leite para amamentar suas crias e muitos produtores são obrigados a colocar as vacas no pasto com os bezerros, o que leva a um período de interrupção da produção de leite.

Para evitar prejuízos deste tipo, muitos produtores complementam a alimentação das vacas com concentrados, rações balanceadas, farelos, além de forragens que são armazenadas para este fim. Cabe destacar que os produtores especializados geralmente complementam a alimentação do rebanho o ano todo, com o intuito de terem uma produção elevada, o que se reverte em rendimentos proporcionais em todos os meses do ano. Nas figuras 04 e 05, apresentamos respectivamente a alimentação do rebanho na safra, ou seja, no período das águas e na entressafra, ou seja, no período das secas.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003



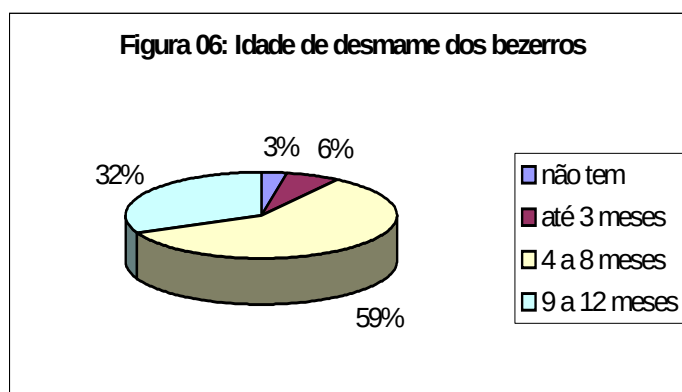
Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Verificamos que na época das águas, a alimentação do rebanho é composta prioritariamente por pastagens, porém também são introduzidos outros complementos alimentares, como ração concentrada, silagem de milho, sal mineral, anapiê, cana e sorgo. Na entressafra também se verifica a introdução de várias opções de alimentos. Embora as pastagens ocupem a posição de principal alimento do rebanho dentre os entrevistados, observa-se que por ordem de importância na alimentação do rebanho tem-se após as pastagens, a introdução da cana-de-açúcar, bem como da silagem de milho, ração concentrada, anapiê, sal mineral, uréia, farelo de soja, farelo de trigo, farelo de arroz, e silagem de sorgo. Produtos como farelos ainda que propiciem um aumento da produção são pouco utilizados pelos produtores, pois tem custo elevado, o que encarece a produção de leite.

Além da alimentação, outros fatores influenciam na produção de leite, como a idade da vaca e o período de lactação. Durante a lactação, a produção de leite varia tanto com relação à quantidade quanto à qualidade. Este período dura aproximadamente 10 meses, sendo que a produção aumenta no primeiro mês, se estabiliza no segundo ou terceiro, começando a declinar no quarto mês, e do quinto mês em diante vai diminuindo cada vez mais.

Quanto mais prolongada for a lactação, menor será a produção final. A duração do período de lactação varia com as características do animal. Uma vaca de baixa produção geralmente tem uma lactação de menor duração ao passo que em vacas com boa produção é comum o período de lactação se prolongar até o nascimento da nova cria.

A idade de desmame dos bezerros também é importante para a produção da vaca, uma vez que o desmame implica em maior quantidade de leite para o produtor. Todavia, a maioria dos produtores não desmama os bezerros nos primeiros meses após a cria. Na figura 06 temos a idade de desmame dos bezerros dentre os produtores entrevistados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

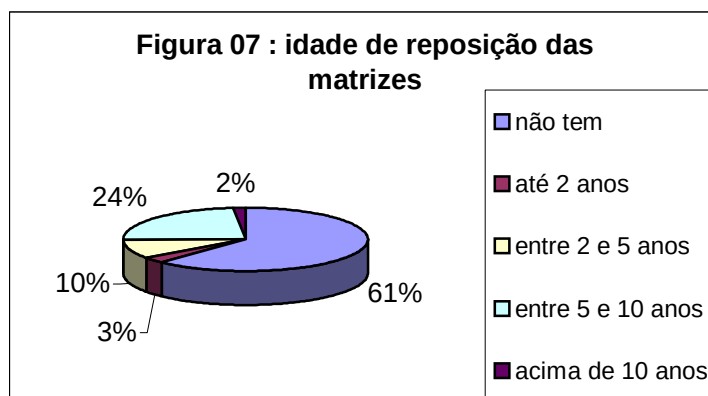
Verifica-se que a maioria dos produtores prolonga ao máximo a idade de desmame dos bezerros, uma vez que dentre os 63 entrevistados, 37 produtores (59%) desmamam os bezerros quando estes têm entre 9 e 12 meses, 20 produtores (32%) desmamam os bezerros com idade entre 4 e 8 meses, 4 produtores (6%) desmamam os bezerros até os 3 meses e 2 produtores (3%) não tem uma idade específica para desmamar os bezerros.

Outro fator que exerce grande influência na produção de leite é a idade, que interfere mais na quantidade de leite produzido do que na sua qualidade. De acordo com informações obtidas no site www.milknet.com.br, a produção de leite é iniciada quando a vaca atinge mais ou menos 2 anos de idade e vai aumentando, sendo que a produção máxima ocorre quando a vaca tem entre 5 e 6 anos até 8 e 9 anos. Isto ocorre da terceira à sexta cria e diminui até a décima cria, época em que de um modo geral termina a vida útil da vaca. A idade média de produção máxima de uma vaca varia também conforme as raças. No caso da raça Jersey a produção máxima se dá na quarta cria, no caso da holandesa na sexta cria, sétima para a Guernsey e oitava para a Ayrshire.

De um modo geral, as vacas consideradas “boas” na produção de leite vivem mais do que as ruins. Os produtores, principalmente os especializados procuram repor as matrizes, assim que estas diminuem a sua produção. Na figura 07 temos a idade indicada pelos produtores entrevistados para repor as matrizes.

Verifica-se que 61% dos entrevistados, ou seja, 38 produtores não adotam uma idade específica para repor as matrizes, esta é uma característica da não especialização da produção, o que demonstra um certo descuido para com o rebanho. Há casos de produtores que optam por repor as matrizes quando estas têm mais de 10 anos de idade, o que foi revelado por 3% dos entrevistados (2 produtores). É um período considerado normal para repor as matrizes, pois por volta desta idade já se encerra a vida útil da vaca. Outrossim, constatou-se que 24% dos entrevistados (15 produtores) repõem as matrizes, quando estas têm entre 5 e 10 anos. Esta troca começa a ser feita a partir dos 5 anos, porque a maioria do rebanho dos entrevistados não é composto por vacas especializadas na produção e, portanto começam a declinar a sua produção a partir desta idade. Há ainda o caso de produtores que repõem as matrizes quando estas têm entre 2 e 5 anos, o que foi verificado entre 6 produtores (10%) e o caso de 1 produtor (2%) que passa a adquirir outras matrizes quando as suas vacas têm até 2 anos de idade. Estes dois últimos casos também revelam a não especialização da produção da

produção, pois os produtores vendem as vacas praticamente antes das mesmas começarem a produzir ou de atingir a produção máxima.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Convém ressaltar que muitas vezes os produtores não desmamam os bezerros em um período mais adequado para que as vacas produzam mais leite, por falta de assistência técnica, assim como o fato de muitos produtores deixarem que o período de lactação se prolongue até o fim do nascimento de uma nova cria, o que não é aconselhável, pois desta forma não há tempo para o repouso do úbere, o que é de fundamental importância, mas por falta de uma assistência técnica efetiva, um grande número de produtores fica alheio a estas informações.

3.2. O acesso à assistência técnica e à inseminação artificial

Os produtores de leite no Brasil enfrentam vários obstáculos, seja referente ao baixo preço pago pelo leite, à falta de incentivos governamentais, dentre outros que serão abordados no próximo item deste trabalho, e que de um modo geral verifica-se que não há vontade política para transformar esta situação, de forma a permitir a continuidade dos pequenos produtores na atividade.

Conforme já salientamos, os produtores tem que conviver com duas estações, – a das águas, em que a produção é alta e a das secas, quando a produção chega a cair pela metade. Tanto este problema, como o fato dos produtores muitas vezes não saberem o que fazer quando um animal fica doente, ou como melhorar o seu rebanho, além de outras situações que ocorrem na propriedade, podem ser resolvidos com medidas paliativas e até mesmo solucionadas quando estes produtores têm acesso a assistência técnica.

No Estado de São Paulo, esta assistência aos produtores de leite é prestada pela Embrapa em algumas regiões, bem como pela CATI, além de ser proporcionada por alguns

laticínios e segmentos particulares. Entretanto, cabe destacar que diante de tantas alternativas, há produtores nos municípios em estudo, principalmente pequenos, que não recebem qualquer forma de assistência, os quais se vêem completamente abandonados, pois os laticínios pagam pouco pelo leite entregue, quando já não deixaram de coletar o leite deste produtor, por não possuírem uma estrutura adequada, o que é alegado pelos laticínios e legitimado pelo governo, através de medidas como a Portaria 56.

Para aqueles que resistem, e ainda continuam a produzir, a assistência técnica é um fator de grande importância para o produtor, se constituindo em estímulo, na medida em que um técnico pode auxiliar e incentivar um produtor a realizar inseminação artificial, transferência de embriões, formas alternativas de manejo de pastagem, dentre outras alternativas, que objetivam alcançar um melhor rebanho e uma maior produtividade.

De acordo com Mendes (2003) apud Garcia (2003):

[...] dominada a técnica pode ser expandida para qualquer dimensão. O fundamental é fazer tudo muito bem feito, desde a análise do solo, adubação correta do pasto, irrigação sempre que possível, manejo correto do capim, e trabalhar só com o melhor gado da propriedade, independente da raça. (MENDES, 2003 apud GARCIA, 2003, p. 10 A).

A recomendação de Mendes no sentido de se trabalhar só com o melhor rebanho na propriedade é reforçada por Chinelato (2003), pois este afirma que os produtores insistem em alimentar o rebanho de forma inadequada, pois se na época da seca um produtor possui ração para alimentar somente a metade do rebanho e deseja aumentar a produção, o correto é dar toda a ração para as vacas melhores, uma vez que se o produtor insistir em alimentar todas com pouca ração, as vacas vão continuar dando pouco leite do mesmo jeito.

Estes procedimentos são simples, e podem resultar numa melhoria da produção, não implicando necessariamente em custos elevados, porém muitas vezes por falta de assistência técnica, os produtores não sabem o que fazer para aumentar a produção do rebanho.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, constatamos que dentre os entrevistados, a maioria tem acesso à assistência técnica, embora muitos tenham revelado que esta se dá de forma precária. Na tabela 12, temos informações sobre o número de produtores que recebem assistência técnica.

Verificamos que 57 produtores (90,48%) recebem assistência técnica contra 6 produtores que não tem acesso (9,52%). Embora um número expressivo de produtores tenha acesso a assistência técnica, esta não se reflete em resultados relevantes, e sim funcionam

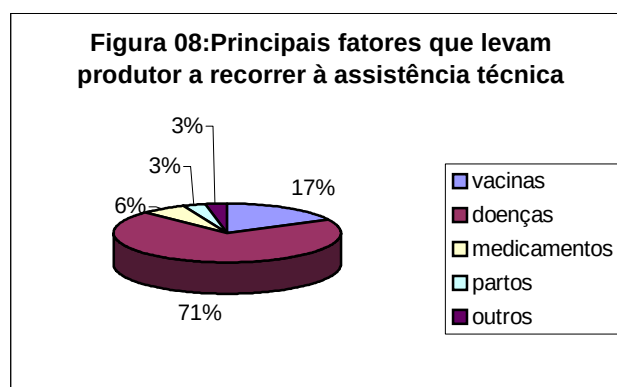
como um auxílio ao produtor em momentos em que este possui um animal doente, por exemplo.

Tabela 12: Produtores que recebem assistência técnica

Recebe assistência técnica		
	Nº	%
Sim	57	90,48
Não	6	9,52
Total	63	100

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Na figura 08, temos os principais fatores que levam os produtores a recorrer a assistência técnica.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Na maioria dos casos, os produtores solicitam assistência técnica por motivos de doença do gado, conforme foi relatado por 44 produtores (71%), 11 produtores ou 17% dos entrevistados recorrem a assistência técnica, principalmente a veterinários, quando o gado necessita ser vacinado, 4 produtores (6%) quando necessitam de ajuda quanto a medicamentos para o rebanho, 2 produtores (3%) recorrem para auxílio em partos e 2 produtores (3%) relatam outros motivos.

De um modo geral, verificamos que não há projetos de assistência técnica voltados aos produtores de leite, com exceção do município de Regente Feijó, porém nos municípios de Martinópolis e Presidente Bernardes, os produtores só recebem esta assistência em caso de solicitarem, não havendo um acompanhamento. Porém, no caso do primeiro município mencionado há um projeto da Casa da Agricultura, que visa a um acompanhamento efetivo na propriedade. Na tabela 13, temos os meios pelos quais os produtores recebem assistência técnica.

Tabela 13: Segmentos que prestam assistência técnica aos produtores

Assistência técnica		
	Nº	%
Particular	29	50,88
Casa da Agricultura	17	29,82
Laticínio	7	12,28
Próprio produtor	4	7,02
Total	57	100

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Na maioria dos casos, a assistência técnica é particular, o que é preocupante, pois os produtores, principalmente os mais descapitalizados revelam que se sentem abandonados pelos órgãos públicos como as Casas da Agricultura, que não prestam assistência sequer a um terço dos entrevistados, segundo estes revelaram durante as entrevistas. Uma outra fonte de assistência técnica provém dos laticínios, e por fim alguns produtores relataram que devido à dificuldade de acesso a técnicos da Casa da Agricultura, dos laticínios e na impossibilidade de recorrer a particulares se colocam como os responsáveis em se auto-assistenciar.

Num momento de redefinições das normas que norteiam a produção de leite no país, a assistência técnica pode ser uma referência para que o produtor opte por abandonar ou não a atividade. Se um grupo de produtores é assistido, estes podem ser motivados a trabalhar em associações de um mesmo bairro rural, por exemplo, pois acreditamos que faltam condições materiais, além do individualismo, para que os produtores pensem as relações sociais na sua totalidade.

Segundo Fabrini (2002), “A construção de condições materiais no espaço pela sociedade pode contribuir para o fortalecimento de relações solidárias, comunitárias, coletivas, facilitando a tomada de decisões de consciência política”.(FABRINI, 2002, p. 215).

Ainda de acordo com este autor, a modernização das relações de produção na agricultura não é acompanhada pelo desenvolvimento das relações sociais. Esse desenvolvimento das forças sociais, que é pouco verificado dentre os produtores de leite e na sociedade em geral, poderia contribuir na resistência contra as mudanças estruturais que vêm sendo impostas para a cadeia produtiva do leite no Brasil.

Sabemos que a modernização técnica – uma necessidade do capitalismo – é concreta e cada vez mais se coloca como uma exigência para a inserção dos produtores no sistema agroindustrial do leite no país. Porém, há uma estrutura montada e acessível apenas para os

produtores mais capitalizados, e não há oportunidades, principalmente para os pequenos produtores de terem acesso às condições que possibilitariam sua continuidade na atividade.

Assim, como o sistema agroindustrial do leite a partir dos anos 1990 se reestruturou, a genética também avançou muito, porém grande parte dos produtores sequer tem acesso ao uso da inseminação artificial. Na tabela 14, temos as relações dos produtores entrevistados que fazem uso da inseminação no rebanho.

**Tabela 14: A utilização da inseminação artificial
entre os produtores de leite entrevistados**

Uso da inseminação artificial		
Municípios	Nº de produtores	%
Martinópolis	-	-
Presidente Bernardes	1	4,5
Regente Feijó	5	25

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Constatamos que dentre os 63 entrevistados, apenas 6 produtores (9,52%) faziam uso da inseminação artificial no rebanho, sendo que desses produtores, 5 eram do município de Regente Feijó e 1 de Presidente Bernardes. No município de Martinópolis não havia nenhum produtor que utilizasse a inseminação no rebanho.

Os produtores do município de Regente Feijó relataram que a inseminação foi propiciada através de técnicos da Casa da Agricultura, sendo que esta possui um convênio com a Prefeitura do município, que incentiva e facilita aos produtores o acesso à inseminação artificial. No caso do produtor de Presidente Bernardes, a inseminação era realizada por um veterinário particular e no município de Martinópolis, quando os produtores eram questionados sobre os motivos de não adotarem esta prática, visando a uma especialização do rebanho, a maioria revelou que a Casa da Agricultura não se dispõe a realizar, e que os mesmos não tem informações ou recursos financeiros para tal.

Assim, constatamos que em municípios com produtores que têm acesso a uma assistência técnica efetiva, o manejo do rebanho se dá de forma diferenciada. A assistência técnica, que em primeiro lugar deveria ser prestada por um segmento público - e nos municípios estudados, em sua maioria é prestada por segmento particular - é ineficiente para alcançar uma especialização na produção de leite, o que se coloca como fundamental para a continuidade do produtor na atividade.

3.3. Principais problemas enfrentados e medidas apontadas pelos produtores de leite visando a permanência na atividade

A partir da iniciativa governamental, que conta com total apoio das empresas do setor lácteo, em preconizar a coleta de leite refrigerado e definir novos padrões de qualidade para o leite coletado, milhares de produtores em todo o país vem deixando de produzir leite.

No início deste trabalho, no item 1.5, afirmamos que o Brasil possui cerca de 1,2 milhões de produtores de leite. O Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 apontava 1.810.041 produtores de leite, porém, Carvalho (2003) faz uma ressalva, referindo-se ao critério utilizado pelo IBGE, que considera produtor de leite todo aquele que possui ao menos uma vaca. Desse total de produtores, 800.000 tinham excedentes comerciais e os demais produziam apenas para consumo próprio. Este autor ressalta ainda que desses 800.000 produtores, 333.479 seriam produtores informais, o que demonstra que o caminho para o pequeno produtor de leite não necessariamente é o abandono da atividade, mas pode ser a informalidade, como forma de resistência a algumas normas difíceis de serem atendidas por uma parcela significativa de produtores de leite.

Considerando-se que em 2002, a produção brasileira de leite foi de 20,4 bilhões de litros é importante destacar que 13.212 bilhões ou 64,76%, refere-se à produção formal e 7.187 bilhões foram comercializados informalmente, conforme destaca Carvalho (2003). Assim, constatamos a expressividade do mercado informal, pois mais de um terço da produção brasileira de leite é comercializada informalmente.⁷

O perfil dos produtores vinculados ao mercado informal se difere em vários aspectos do produtor que comercializa o leite formalmente nos laticínios, pois geralmente não possuem equipamentos como ordenhadeira mecânica e tanque de expansão, possuem um pequeno rebanho, que geralmente é alimentado à base de pastagens de baixo valor nutricional e, em sua maioria são pequenos produtores. A este respeito, Carvalho (2003) destaca que a informalidade está diretamente relacionada à pequena produção, e que a maioria dos produtores que comercializam o leite informalmente produzem até 100 litros/dia, sendo raros os produtores que ultrapassam esta produção diária.

⁷ Em outro momento do texto, afirmamos que esta porcentagem chega a 40%, sendo que estes dados variam conforme a fonte, e justamente pelo fato destes produtores não possuírem cadastro em nenhum órgão ou instituição, se torna difícil precisar um número exato.

De acordo com informações obtidas no site www.milpoint.com.br, no período de 1996 a 2001, as oito maiores empresas do setor lácteo excluíram 56,2% dos produtores de leite dos seus quadros de fornecedores.

Além desta forma de exclusão, em que os laticínios deixam de coletar o leite daqueles produtores que não atendem às suas exigências, há medidas, que embora não sejam recentes deixam de incentivar os pequenos produtores, como o caso do diferencial de preços pagos ao produtor, dependendo da quantidade de leite entregue.

Com o intuito de combater esta diferenciação, foi entregue uma proposta (Projeto de Lei 1051/93) à Câmara dos Deputados, propondo o estabelecimento de um preço único para compra do leite *in natura*, independente do volume e da qualidade da matéria prima entregue pelos produtores. De acordo com Nogueira (2003), “A idéia é evitar que os pequenos e médios produtores sofram com os baixos preços pagos para o leite, significativamente inferiores aos preços recebidos pelos maiores produtores”.(NOGUEIRA, 2003, p. 01).

Se aprovado, este projeto possibilitará a permanência de pequenos produtores na atividade, no entanto, os produtores mais tecnificados, que investiram em volume e qualidade teriam seus preços reduzidos, o que se constituiria em um retrocesso diante de todas as exigências impostas até o momento, que tem como bonificação ao produtor, acréscimos ao preço do leite por padrão de qualidade. Este projeto de lei aumentaria a tendência de abandono da atividade, principalmente entre os médios produtores.

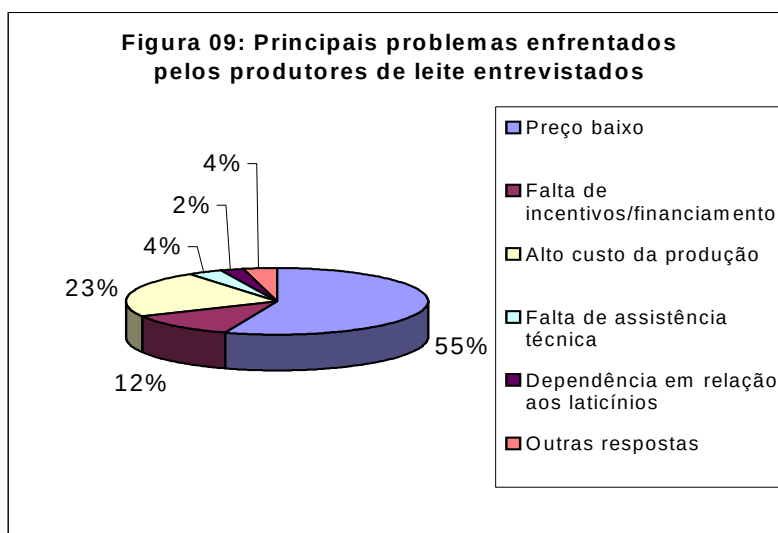
Cabe ressaltar que as oscilações nos preços pagos pelos laticínios outro problema que aflige os produtores de leite, uma vez que devido aos custos elevados com insumos, os produtores têm que pagar para produzir, conforme destaca Alvim (2003).

O que vem acontecendo é que as oscilações nos preços do leite e a elevação dos preços dos insumos, os produtores acabam se desfazendo de matrizes, geneticamente melhoradas, como forma de obter capital de giro para custear suas despesas na entressafra, promovendo assim uma queda na produção. (ALVIM, 2003, p. 01).

Percebemos assim, que os produtores de leite, principalmente os pequenos, se vêm cercados por vários obstáculos que praticamente inviabilizam a atividade, e embora a nossa defesa seja no sentido de que estes resistam, ainda que através da informalidade, não podemos

negar que o comércio de leite informal não os coloca em uma posição de imunidade quanto a problemas enfrentados por qualquer pequeno produtor vinculado ao mercado formal.

Dentre os entrevistados na Microrregião de Presidente Prudente, foram detectados alguns problemas enfrentados pelos produtores, e os principais estão representados na figura 09.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

É possível verificar que o principal problema enfrentado pelos entrevistados é o baixo preço pago pelo leite, o que foi relatado por 35 entrevistados (55%), o segundo problema apontado é o alto custo da produção, reclamação esta que provém de 15 produtores (23%), o terceiro problema elencado pelos produtores refere-se à falta de incentivos/financiamento, o que foi manifestado por 8 produtores (12%), a falta de assistência técnica foi apontada por 2 produtores (4%), a dependência em relação aos laticínios por 1 produtor (2%) e outros 2 produtores (4%) apontaram outras respostas.

O baixo preço do leite pago pelos laticínios é um problema que permeia todas as categorias de produtores, sendo uma reclamação constante, tanto entre pequenos, como entre médios e grandes produtores. Apesar de reclamações referentes ao preço do leite, de acordo com informações disponíveis no site www.milkpoint.com.br, no primeiro semestre de 2003, os preços do leite pagos ao produtor passaram de R\$ 0,44 para R\$ 0,49, e embora seja um aumento irrelevante, comparado ao ano de 2002 o aumento foi de 26,9%. Entretanto, os custos de produção aumentaram muito mais, pois houve reajuste de 36,75% no farelo de soja, 38,41 % na silagem de milho e 35,78% no sal mineral, usados na alimentação animal.

Quanto à assistência técnica, já abordamos no item anterior deste capítulo, o quanto a sua atuação efetiva pode trazer benefícios ao produtor, assim como a sua ausência pode contribuir para que este produtor preserve hábitos que se constituem em retrocesso para quem deseja aumentar a produção.

A dependência em relação aos laticínios é igualmente um problema sério na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. No caso de Martinópolis, só há um laticínio no município (o laticínio Nova Esperança do Paraná LTDA), ficando os produtores à mercê do mesmo, assim como no município de Regente Feijó, que durante muitos anos contou com a instalação da Vigor. Cria-se uma dependência, pois a pecuária leiteira é uma atividade que muitas vezes passa de pai para filho e o produtor pensa em muitos casos que deve seguir a tradição do pai de entregar o leite ao laticínio que a família entrega há anos. Como não há concorrência, estes laticínios acabam fixando preços muito baixos a serem pagos ao produtor por litro de leite entregue.

Neste contexto, Martins, 1981), afirma que:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que esta relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1981, p. 45).

A dificuldade de acesso a financiamento se constitui em um problema grave no setor agropecuário de um modo geral, o que também se reflete na pecuária leiteira. Dentre os produtores entrevistados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, vários relataram que são muitas as exigências para se conseguir financiamento, além do fato dos juros serem muito altos. Desta forma, grande parte não se sente incentivada a aderir a uma linha de financiamento. A tabela 15 traz informações referentes aos produtores que já fizeram algum tipo de financiamento voltado para a pecuária de leite.

Tabela 15: Produtores entrevistados que se utilizaram de financiamento voltado para a pecuária leiteira

Já fez algum financiamento para leite		
	Nº	%
Sim	27	42,86
Não	36	57,14
Total	63	100

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Dentre os 63 entrevistados, verificamos que 27 produtores (42,86%) já fizeram uso de financiamento voltado para a melhoria da produção de leite e a maioria, 36 produtores (57,14%) nunca fizeram financiamento voltados para a pecuária leiteira. Na tabela 16 verificamos os fins para os quais foram destinados o financiamento na propriedade.

Tabela 16: Destino dado pelos produtores entrevistados ao financiamento

Utilizou o dinheiro do financiamento para	Nº	%
Aquisição de matrizes	17	62,96
Aquisição de tanque de expansão	8	29,63
Alimentação do rebanho	2	7,41
Total de produtores que realizaram financiamento	27	100

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Constatamos que dentre os 27 produtores que fizeram uso do financiamento, 17 ou 62,96% utilizaram o dinheiro para a aquisição de matrizes, o que é de suma importância, pois a eliminação de matrizes, aliada à utilização de touros de raças sem aptidão leiteira, reduz quase que completamente a possibilidade de ganhos adicionais com a pecuária de leite. Verificamos ainda que 8 produtores (29,63%), se utilizaram do financiamento para adquirir tanque de expansão, equipamento fundamental em tempo de modernização da pecuária leiteira, e outros 2 produtores (7,41%) utilizaram o financiamento para custear a alimentação do rebanho.

De acordo com informações do site www.milkpoint.com.br, o governo destina para os produtores que desejam investir na compra de equipamentos, recurso de R\$ 100 milhões voltados ao Proleite (Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite). O limite de crédito é de R\$ 80 mil por beneficiário, juros fixos de 8,75% ao ano e prazo de 5 anos para pagamento, incluindo até 2 anos de carência, além disto, o governo destina verba para este fim através do Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar).

Dessa forma, comprovamos que os problemas enfrentados pelos produtores de leite são decisivos para que estes optem por se modernizar e continuar na atividade, quando há recursos para tal ou abandonar a atividade. Os produtores entrevistados relataram que estas dificuldades poderiam ser contornadas por algumas medidas que podem ser visualizadas na tabela 17.

Tabela 17: Conjunto de medidas apontadas pelos produtores visando sua permanência na atividade

Medidas apontadas pelos produtores visando a permanência na atividade		
	Nº	%
Facilidade de financiamento/subsídio	15	23,81
Melhoria de preços ao produtor	21	33,33
Assistência técnica	8	12,7
Tanque comunitário implantado por prefeituras	2	3,17
Projetos de melhoramento genético/inseminação artificial	4	6,35
Outras respostas	13	20,63
Total	63	99,99

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Dentre as medidas apontadas pelos produtores visando a permanência na atividade, a melhoria dos preços pagos ao produtor foi a principal medida indicada, sendo apontada por 21 produtores (33,33%), a facilidade de acesso a financiamento foi a segunda medida indicada pelos produtores, estando presente nas respostas de 15 produtores (23,81%), o acesso a assistência técnica foi apontada por 8 produtores (12,7%), 4 produtores (6,35%) relataram a importância da implantação de projetos de melhoramento genético/inseminação artificial e 2 produtores (3,17%) afirmaram ser de grande importância o apoio do poder público, principalmente das prefeituras, no sentido de instalar tanques comunitários, que possibilitassem aos produtores a continuidade na atividade e outros 13 produtores (20,63%) apontaram outras respostas.

Assim, um produtor relatou que: “Deve haver incentivos à associação de produtores, implementos a preços mais baixos, programa de inseminação, visitas constantes de técnicos e linhas de crédito mais acessíveis”. (MARCOS XAVIER ALMEIDA PASSOS, 35 anos).

Conforme já relatamos em vários momentos deste trabalho, a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente não se constitui em uma bacia leiteira tradicional, sendo que a prioridade é conferida à pecuária de corte. Neste contexto, cabe destacar que não são criadas condições de fortalecimento da pecuária leiteira, pois temos produtores que recebem um preço muito baixo por litro de leite, em torno de R\$ 0,50, outrossim não recebem informações de como melhorar o seu rebanho, além de não serem assistidos pelo poder público. Estas condições explicam a não especialização da produção e a precarização da pecuária leiteira regional.

Até o momento já conhecemos os principais problemas enfrentados pelos produtores de leite, bem como as soluções apontadas pelos mesmos no sentido de lhes possibilitar a

continuidade na atividade, porém, de forma que não tenham que “pagar para produzir”, conforme ocorre com muitos produtores. Torna-se interessante conhecer um pouco mais a realidade deste produtor, com informações referentes à sua propriedade, equipamentos disponíveis para a produção de leite, bem como outras informações que julgamos relevantes abordar neste trabalho.

3.4. Perfil dos produtores entrevistados na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente

A produção de leite não se constitui em uma atividade que requer uma mão-de-obra expressiva. Assim, principalmente os produtores não especializados, praticam em suas propriedades, além da produção de leite, outras atividades agrícolas, pois apenas algumas horas diárias são dedicadas ao gado, geralmente pela manhã, quando é realizada a ordenha e ao final da tarde, quando os bezerros são apartados, isto quando não há uma segunda ordenha diária e o gado não vive em confinamento. Na figura 10, temos uma ilustração de gado criado sob regime de confinamento.⁸



Figura 10: Foto de regime de confinamento do gado de um produtor de leite de Regente Feijó - SP

Fonte: Pesquisa de campo, 2003. Autora: Joelma Cristina dos Santos

A partir do processo de modernização da agricultura, um número significativo de pessoas se dirigiu do campo para as cidades, além de que como consequência deste processo foram engendradas novas relações de trabalho e novas estratégias de produção.

Surgiram várias atividades não-agrícolas, que apesar de não serem realizadas através do trabalho assalariado, estão subordinadas às relações capitalistas. Assim, de acordo com Schneider, 1999:

A inadequação do sistema produtivo tradicional que esgotava o solo e gerava poucos ganhos de produtividade, somada aos problemas de reprodução do modo de vida colonial como um todo tornaram os empregos fora da propriedade uma opção com dupla vantagem: obter rendas e ganhos econômicos para garantir a subsistência familiar e ter a possibilidade de permanecer residindo na propriedade agrícola [...]. (SCHNEIDER, 1999, p. 111)

Dentre os produtores entrevistados, vários relataram que há membros da família, principalmente filhos que ainda residindo na propriedade trabalham com atividades não-agrícolas. Na tabela 18 verifica-se o local de residência dos entrevistados.

Tabela 18 - Local de residência dos entrevistados

	Local de residência			
	Propriedade		Área urbana	
	Número de produtores	%	Número de produtores	%
Martinópolis	6	28,57	15	71,43
Regente Feijó	8	40	12	60
Presidente Bernardes	5	22,73	17	77,28

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Constatamos que dentre os 63 entrevistados, apenas 19 (30%) residem nas propriedades, ao passo que 44 produtores, 70% dos entrevistados vivem na área urbana. Conforme ressaltamos no início deste item a pecuária leiteira é uma atividade que requer pouca mão-de-obra, principalmente quando se conta com equipamentos como a ordenhadeira mecânica (figura 11).



Figura 11: foto de ordenhadeira mecânica

Fonte: pesquisa de campo, 2003. Autora: Joelma Cristina dos Santos

⁸ Nos questionários aplicados junto aos produtores, não há questões que contemplem a prática de confinamento. Dessa forma, não podemos precisar a quantidade de produtores que se utilizam dessa prática, porém através de perguntas informais, verificamos que apenas a minoria mantém o gado sob regime de confinamento.

No caso dos produtores entrevistados, a maioria conta com o auxílio da família nas atividades desenvolvidas. Assim, dentre os 63 entrevistados, 32 produtores (50,79%) contam com o auxílio de membros da família, e 31 produtores (49,21%) não tem ajuda da família nas atividades, conforme pode ser visualizado na tabela 19.

Tabela 19- Auxílio da família na pecuária leiteira

Auxílio da família nas atividades				
Município	Sim		Não	
	Nº de produtores	%	Nº de produtores	%
Martinópolis	9	42,86	12	57,14
Presidente Bernardes	11	50	11	51
Regente Feijó	12	60	08	40

Fonte: Trabalho de campo – fev/mar/2003

Dentre os produtores que têm auxílio da família, este vem principalmente por parte dos filhos, conforme relato de 20 produtores (62,5%), em seguida vem a ajuda do cônjuge, de acordo com 09 produtores (28,12%), e, em terceiro lugar foi relatado a ajuda de irmãos – caso de 3 produtores entrevistados (9,37%).

É comum produtores residirem na cidade e terem apenas um ou dois empregados responsáveis pela atividade. Assim, dentre os 63 entrevistados, 42 afirmaram que empregam trabalhadores assalariados (66,66%), e 21 produtores não empregam (33,33%), conforme pode ser visualizado na tabela 20.

Tabela 20- Emprego do trabalho assalariado

Emprego de trabalhadores assalariados				
Município	Sim		Não	
	Nº de produtores	%	Nº de produtores	%
Martinópolis	17	80,95	4	19,05
Presidente Bernardes	11	50	11	50
Regente Feijó	14	70	6	30

Fonte: Trabalho de campo – fev/mar/2003

Concernente aos produtores que empregam trabalhadores assalariados (42 produtores), constatamos que a maioria emprega apenas 1 trabalhador permanente, o que foi relatado por 29 produtores, 8 produtores empregam 2 trabalhadores permanentes, e 01 produtor emprega 3

trabalhadores permanentes. Além do emprego dos trabalhadores permanentes, há aqueles produtores que empregam trabalhadores temporários, conforme foi relatado por 4 produtores.

Cabe ressaltar, que estes trabalhadores temporários, são contratados para desenvolverem atividades relacionadas às lavouras, que não tem nenhum vínculo com a pecuária leiteira. Deste modo, podemos confirmar que a pecuária leiteira é uma atividade que requer poucas pessoas envolvidas na atividade.

Constatamos, conforme já relatado, que há produtores que contam somente com a ajuda da família, e há aqueles que empregam trabalhadores assalariados. Todavia, existem também os produtores que contam com estas duas opções de mão-de-obra na atividade, e há ainda aqueles que desempenham todo o trabalho sozinhos, conforme pode ser verificado na tabela 21.

Tabela 21 – Mão-de-obra envolvida na atividade

Mão-de-obra		
	Nº de produtores	%
Familiar	14	22,22
Trabalho assalariado	24	38,09
Familiar e trabalho assalariado	18	28,57
Somente do produtor	7	11,11
Total	63	99,99

Fonte: Trabalho de campo – fev/mar/2003

Verificamos, que embora a mão-de-obra familiar seja expressiva, a maioria dos produtores conta com trabalhadores assalariados, e uma minoria – 7 produtores – realizam todo o trabalho sozinhos. Estes são todos pequenos produtores, que tiram menos de 100 l de leite por dia e não contam com equipamentos como tanque de expansão e ordenhadeira mecânica, o que revela a precariedade das condições destes produtores.

Martins (1981), destaca que:

Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam [...]. (MARTINS, 1981, 171).

Ainda de acordo com este autor, onde a renda da terra é baixa, como no caso dos setores de alimentos, o capital cria condições para extrair o excedente econômico, ou seja, renda, onde ela aparentemente não existe.

Podemos constatar que os produtores estão transferindo um excedente para o capital industrial, ao vender uma mercadoria a um preço mais baixo que seu valor. Assim, um dos entrevistados nos relata que:

A bem pouco tempo vendia-se 2 litros de leite e comprava-se 1 de gasolina, hoje tem que se vender 6 litros de leite para comprar 1 de gasolina. Começa por aí, com o governo e vai acabar no laticínio, o produtor não tem saída. (CÉSAR PARMIGIANI, 59 anos).

A maioria dos entrevistados se dedica à atividade leiteira há muitos anos, sendo que muitos relataram que esta era uma atividade desenvolvida pelos pais, e devido ao fato de terem herdado a propriedade continuaram a produzir leite. Na tabela 22 temos o tempo a que os produtores entrevistados se dedicam à pecuária leiteira.

Tabela 22 – Tempo de dedicação à pecuária leiteira

Tempo de dedicação à produção de leite		
Anos	Nº de produtores	%
Até 5 anos	8	12,7
6 a 10 anos	11	17,46
11 a 20 anos	17	26,98
21 a 30 anos	18	28,57
31 a 40 anos	5	7,94
Acima de 40 anos	4	6,35
Total	63	100

Fonte: Trabalho de campo – fev/mar/2003

Quanto ao nível de instrução dos entrevistados, verificamos que há uma heterogeneidade, pois há desde produtores que não concluíram o ensino fundamental, até aqueles com curso superior completo, conforme pode ser visualizado na tabela 23.

Tabela 23 – Instrução dos produtores entrevistados

Instrução dos produtores		
	Nº de produtores	%
Analfabetos	-	-
Ensino fundamental incompleto	16	25,4
Ensino fundamental completo	11	17,46
Ensino médio incompleto	2	3,17
Ensino médio completo	17	26,98
Ensino superior incompleto	2	3,17
Ensino superior completo	15	23,81

Fonte: Trabalho de campo – fev/mar/2000

Constatamos que o nível de instrução dos produtores é razoável, pois não há produtores analfabetos, sendo que 17 produtores (26,98%) concluíram o ensino médio, 2 produtores (3,17%) possuem o curso superior incompleto e 15 produtores (23,81%) concluíram o curso superior.

Verificamos, que a modernização das atividades referentes à pecuária leiteira está relacionada ao grau de instrução dos produtores, pois via de regra, os produtores que possuem ensino superior, ou até mesmo o ensino médio apresentam uma tecnicificação significativa comparada aos produtores que possuem apenas o ensino fundamental.

Quanto à área das propriedades dos produtores entrevistados, constatamos que a mesma varia de 5 a 1.082 ha, sendo que a soma das áreas da maioria dos entrevistados não ultrapassa 100 ha. Assim, dos 63 entrevistados, 46 ou 73,01% possuem pequenas propriedades, o que é um reflexo do que ocorre em todo o país, pois de um modo geral no Brasil, os produtores de leite são pequenos proprietários rurais.

Sabemos que a terra é o principal meio de produção no campo, e que neste ocorrem relações sociais de produção, que a exemplo da cidade se baseiam no trabalho assalariado. De acordo com Oliveira (1990), muitos são os setores e lugares em que esta relação de produção aparece no campo, geralmente domina setores onde o processo produtivo necessita de pouco tempo de trabalho, como a pecuária de corte, ou em casos em que o avanço tecnológico permite redução do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho, como a avicultura e a pecuária estabulada. Ainda sobre a relação social de produção no campo, Oliveira (1990) destaca que:

Na agricultura, para que esta relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc.) (OLIVEIRA, 1990, p. 65).

Dentre os entrevistados, verificou-se que no município de Martinópolis a soma das áreas dos 21 produtores entrevistados totalizou 2.792 ha, no município de Regente Feijó as propriedades de 20 produtores somavam 1.908,7 ha, e a soma das áreas dos 22 entrevistados no município de Presidente Bernardes totalizou 3.258, 2 ha, conforme pode ser verificado na tabela 24.

Tabela 24 – Área total das propriedades

Município	Número de entrevistados	Área das propriedades
Martinópolis	21	2.792
Regente Feijó	20	1908,7
Presidente Bernardes	22	3.258,20
Total	63	7.959

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Verificamos que dentre os 63 entrevistados, 5 produtores tinham áreas compreendidas entre 100 e 200 ha, 9 produtores entre 200 e 500 ha, as áreas de 3 produtores ultrapassava 500 ha, e os outros 4

6 produtores, conforme já ressaltamos anteriormente possuem propriedades inferiores a 100 ha.

Uma alternativa aos produtores é dividir a propriedade em piquetes e a cada dia, colocar o gado em um piquete diferente, o que permite a recuperação do capim ao fim da rotação.

Estas propriedades, de um modo geral, possuem uma infra-estrutura que praticamente não as diferencia das condições urbanas, o que pode ser observado na tabela 25.

Tabela 25: Infra-estrutura e bens de consumo nas propriedades

Infra-estrutura da propriedade	Nº de propriedades	%
Energia elétrica	59	93,65
Telefone	17	26,98
Televisão	56	88,89
Geladeira	57	90,48
Computador	5	7,94

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

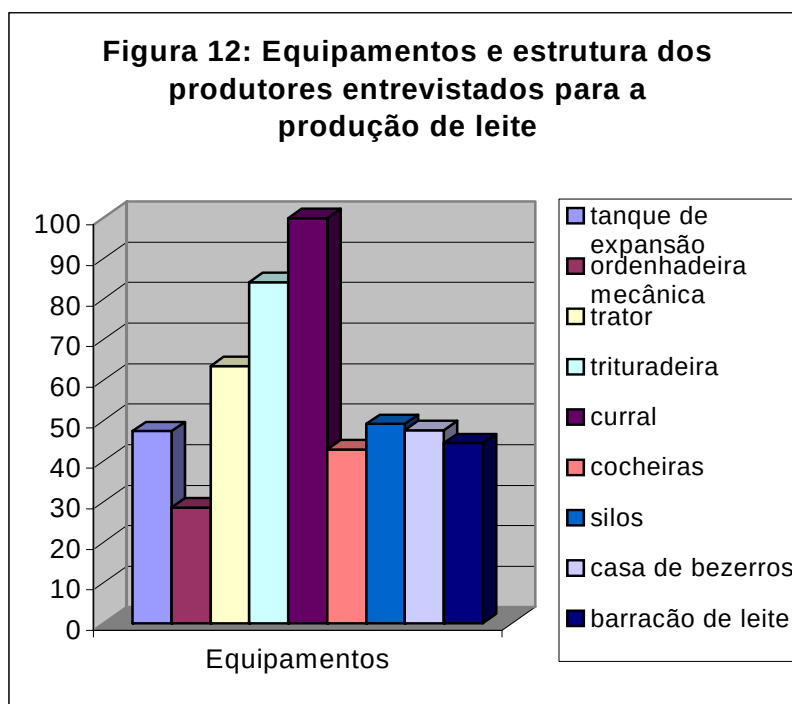
É possível verificar que dentre os 63 entrevistados, 59 produtores (93,85%) possuem energia elétrica em suas propriedades. Isto é um reflexo do que ocorre em todo o Estado de São Paulo a partir dos anos 1990, em que praticamente todo o campo é atendido por eletricidade. O telefone está presente nas propriedades de 17 entrevistados (26,98%) e consideramos este número significativo por ser no meio rural; este acesso às linhas telefônicas faz parte da reestruturação das Companhias telefônicas, que “democratizaram” o acesso a este meio de comunicação. Quanto à televisão, esta se encontra presente nas propriedades de 57 entrevistados (90,48%), e o computador se faz presente nas propriedades de 5 entrevistados (7,94%) que tinham curso superior completo.

Quanto à estrutura voltada especificamente para a produção de leite, selecionamos alguns equipamentos/itens, com o intuito de averiguar em que condições é realizada a produção de leite na nossa área de estudo, bem como o nível de modernização dos produtores em tempos de exigências e reformulações na cadeia produtiva do leite no Brasil.

Observamos que há produtores que possuem apenas o extremamente necessário para produzir leite – ou seja, algumas vacas e um curral – outros, no entanto, possuem casa de bezerros, barracão para leite, tanque de expansão, ordenhadeira mecânica, bem como toda uma estrutura que os aproxima de uma produção especializada.

Na figura 12, temos a estrutura das propriedades dos produtores de leite entrevistados. É importante destacar que o curral está presente nas propriedades dos 63 entrevistados (100%), e conforme ressaltamos anteriormente é o básico para a produção de leite, sendo encontrado até nas propriedades mais rudimentares. A trituradeira é muito utilizada dentre os produtores, pois 53 entrevistados (84,12%) relataram possuir tal equipamento, muito utilizado para produzir ração, principalmente na época da seca.

Quanto ao barracão de leite, se constatou sua existência nas propriedades de 48 entrevistados (76,19%). O trator, embora não seja utilizado diretamente para a produção de leite é razoavelmente utilizado pelos produtores, pois 40 entrevistados (63,49%) possuem tal equipamento na propriedade. O silo, ou seja, as instalações para se fazer silagem se encontram nas propriedades de 31 entrevistados (49,21%), um número razoável de produtores, que embora em sua maioria não sejam especializados, se preocupam em complementar a alimentação do rebanho. A casa de bezerros se faz presente nas propriedades de 30 entrevistados (47,62%), e a ordenhadeira mecânica, por sua vez está presente apenas nas propriedades de 18 entrevistados (28,57%). Quanto ao tanque de expansão, este é um equipamento utilizado por mais da metade dos produtores entrevistados, assim 34 entrevistados, ou 53,97% dos produtores possuem este equipamento em suas propriedades.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Verificamos, que dentre estes 34 produtores que possuem o tanque de expansão, a maioria tem uma produção de leite superior a 100 litros diários no período das águas – caso de 22 produtores (64,71%). Dentre os produtores que não possuem o tanque de expansão (29 produtores), a maioria tem uma produção de leite inferior a 100 l/dia, conforme relatos de 18 entrevistados (62,07%). A relação entre tanque de expansão e produção diária de leite pode ser observada na tabela 26.

Tabela 26 – Relação dos tanques de expansão e produção de leite entre os entrevistados

Município	Produtores com tanque de expansão					
	Produtores com tanque			Produtores sem tanque		
	Até 100 l	101 a 400 l	Acima de 400 l	Até 100 l	101 a 400 l	Acima de 400 l
Martinópolis	-	3	3	9	6	-
Presidente Bernardes	4	6	-	8	4	-
Regente Feijó	8	8	2	1	1	-
Total de produtores	12	17	5	18	11	-

Fonte: Trabalho de campo – fev/mar/2003

Verificamos que em Regente Feijó, a maioria dos produtores possui o tanque de expansão, pois dentre os 20 entrevistados, 18 produtores (90,0%) possui o tanque e apenas 2 produtores (10,0%) não possui o tanque. No município de Presidente Bernardes, dentre os entrevistados, 10 produtores (45,45%) possui o tanque de expansão, contra 12 produtores que

não possuem. Quanto ao município de Martinópolis, apenas uma minoria de produtores possui o tanque, ou seja, 6 produtores (28,57%), e a grande maioria não possui este equipamento (71,43%) ou 15 produtores, o que pode ser verificado na figura 13.

Uma das justificativas para que no município de Regente Feijó, 90% dos entrevistados possuam o tanque de expansão refere-se à atuação da Vigor no município, empresa que trabalha com 100% da coleta a granel, logo o produtor é obrigado a adquirir o tanque para continuar entregando leite para a empresa. No caso do município de Martinópolis, verificamos que menos de 30% dos entrevistados possuem o tanque, o que pode ser explicado pela atuação da Líder, empresa que embora venha utilizando cada vez mais a coleta a granel, ainda capta leite daqueles produtores que não possuem o tanque de expansão.

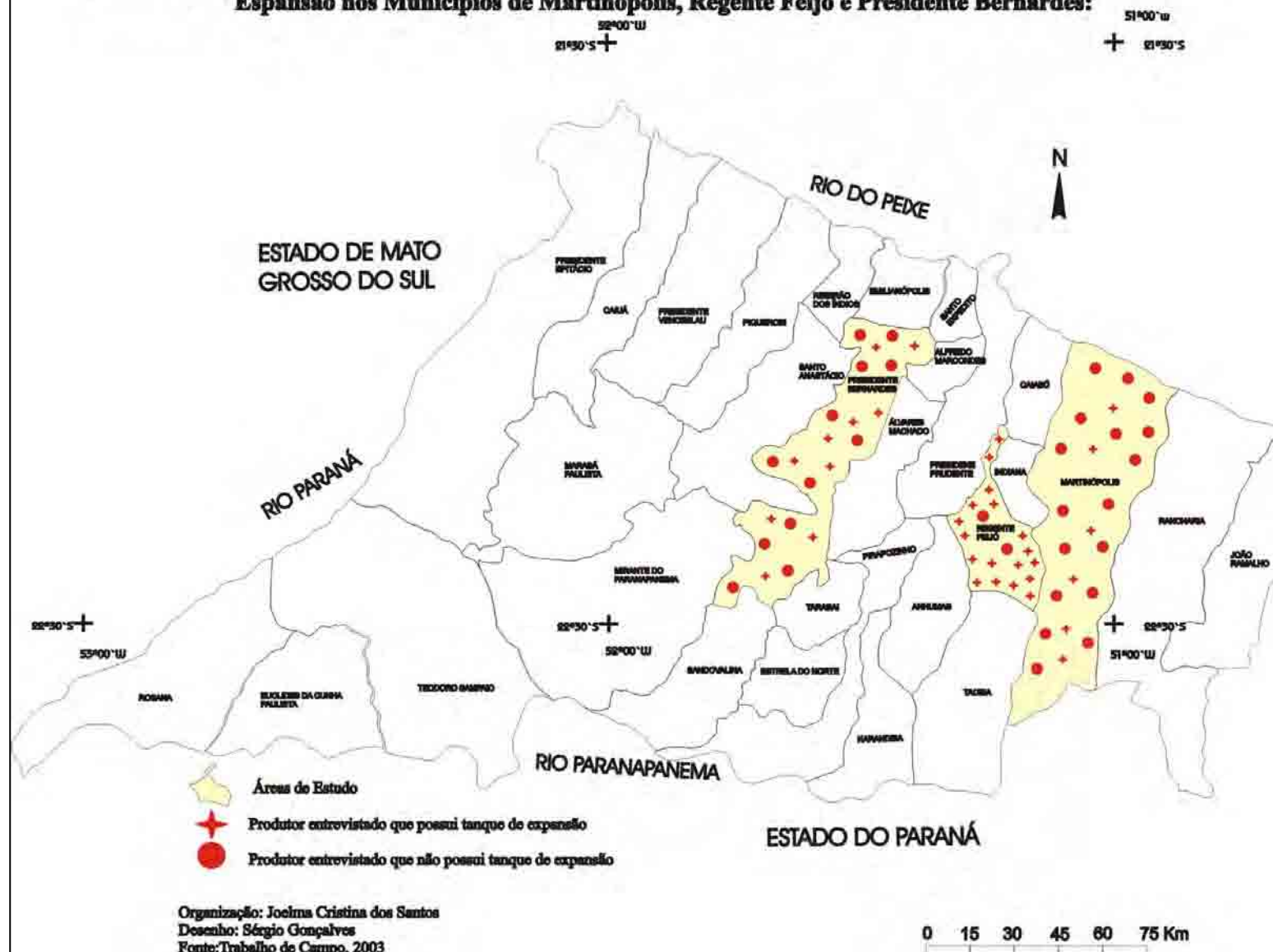
Pudemos observar que no município de Regente Feijó, a produção de leite é mais especializada, se comparada aos outros dois municípios em estudo. Deste modo, nos referimos tanto ao número de tanques de expansão, que é expressivo se comparado aos outros dois municípios, como também à inseminação artificial, que é mais difundida neste município (vide tabela 14), e à assistência técnica junto aos produtores.

Os produtores de Regente Feijó sabem da importância de se incorporar inovações tecnológicas ao processo produtivo, todavia acreditam que o produtor deva ser recompensado por essa evolução tecnológica. “Teoricamente essa evolução tecnológica deveria preservar não só a higiene e qualidade do produto, mas também condições satisfatórias do produtor”. (MAURO OJEDA BERNI, 50 anos).

A respeito das aquisições de equipamentos, como ordenhadeiras mecânicas e tanques de expansão, Stevanato (2002) ressalta que:

[...] a granelização força de certa forma à homogeneização da linha de coleta, assim como obriga a ter melhores condições de higiene após a retirada do leite do tanque, pois se o tanque não for lavado corretamente, o leite da coleta seguinte pode ser contaminado. (STEVANATO, 2002, p. 80).

FIGURA 13 - Número de Produtores de Leite Entrevistados que Possuem, ou Não, Tanque de Expansão nos Municípios de Martinópolis, Regente Feijó e Presidente Bernardes:



A Portaria 56, bem como as exigências das empresas do setor lácteo convergem para a aquisição imediata do tanque de expansão pelos produtores de leite, porém para produtores cuja produção média diária é igual ou inferior a 50 litros e até mesmo para aqueles que produzem até 100 l/dia, a dificuldade é grande em adquirir até mesmo o menor tanque de expansão disponível no mercado. Assim, as empresas estão oferecendo a possibilidade de financiamento deste equipamento em até 60 meses. Na tabela 27 temos uma relação de preços de tanque de expansão a partir de sua capacidade.

Tabela 27: Preços de tanques de expansão

Capacidade do tanque (litros)	Preço (R\$)
200	3.000,00
500	3.794,00
1.000	6.152,00
2.000	8.190,00
3.000	9.180,00

Fonte: STEVANATO, Adriana Salas, 2002.

Conforme podemos observar o preço da granelização é alto e mesmo o menor tanque de expansão não tem um preço viável a pequenos produtores que recebem até RS 0,50 por litro de leite. A solução que nos parece viável é o tanque comunitário, que possibilita aos produtores atenderem às exigências e continuarem a produzir leite.

Para se reforçar a importância do tanque de expansão, alega-se que no leite não resfriado transportado em latões ocorre um crescimento acelerado em bactérias, o que se agrava com a falta de manejo higiênico do gado e dos utensílios utilizados na ordenha e com o tempo em que o leite é transportado até os laticínios.

Stevanato (2000) destaca que: “Com a granelização, a coleta pode ser realizada a cada dois dias, fator que diminui o custo do transporte e também é possível carregar maior volume de leite num único caminhão e em um tempo menor.” (STEVANATO, 2002, p. 81).

É igualmente importante ressaltar que as pressões imediatistas que exigem dos produtores que estes tenham o tanque de expansão não foram plenamente atendidas e devido à dificuldade dos produtores em atenderem tal exigência, a vigência da Portaria que regulamenta esta imposição já foi adiada algumas vezes. Neste contexto, julgamos que ao

invés de se cobrar uma modernização a qualquer custo, deveriam ser criadas condições para que grande parte dos produtores, que hoje se vê excluída, continuasse a ser integrante importante da cadeia produtiva do leite. Porém, como a legislação já está pronta e aprovada, faz-se importantes termos conhecimento das concepções dos produtores a respeito de tal legislação.

3.5. A compreensão da legislação que regulamenta a produção de leite no Brasil entre os produtores entrevistados

A Portaria Ministerial nº 56, através do Regulamento Técnico da coleta de leite cru resfriado e seu transporte a granel fixa condições sobre as quais o leite cru resfriado deverá ser colocado na propriedade rural e transportado a granel visando a promover a redução nos custos de obtenção e, principalmente a conservação da qualidade até a recepção em estabelecimentos registrado no SIF/DIPOA.

Esta portaria permite temporariamente o uso coletivo de tanques de expansão, desde que exclusivamente por pequenos produtores, sendo recomendado no máximo 10 produtores com produção máxima de até 50 l/dia; e deve ser respeitada a distância de até 5 Km entre a propriedade e o tanque. “Ficará a critério da empresa retirar esse leite separadamente ou ser entregue pelo próprio produtor diretamente na plataforma de recepção, no horário regulamentado, onde será submetido às análises laboratoriais.” (Portaria 56, item 8.2)

Quanto aos procedimentos da coleta, na referida portaria consta que o funcionário encarregado da coleta deverá receber treinamento básico sobre higiene, análise do produto e coleta de amostras.

No item 9.1.6 desta Portaria (em anexo), consta que “A empresa interessada em realizar coleta a granel deverá implantar um programa de educação continuada dos participantes.” O que pudemos verificar dentre os entrevistados é que a maioria dos produtores que possuem o tanque, e dessa forma participam da coleta a granel, não recebem nenhuma instrução por parte dos laticínios, ou esta se dá de forma superficial. Acreditamos que este tipo de instrução se constitui em um direito do produtor, diante do seu dever de se modernizar.

De acordo com vários produtores entrevistados, a coleta a granel melhora a qualidade do leite, todavia os laticínios não fornecem auxílio aos produtores. Assim, um produtor relata

que: “ O leite que sai da propriedade tem menos chance de talhar, mas o laticínio não insina a gente como mexer com o tanque e as máquina”.(ALCIDES COLNAGO, 49 anos).

A Portaria 56 estabelece também que o leite que apresentar qualquer anormalidade ou não estiver refrigerado até a temperatura máxima de 7° C não será coletado a granel; sendo que a empresa interessada em realizar coleta a granel deverá implantar um programa de educação continuada para os participantes.

No que diz respeito às instalações, esta portaria delimita que deverá existir local próprio e específico para a instalação do tanque de resfriamento, devendo o local ser coberto, arejado, pavimentado e de fácil acesso para o veículo coletor, ter iluminação natural e artificial adequadas, dentre outras exigências.

De acordo com o item 3.1.2 desta portaria, a instalação destinada à produção de leite:

Deve dispor de currais de espera de bom acabamento, com área mínima de 2,50 m² por animal de lote a ser ordenhado. Entende-se como bem acabado o curral dotado de piso concretado, blocos de cimento ou pedras rejuntadas com declive não inferior a 2%, provido de canaletas sem cantos vivos, e de largura, profundidade e inclinação suficiente, de modo a permitirem fácil escoamento das águas e resíduos orgânicos. (PORTARIA 56)

Verificamos que as imposições da referida portaria não condizem com a realidade da maioria das propriedades produtoras de leite no Brasil, daí os produtores que não têm condições de se adequar se sentem pressionados a abandonar a atividade.

Dentre os 63 entrevistados, verificamos que 46 produtores (73,02%) são favoráveis a esta portaria, ao passo que 17 produtores são contrários (26,98%). Os produtores favoráveis apresentam algumas justificativas para assumirem esta posição, conforme pode ser observado na tabela 28.

Tabela 28: Justificativa dos produtores favoráveis à Portaria 56

Justificativa dos produtores favoráveis à Portaria 56		
	Nº	%
Melhoria da qualidade do leite	40	86,96
Melhoria dos preços ao produtor	4	8,7
Facilidade no processo de produção	1	2,17
Dispensa mão-de-obra	1	2,17

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Verificamos que a principal resposta obtida refere-se à melhora da qualidade do leite, justificativa de 40 produtores (86,96%). Se cumpridas todas as disposições da Portaria 56,

este requisito provavelmente será atendido. Assim, um produtor ressalta que: “A nova lei melhora a qualidade do leite, a gente não tem mais hora pra tirar leite”. (JOAQUIM LUZ CORDEIRO, 46 anos).

Outros 4 produtores (8,7%) afirmaram que deve ocorrer melhoria nos preços pagos ao produtor, o que já vem ocorrendo, pois um produtor que possui o tanque já recebe um preço diferenciado por alguns laticínios. Dentre as outras justificativas, 1 produtor (2,17%) relatou que haverá facilidade no processo de produção e um outro produtor revelou que as novas normas implicarão na dispensa de mão-de-obra, uma vez que o uso da ordenhadeira mecânica reduz a necessidade de pessoal ocupado para realizar a ordenha. É neste contexto que uma produtora de leite enfatiza: “Acontecerá maior benefício para todos, independente da sua produção.”(VILMA FONTOLAN, 47 anos).

Na tabela 29 temos as justificativas dos produtores contrários à Portaria 56.

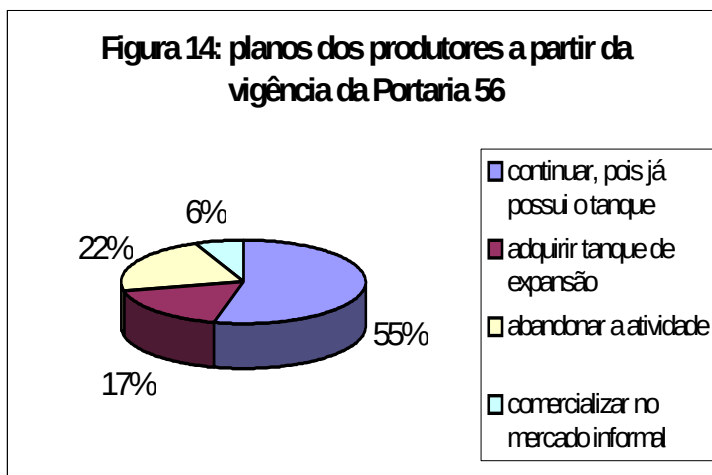
Tabela 29: Justificativa dos produtores contrários à Portaria 56

Justificativa dos produtores desfavoráveis à Portaria 56		
	Nº	%
Legislação prejudica pequenos produtores	13	76,47
Leite cru não prejudica a saúde	1	5,88
Custo elevado com implantação do tanque e outras exigências	1	5,88
Preço do leite pago ao produtor não compensa modernização	1	5,88
Não se deve aplicar leis gerais para um país com diversidades regionais	1	5,88

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

A maioria destes produtores relatou que a Portaria 56 prejudica os pequenos produtores que não têm condições para se modernizar. As demais respostas também são interessantes e parecem retratar mais a realidade brasileira que as respostas obtidas entre os produtores favoráveis a esta portaria. De acordo com um produtor: “Isto é uma comercialização para tomar mais uma vez do dinheiro do produtor, uma vez que custa caro o gasto com energia e manutenção”.(CÉSAR PARMIGIANI, 59 anos). Para um outro produtor, esta legislação não deveria vigorar no Brasil, pois “não se pode aplicar uma lei geral para um país com características distintas em cada região, e sem cultura e recursos financeiros”.(VANDER LUIZ DAUDT, 48 anos).

Os produtores revelaram os seus planos a partir da vigência da portaria, conforme pode ser observado na figura 14.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Dentre os 63 entrevistados, verificamos que a maioria pretende continuar na atividade, o que equivale a 72% dos entrevistados (45 produtores), sendo que uma parcela considerável dará continuidade à atividade porque já possui o tanque (34 produtores), e outros 11 produtores pretendem adquiri-lo. Porém, 14 produtores (22%) relataram que pretendem abandonar a atividade por não terem recursos para se modernizar. Assim, um produtor enfatiza: “Diante do custo do produto e do equipamento tornou-se utopia, a tendência é parar a atividade.”(VANDER DAUDT, 48 anos).

Há ainda o caso daqueles produtores que pretendem comercializar o leite no mercado informal, conforme foi relatado por 4 produtores (6%). A este respeito, um produtor destaca:

Ganho mais vendendo o leite na rua, porque não existem linhas de crédito, o preço do gado é alto, está difícil a comercialização das vacas. Esta é a saída para quem não quer abandonar a atividade, e assim a gente pode continuar. (SIMÃO CAMILO SOUZA JÚNIOR, 36 anos).

Embora a maioria pretenda continuar, constatamos que há uma parcela relevante que ficará à margem deste processo, ou seja, excluída, impedida de comercializar um produto que se constitui em importante complemento de sua renda familiar. Quanto àqueles que pretendem continuar, a maioria alega que a atividade está ligada à história de vida de suas famílias, pois os pais já eram produtores de leite.

As alternativas para permanecerem na atividade referem-se à aquisição do tanque através de financiamentos realizados pelos laticínios em até 36 vezes, a aquisição a partir de associações com outros produtores, ou ainda o comércio informal do leite.

3.6. A produção de leite e derivados

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente ocorreram várias oscilações no que diz respeito à produção de leite, sendo comum que em um ano se registre alta produção e no ano seguinte ocorra o inverso, o mesmo ocorre com as vacas ordenhadas. Na tabela 30, podemos observar os dados da evolução da produção de leite na região, bem como da evolução do número de vacas ordenhadas.

Verificamos que ocorreu um incremento significativo do número de vacas ordenhadas, pois em 1980 foram registradas apenas 86.027 vacas ordenhadas e 10 anos depois, em 1990, este número salta para 144.586. O baixo número de vacas ordenhadas registradas até 1985 pode ser explicado pela predominância ainda maior que nos dias atuais da pecuária de corte, haja vista a quantidade de frigoríficos que se instalou na região neste período.

Tabela 30 - Número de vacas ordenhadas e produção de leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (1980 - 2002)

Ano	N.º de vacas ordenhadas	Índice	Quantidade (mil litros)	Índice
1980	86.027	100	81.891	100
1985	88.592	103	82.618	101
1990	144.586	168	90.444	110
1996	126.526	147	95.723	117
1999	119.388	139	79.673	97
2000	117.966	137	79.997	98
2001	125.665	146	82.898	101
2002	128.032	149	81.517	99

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário 1980, 1985 e 1995/96.
Pesquisa Pecuária Municipal de 1990, 1999, 2000, 2001 e 2002.

Entre 1990 e 1996, verificou-se um declínio do número de vacas ordenhadas e, por outro lado um aumento na produção de leite, o que pode ser atribuído a um cuidado maior com o rebanho, principalmente no que se refere à alimentação, o que se reflete em aumento da produtividade. No período compreendido entre 1996 e 2000, há uma redução, tanto do

número de vacas ordenhadas, quanto da produção de leite, sendo que a partir de 2001 há uma recuperação no número de vacas ordenhadas na região.⁹

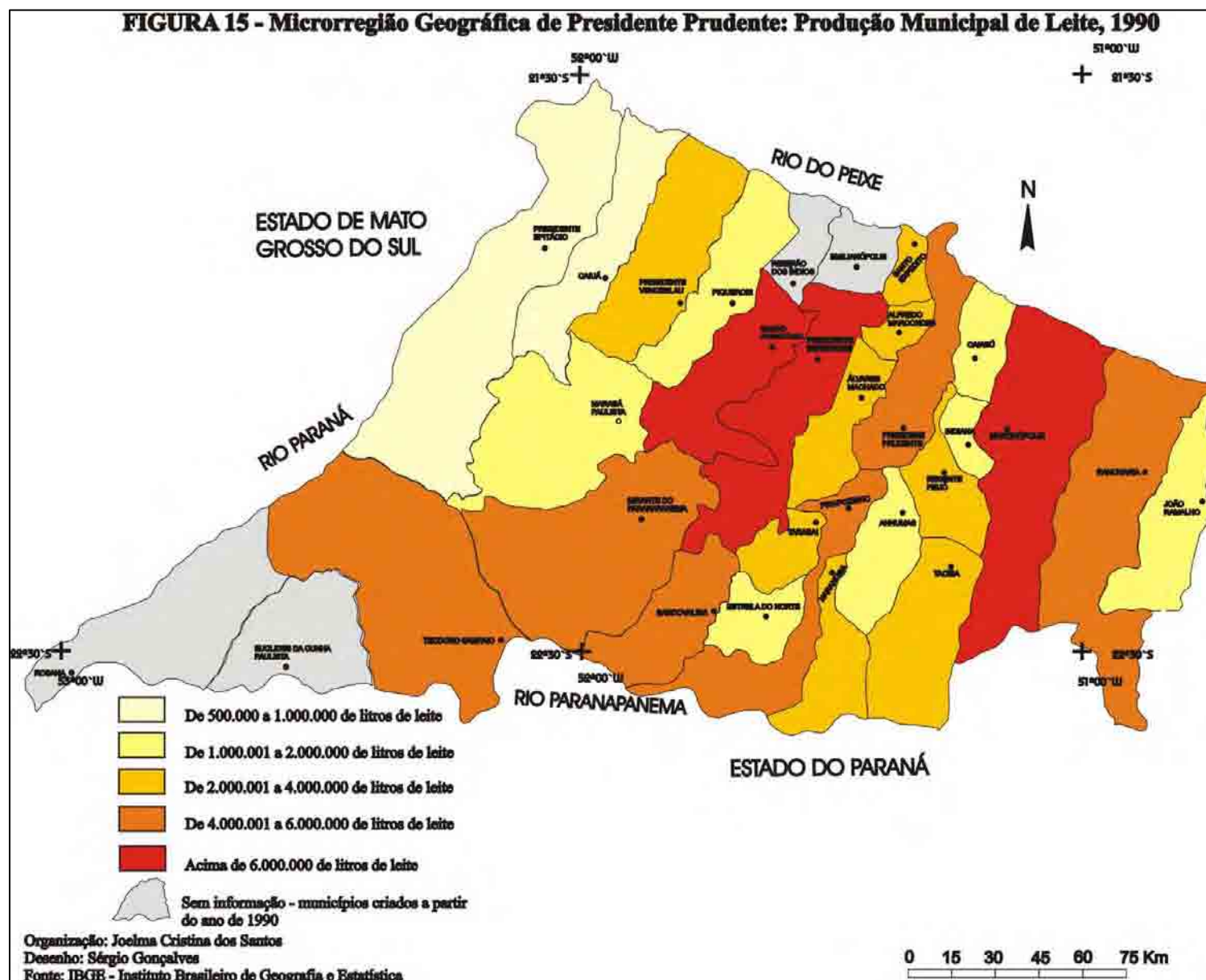
Quanto à produção de leite, constatamos oscilações, sendo que esta aumentou até 1996, havendo queda de 1997 a 1999. Este declínio se deve à queda do preço do leite pago pelos laticínios e às pressões da iminência da portaria que já foi adiada várias vezes. Entre 2000 e 2001 verificamos um incremento tanto do número de vacas ordenhadas, como da produção de leite na região, o que pode ser atribuído, em partes, aos produtores que aos poucos estão se especializando, pois quando estes adquirem um tanque de expansão, o fazem com objetivos de não terem perdas, portanto procuram investir na compra de um número maior de matrizes, principalmente de raças especializadas na produção de leite. Entre 2001 e 2002, houve uma queda na produção de leite, provavelmente devido ao abandono da atividade por alguns produtores que não têm condições de cumprir as exigências dos laticínios.

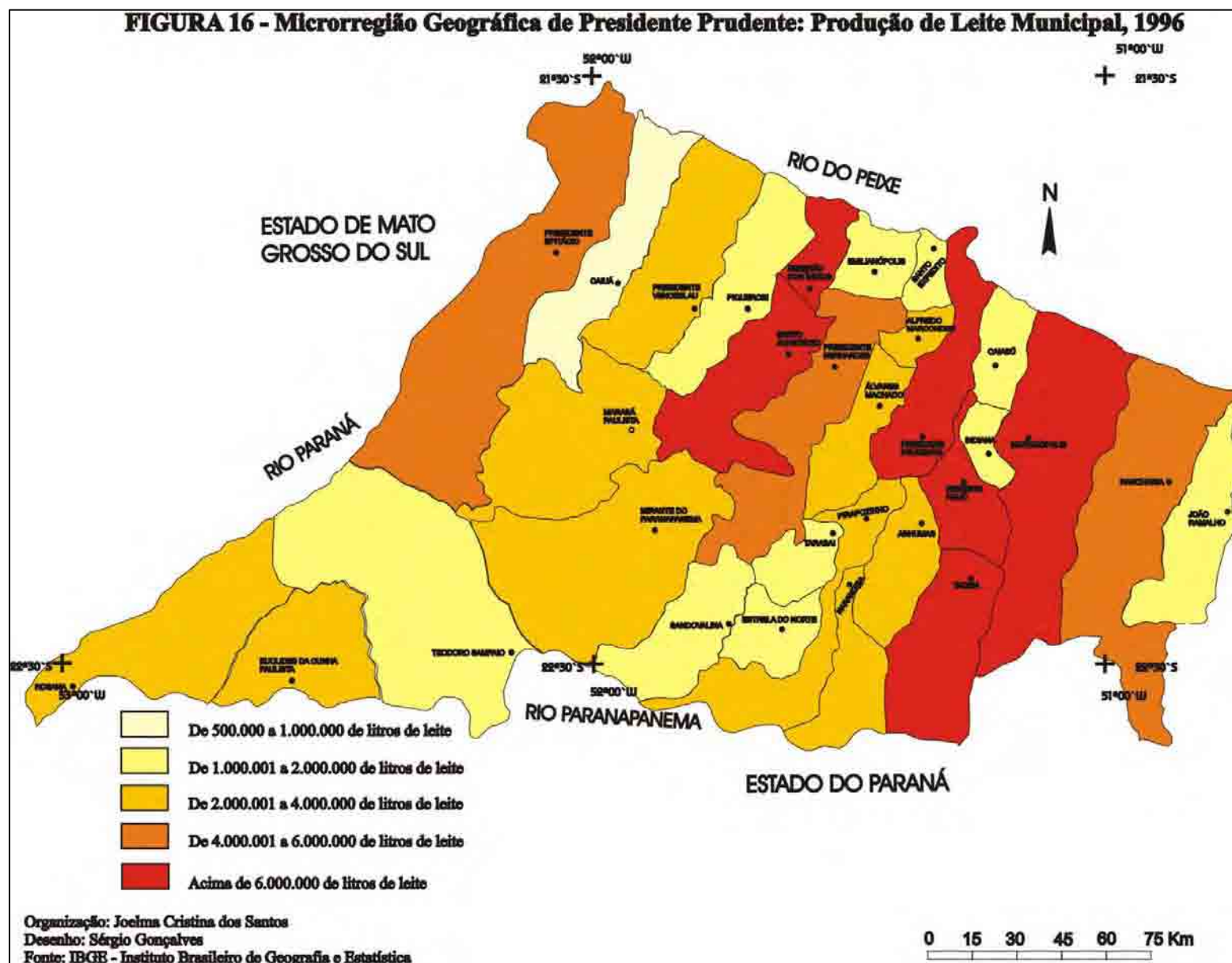
Os municípios em estudo sempre se destacaram na produção de leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, pois no ano de 1990, tanto o município de Martinópolis, quanto o município de Presidente Bernardes se destacavam entre os maiores produtores de leite desta microrregião, conforme pode ser verificado na figura 15.

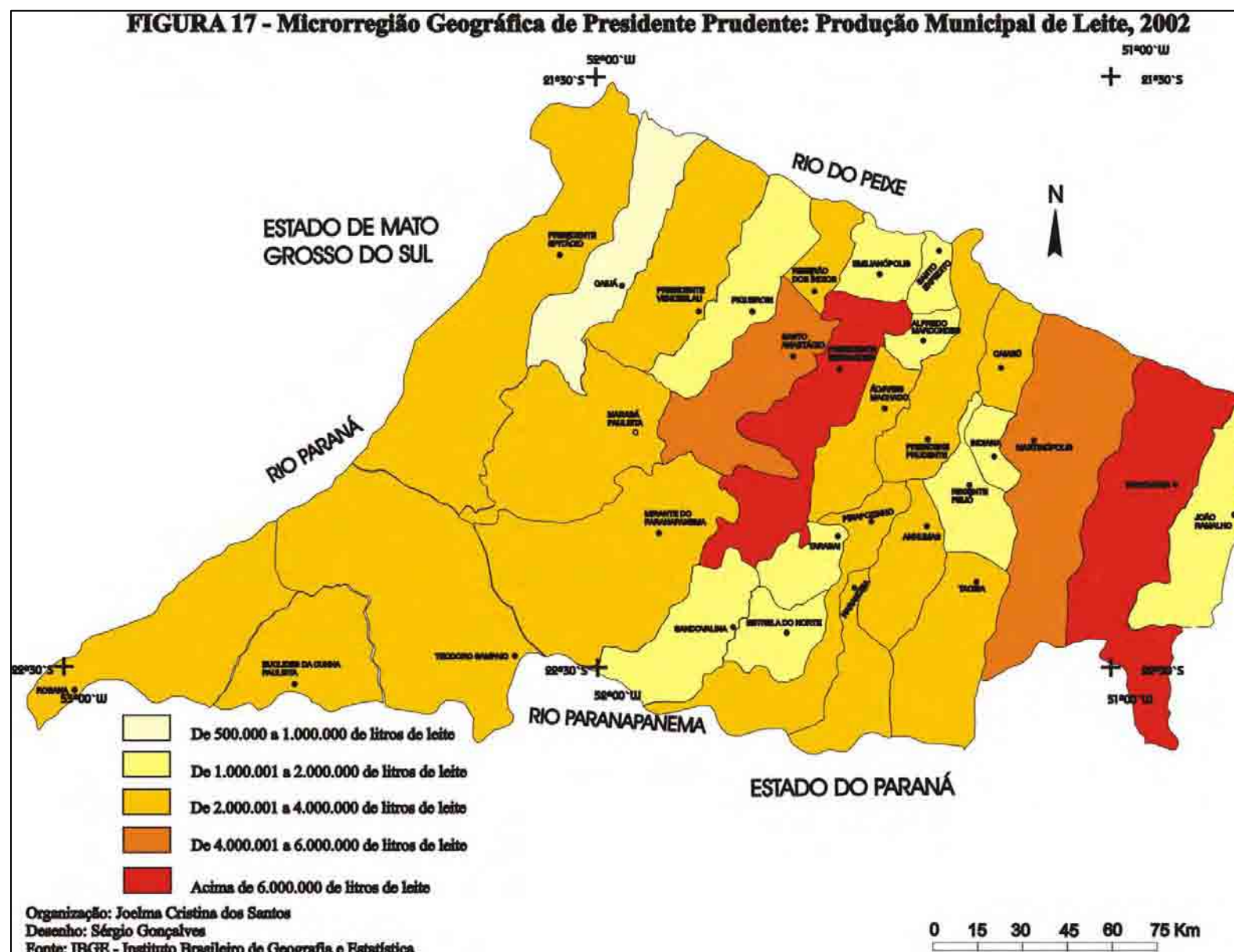
No ano de 1996, os municípios de Martinópolis e de Regente Feijó estavam entre os maiores produtores de leite, sendo que o município de Presidente Bernardes também ocupava uma posição de destaque, o que pode ser visualizado na figura 16.

Em 2002, Presidente Bernardes ocupava a liderança na produção de leite na microrregião em estudo, ao lado de Rancharia. O município de Martinópolis também se destacou, porém em posição bem inferior à ocupada em 1996, e Regente Feijó também apresentou uma decadência significativa, como pode ser verificado na figura 17.

⁹ Optamos por utilizar duas fontes diferentes, pois através do Censo Agropecuário só dispúnhamos de dados até 1996, e com o intuito de enriquecer e atualizar a nossa análise, utilizamos a Pesquisa Pecuária Municipal, que nos possibilitou realizar a análise até o ano de 2002.







Concernente à evolução das vacas ordenhadas nos municípios que se constituem em nossas unidades específicas de análise, o movimento foi praticamente o mesmo que na microrregião como um todo, ou seja, ocorreram incrementos do número de vacas ordenhadas até 1996, registrando declínio nos anos seguintes, com exceção do município de Presidente Bernardes, que entre 1990 e 1996 apresentou declínio significativo, e nos anos seguintes apresentou várias oscilações, sendo que entre 2001 e 2002 houve recuperação no número de vacas ordenhadas, conforme pode ser observado na tabela 31.

Tabela 31 - Número de vacas ordenhadas nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó - SP (1980-2002)

Ano	Martinópolis	Índice	Presidente Bernardes	Índice	Regente Feijó	Índice
1980	7.332	100	8.760	100	3.066	100
1985	6.230	85	9.523	109	3.600	117
1990	11.000	150	13.000	148	4.850	158
1996	18.300	249	5.800	66	5.500	179
1999	7.900	108	7.450	85	1.460	48
2000	8.000	109	7.400	84	1.450	47
2001	7.750	105	6.300	72	1.450	47
2002	7.493	102	7.670	87	1.440	47

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96. Pesquisa Pecuária Municipal de 1990, 1996, 1999, 2000, 2001 e 2002.

A produção de leite por estar diretamente relacionada ao número de vacas ordenhadas registrou a mesma evolução, ou seja, crescimento até 1996, com exceção de Presidente Bernardes, que apresentou aumento da produção até 1990, seguido de várias oscilações, e entre 2001 e 2002 ocorreu aumento da produção, decorrente do crescimento do número de vacas ordenhadas. O município de Regente Feijó, que apresentou uma estagnação no número de vacas ordenhadas desde 2002, também registrou estagnação na produção de leite, o que pode ser constatado na tabela 32.

Tabela 32 - Produção de leite nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó - SP(1980-2002)

Ano	Martinópolis	Índice	Presidente Bernardes	Índice	Regente Feijó	Índice
1980	6.727	100	8.259	100	3.516	100
1985	6.431	96	9.354	113	3.677	105
1990	7.634	113	8.600	104	3.500	99
1996	12.261	182	5.852	71	6.760	192
1999	6.000	89	8.160	99	1.800	51
2000	6.200	92	8.100	98	1.800	51
2001	6.000	89	6.900	83	1.800	51
2002	5.800	86	8.400	102	1.800	51

Fonte: FIBGE: Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96; Pesquisa pecuária municipal - Sistema IBGE de recuperação automática de 1990, 1996, 1999, 2000, 2001 e 2002.

Acreditamos que os principais responsáveis por esta produção de leite na região sejam pequenos e médios produtores, pois dentre os produtores entrevistados, a maioria é composta por pequenos e médios, de acordo com o seguinte critérios adotado pelos laticínios:

- pequenos produtores: fornecem até 100 l/dia;
- médios produtores: fornecem ente 101 e 400 l/dia;
- grandes produtores: fornecem acima de 400 l/dia.

Na tabela 33 temos a classificação dos produtores entrevistados de acordo com o total de litros entregues por dia aos laticínios.

Tabela 33: Produção de leite diária entre os entrevistados

Município	até 100 l/dia		101 a 400 l/dia		acima de 400 l/dia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Martinópolis	9	42,86	9	42,86	3	14,28
Regente Feijó	9	45	10	50	1	5
Presidente Bernardes	14	63,64	8	36,36	-	-

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

De acordo com o critério adotado pelos laticínios, dentre os entrevistados, 32 ou 50,79% são pequenos produtores, 27 são considerados médios (42,86%) e 4 são grandes produtores (6,35%).

Deve-se ressaltar que estes produtores foram entrevistados de forma aleatória, no que diz respeito à sua categoria, já que não dispúnhamos de informações referentes ao número exato de pequenos, médios e grandes produtores de leite dos laticínios Vigor, Nova Esperança do Paraná LTDA e COOLVAP, responsáveis respectivamente pela coleta de leite nos municípios de Regente Feijó, Martinópolis e Presidente Bernardes.

A média da produção entre os entrevistados se divide entre aqueles produtores que obtém até 5 litros/dia por vaca e aqueles que obtém entre 6 e 10 litros/dia por vaca, conforme pode ser verificado na tabela 34.

Tabela 34: Média da produtividade por vaca ordenhada

Município	Até 5 /dia		6 a 10 l/dia		Acima de 10 /dia	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Martinópolis	12	57,14	8	38,1	1	4,76
Regente Feijó	8	40	8	40	4	20
Presidente Bernardes	9	40,91	13	59,09	-	-

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Constatamos que dentre os 63 entrevistados, 29 produtores (46,03%) têm uma produção média de até 5 litros/dia/vaca, e assim como a maioria do rebanho brasileiro

apresenta baixos níveis de produção, sendo que as vacas brasileiras produzem em média até 3 litros/dia. Outros 29 produtores (46,03%) têm uma produção média entre 6 e 10 litros/dia e cinco produtores (7,94%) têm produção acima de 10 litros, com produtores que chegam a obter até 17 litros por dia.

A respeito da obtenção de uma maior produção de leite por vaca, o site www.milkpoint.com.br ressalta que a adequada estimulação antes da ordenha resulta em maiores picos de fluxo de leite e redução do tempo efetivo da ordenha das vacas, pois a estimulação dos tetos antes da ordenha é essencial para otimizar a extração completa e rápida do leite. Recomenda-se um período de 60 segundos entre o início da estimulação dos tetos e a ejeção do leite, visando ao aumento da produção.

Um outro fator que favorece o incremento da renda dos produtores é a produção de derivados do leite, pois assim se agrega valor ao produto, sendo até mesmo uma alternativa para os produtores que não conseguem atender os requisitos da Portaria 56, embora a comercialização de derivados lácteos também passe por algumas exigências. Ainda que seja uma opção de se complementar a renda, a produção de derivados lácteos é praticada pela minoria dos entrevistados, conforme pode ser verificada na tabela 35.

Os produtores alegam que a produção de derivados não se constitui em uma alternativa compensatória, pois além de ser necessário utilizar muitos litros de leite, é necessário mão-de-obra, ainda que familiar e o produto final é vendido a um preço baixo. Uma produtora comenta que: “para fazer um queijo vai mais ou menos 10 litros de leite, mais o coalho e o trabalho, depois vou vender a 3 reais, não compensa.” (MARIA BEZERRA, 62 anos).

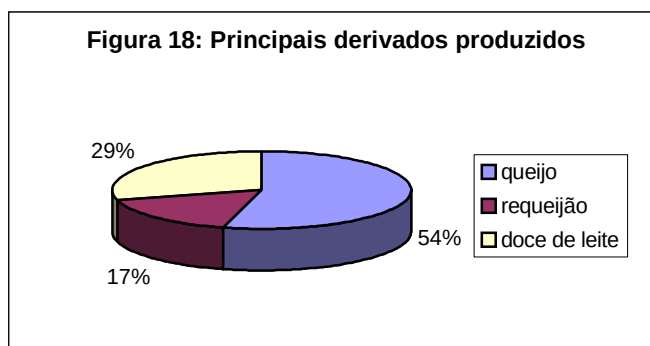
Tabela 35: Produção de derivados entre os entrevistados

Produz derivados		
	Nº	%
Sim	13	20,63
Não	50	79,37
Total	63	100

Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Verificamos que dentre os 63 entrevistados, apenas 13 (20,63%) se dedicam à produção de derivados e 50 produtores (79,37%) não produzem qualquer tipo de derivado. Quanto aos 13 produtores que produzem derivados, 12 (92,31%) o fazem somente para consumo próprio e apenas 1 produtor (7,69%) comercializa a sua produção, o que é lamentável, pois além de se agregar valor ao produto, é uma forma de continuar inserido na

pecuária leiteira, independente de relações com os laticínios. Os derivados produzidos pelos entrevistados são queijo, doce de leite e requeijão, conforme pode ser observado na figura 18.



Fonte: trabalho de campo – fev/mar/2003

Estes produtos têm uma boa aceitação no mercado, podendo ser vendidos em feiras livres, mercearias e até supermercados, porém estes nos últimos anos também se reestruturaram e contam com consumidores mais exigentes quanto à qualidade dos produtos. Não estamos afirmando que estes derivados são de qualidade duvidosa, mas sim que nos últimos anos as pessoas associam cada vez mais o produto à marca, e entre consumir um queijo ou doce fabricado “artesanalmente”, preferem comprar estes produtos nos supermercados, a partir das marcas conhecidas.

A competição com grandes empresas é grande, tanto no que se refere à produção de derivados, quanto ao preço do leite pago aos produtores, porém estes devem procurar formas alternativas, seja através da luta por se instalar tanques comunitários, produzir derivados ou ainda comercializarem o produto informalmente, criando condições para se reproduzirem enquanto produtores de leite.

3.7. A atuação das Casas de Agricultura e associações de produtores rurais no sistema agroindustrial do leite nos municípios de Martinópolis, Presidente Bernardes e Regente Feijó – SP

A atuação de técnicos das Casas de Agricultura, bem como das associações de produtores são instrumentos importantes que contribuem para a dinamização do sistema agroindustrial do leite. As Casas de Agricultura tem como principal objetivo prestar auxílio principalmente aos pequenos produtores, quanto ao manejo sanitário e nutricional, dentre outros aspectos que contribuem para que o produtor tenha um rebanho de qualidade e uma elevação na produção de leite. Quanto às associações de produtores, estas têm grande

importância, pois são responsáveis pela permanência de um número considerável de produtores de leite na atividade.

Cabe ressaltar que a assistência técnica não é a única responsável por um rebanho de qualidade e uma produção de leite elevada. Entretanto, um técnico pode sugerir a um produtor, alternativas para a redução de custos, e também auxiliar na mudança de mentalidade dos produtores, que muitas vezes resistem às inovações, principalmente por razões culturais.

Consideramos importante fazer uma análise a respeito da atuação das Casas de Agricultura nos municípios selecionados, com o intuito de verificar se este órgão tem incentivado a produção de leite nestes municípios, e se estão desenvolvendo projetos de assistência técnica junto aos produtores de leite. Embora no item 3.2. deste trabalho, afirmamos que de acordo com as respostas obtidas junto aos produtores entrevistados, a assistência técnica tem sido deficiente, julgamos importante averiguar o posicionamento dos técnicos das Casas de Agricultura.

O principal objetivo de uma Casa da Agricultura é promover a extensão rural, principalmente através da assistência técnica a pequenos e médios produtores, por meio da implantação e execução de projetos da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral).

Dentre os três municípios estudados, verificamos que Regente Feijó possui o maior número de projetos implementados pela Casa da Agricultura, pois o município de Martinópolis desenvolve apenas o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, e o município de Presidente Bernardes desenvolve além deste projeto, um viveiro de mudas junto aos agricultores do Projeto Agricultura Familiar – Leite, onde há um veterinário, cuja função é prestar assistência técnica a pequenos produtores do município.

No caso do município de Regente Feijó, além do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, são desenvolvidos projetos relacionados a exames de brucelose e tuberculose, ovinocultura, uso adequado de agrotóxicos, cafeicultura, adequação de estradas rurais e Projeto LUPA.

Os três municípios selecionados possuem o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, que tem como atribuições atrair projetos para a área rural. De acordo com o veterinário da Casa da Agricultura de Martinópolis:

O plano é composto de diretrizes para um cronograma durante o ano, que inclui visitas às propriedades rurais, palestras nas propriedades, e de um modo geral contém projetos municipais, visando beneficiar produtores rurais. (CARLOS TADEU NASCIMENTO, 2004)

As Casas da Agricultura dos 3 municípios selecionados são municipalizadas, e de acordo com os entrevistados, as condições de trabalho e a atuação deste órgão agravou-se após a municipalização, pois além de haver uma sobrecarga de trabalho, há conflitos entre as determinações estaduais e municipais, que possuem métodos de trabalho diferentes. Carlos Tadeu Nascimento, veterinário da Casa da Agricultura de Martinópolis afirma que: “ficamos desorientados, não sabemos se seguimos as diretrizes estaduais, ou vamos de encontro às reivindicações da prefeitura do município”.

Pudemos observar que as Casas da Agricultura contam com um pequeno número de profissionais para atender os produtores. Assim, o município de Martinópolis conta com 1 auxiliar de campo, 1 médico veterinário e 1 engenheiro agrônomo. No município de Presidente Bernardes, são 3 agrônomos, 1 técnico agrícola e 1 veterinário, e no município de Regente Feijó há uma engenheira agrônoma, 1 veterinário, 1 agente agropecuário e 2 auxiliares de apoio agropecuários.

Os profissionais entrevistados foram questionados sobre a existência de incentivos governamentais para o aprimoramento dos profissionais, e verificamos de acordo com os entrevistados de Martinópolis e Presidente Bernardes, não há qualquer incentivo para este fim. Todavia, a entrevistada da Casa da Agricultura de Regente Feijó ressaltou que existem incentivos para os profissionais envolvidos no Programa Estadual de Microbacias.

Todos os profissionais entrevistados ressaltaram que a Casa da Agricultura centraliza suas ações em torno dos pequenos produtores, sendo que em Presidente Bernardes são atendidos aproximadamente 100 produtores, assim como em Regente Feijó, e no município de Martinópolis são atendidos 70 produtores. Tanto em Presidente Bernardes, quanto em Regente Feijó, foi revelado que 80% dos produtores procuram a Casa da Agricultura espontaneamente, sendo que em Martinópolis esta porcentagem é de apenas 20%.

Nos três municípios, os profissionais entrevistados afirmaram que a Casa da Agricultura tem incentivado a produção de leite. Os profissionais de Martinópolis e Presidente Bernardes declararam que este incentivo se dá através da assistência técnica, com ênfase ao manejo sanitário e nutricional. No caso de Regente Feijó, a engenheira agrônoma Amarílis Ros Golla ressaltou: “Nós temos oferecido cursos e projetos, além de palestras voltadas para a produção de leite. Nestes cursos e palestras, o nosso público alvo são pequenos e médios produtores.”

Verificamos que em Regente Feijó, as ações desenvolvidas pela Casa da Agricultura apresentam eficiência junto aos produtores, pois palestras e cursos são produtivos, à medida

que divulgam e instruem os produtores, e nos outros dois municípios, a assistência técnica se dá principalmente a partir da solicitação dos produtores.

Os profissionais entrevistados caracterizaram o sistema agroindustrial do leite nos seus respectivos municípios como sendo pouco dinâmico, além de apresentar uma baixa mecanização, e que vários produtores estão abandonando a atividade devido ao baixo preço do leite e às exigências de inovações tecnológicas.

Sabemos que uma alternativa para a permanência dos produtores na atividade é a criação de associações, uma vez que através destas, muitos produtores que não têm condições de adquirir o tanque de expansão de forma individual, o fazem coletivamente. Assim, no município de Martinópolis já existe uma associação de produtores de leite, que trataremos com mais detalhes no próximo subitem deste trabalho. Em Presidente Bernardes, os produtores também estão se organizando visando a formação de uma associação de produtores de leite, todavia ainda é apenas um projeto. No município de Regente Feijó, até o momento não há projetos com tais objetivos.

Uma outra alternativa que poderia diminuir a dependência dos produtores para com os laticínios se refere à instalação de cooperativas que viabilizem a pasteurização, bem como a produção de leite e derivados. Assim, no município de Presidente Bernardes existe a possibilidade de ser instalada uma cooperativa de produtos lácteos ainda no ano de 2004, e nos outros dois municípios não há qualquer projeto desta natureza.

Além de cooperativas, há outros projetos que visam atrair agroindústria para estes municípios. No caso de Presidente Bernardes, há a possibilidade da instalação de um laticínio, uma vez que atualmente não há nenhum laticínio instalado neste município, e os produtores se dividem entre entregar leite para a COOLVAP, cooperativa instalada nas proximidades de Presidente Prudente, e o laticínio Irmão Carlucci de Álvares Machado.

O município de Martinópolis, atualmente não possui projetos visando a instalação de agroindústrias, e no município de Regente Feijó existe um projeto de autoria da prefeitura municipal, denominado “Projeto Galpão do Agronegócio”, que visa atrair agroindústria para este município, mas é um projeto que ainda se encontra em fase inicial, e portanto não está definido que tipo de agroindústria seria aí instalada.

Verificamos que nestes municípios, a agropecuária é uma importante atividade, todavia são poucas as agroindústrias aí instaladas, o que de certa forma prejudica os produtores rurais, pois embora muitas vezes ocorre a subordinação e não a integração dos

produtores às agroindústria, estas se constituem em alternativas para a reprodução social deste produtores.

De acordo com os profissionais entrevistados, o principal problema da agropecuária destes municípios se resume à falta de recursos para investimentos. Em Martinópolis foi destacado o preço baixo do leite, que implica em desmotivação dos produtores para investir em melhorias, além do abandono da atividade, e do baixo preço dos produtos agrícolas de modo geral. Em Presidente Bernardes, os principais problemas apontados referem-se à falta de incentivos através de financiamento, além da degradação do solo e das pastagens.

Quanto ao rebanho bovino destes municípios, há o predomínio do rebanho misto, um gado não especializado para a produção de leite. Os profissionais entrevistados relataram que a febre aftosa é bem controlada, com 100% do rebanho vacinado. Ao serem questionados sobre o uso da inseminação artificial, o entrevistado de Presidente Bernardes ressaltou que é uma prática pouco difundida, devido à falta de incentivos. Em Martinópolis, a inseminação artificial também é pouco utilizada e a justificativa refere-se ao custo e à resistência em se modernizar por parte dos produtores. No município de Regente Feijó, a inseminação artificial é razoavelmente utilizada pelos produtores, que contam com incentivos da Casa da Agricultura e da prefeitura do município.

Referente às ações que poderiam ser desenvolvidas pelo poder público municipal, no sentido de possibilitar aos pequenos produtores de leite a permanência na atividade, diante das exigências de incorporação de novas tecnologias, o entrevistado de Presidente Bernardes afirmou que uma alternativa concerne à realização de cursos, e à assistência técnica. A engenheira agrônoma Amarílis Ros Golla, de Regente Feijó afirmou que: “É interessante o desenvolvimento de projetos que poderiam contemplar a produção de leite, assim como a prefeitura já vem ajudando com o projeto de inseminação artificial.” Por sua vez, o entrevistado da Casa da Agricultura de Martinópolis concluiu que cabe ao Estado e não à prefeitura incentivar o produtor, o que poderia ser feito através da Caixa Econômica Estadual.

Um projeto importante que vem sendo desenvolvido nos três municípios e que beneficia proprietários rurais em geral, não necessariamente produtores de leite, é o Projeto de Microbacias Hidrográficas, que é desenvolvido com recursos do Estado. Este projeto tem sido eficiente na recuperação de córregos, na recuperação da mata ciliar, bem como na conservação do solo, onde os produtores recebem instruções sobre o seu uso e manejo. Além deste fato, os produtores podem realizar melhorias nas propriedades com subsídios do programa.

No que diz respeito à permanência dos produtores na pecuária leiteira, os profissionais entrevistados concluíram que foge ao alcance dos técnicos esta tarefa, cabendo então aos produtores se associarem e adquirirem os tanques de expansão, o que lhes proporcionaria a continuidade na atividade.

De um modo geral, a produção de leite foi interpretada pelos entrevistados como uma atividade que não gera renda, e a tendência é o desaparecimento dos pequenos produtores. Entretanto, acreditamos na eficiência das associações, e desta forma trataremos da sua atuação nos municípios selecionados.

3.7.1. A importância das associações de produtores rurais

As associações de produtores rurais têm um papel relevante, à medida que não passam apenas pela busca da melhoria na qualidade do leite, pois diante das exigências impostas através da Portaria 56, os pequenos produtores de leite vêem nas associações uma alternativa para sua reprodução social, além de representar um exercício de tomada de consciência política.

Neste contexto, podemos afirmar que as associações de produtores são relativamente recentes, e várias têm surgido justamente em decorrência das exigências de incorporação de novas tecnologias, inviáveis à maioria dos pequenos produtores de leite brasileiros. Assim, estes vêem que a aquisição de um tanque de expansão, com um infra-estrutura adequada só é possível em grupo.

Dentre os municípios estudados, constatamos que somente Martinópolis possui uma associação de produtores de leite; em Regente Feijó há um projeto de implantação e Presidente Bernardes não conta com nenhuma associação.

A associação de produtores de leite de Martinópolis, denominada APLET (Associação de Produtores de leite de Teçaindã), se localiza em um distrito do município com este mesmo nome. Os objetivos desta associação, de acordo com o presidente Artur Muzy Camarneiro, são: melhorar o preço do leite, resfriar leite em grande quantidade e incluir os pequenos produtores, que sem a associação abandonariam a atividade.

Esta associação foi fundada em 2003 e recebeu incentivos da prefeitura do município de Martinópolis, tais como o tanque de expansão, terreno, além de auxílio na construção da sede.

A única exigência para a inclusão dos produtores à associação é que o leite seja aprovado na análise de acidez. Atualmente há um total de 66 associados, sendo 15 médios (22,73%), com uma produção diária entre 100 e 400 litros, e 51 pequenos produtores (77,27%), cuja produção é inferior a 100 litros/dia.

O presidente Artur Muzy Camarneiro relata: “A gente tem produtor que entrega até 10 litros por dia, mas a nossa intenção é que esse pequeno também possa garantir o sustento para a sua família.”

Esta associação não produz derivados, mas há um projeto de se produzir queijo mussarela, visando à comercialização com supermercado, o que implica na agregação de valores. Assim, atualmente são comercializados entre 3,5 a 4000 litros de leite diários, que são armazenados no único tanque de expansão da associação, com capacidade para 4000 litros de leite.

A APLET não oferece assistência técnica aos produtores e também não realiza o comércio de insumos e equipamentos voltados à produção de leite por falta de recursos. Além deste problema, a associação enfrenta problemas como a qualidade do leite, que vem distâncias que chegam a 20 Km. Há um caminhão terceirizado (não isotérmico), que faz a coleta, porém há outros produtores que se responsabilizam em transportar o leite até a sede da associação. Muitas vezes o transporte do leite é realizado muitas horas após a ordenha, sendo que no momento de realização do teste de acidez, este produto não é aprovado e, portanto não é comercializado.

A comercialização do leite proveniente da APLET se dá com o laticínio Líder de Martinópolis, que atualmente paga em torno de R\$ 0,42 por litro à associação.

A respeito das exigências impostas pelos laticínios, e pela legislação que regulamenta a produção de leite no país, o presidente da associação relata que haverá melhoria na qualidade do leite e o pequeno produtor poderá continuar na atividade. “Vai melhorar muito, porque é obrigatório a análise e a qualidade do leite, e quem não têm condições de comprar o tanque sozinho, vai enviar o leite para a associação. Só vai ficar de fora quem quiser.” (ARTUR MUZY CAMARNEIRO).

Verificamos que o presidente acredita no poder de uma associação, todavia ainda há uma resistência muito grande dos produtores em se associar, devido a uma consciência individualista, além do fato de que não são todas as associações que contam com o apoio do poder público, tal como ocorreu em Martinópolis, o que dificulta sua implementação.

Nas associações, o individualismo é substituído pela organização coletiva da produção, que passa a comandar o processo e possibilita a inclusão de produtores que estavam fadados ao abandono da atividade, comprometendo assim sua reprodução social.

Se de um lado, temos as associações com uma preocupação social em relação aos produtores, por outro lado, temos os laticínios, que enquanto empresas têm como objetivo principal o lucro. Assim, Fabrini (2003) destaca que as empresas capitalistas, podendo-se incluir as agroindústrias, acabam visualizando maiores possibilidades de acúmulo de mais-valia na relação com pequenos agricultores, a partir da integração indústria e agricultura.

Desta forma, se torna interessante verificar como se dá esta relação entre os laticínios e os produtores de leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

3.8. A atuação dos laticínios Nova Esperança do Paraná - LTDA, Vigor e COOLVAP na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP

A Microrregião Geográfica de Presidente Prudente conta com a instalação de empresas de destaque no setor lácteo nacional. Assim, podemos mencionar o laticínio Nova Esperança do Paraná – LTDA, responsável pela fabricação dos produtos com a marca Líder, a COOLVAP, responsável pelos produtos Prudente e o laticínio Vigor, que fabrica produtos com esta marca.

É importante ressaltar que tanto a Líder, como a Vigor atualmente têm apenas os seus escritórios instalados nesta microrregião, sendo que o leite é coletado e transportado a granel para outras unidades industriais. Assim, verificamos que a granelização, além de prejudicar os pequenos produtores que não têm condições de adquirir o tanque de expansão, também acarretou no encerramento das atividades de alguns laticínios, provocando o desemprego de antigos funcionários.

Inicialmente abordaremos a estrutura dos laticínios Líder e Vigor, e posteriormente trataremos da COOLVAP, que por se constituir em uma cooperativa tem alguns aspectos peculiares que merecem ser tratados separadamente.

3.8.1. A estrutura da S/A Fábrica de Produtos Vigor¹⁰

¹⁰ As informações sobre a Vigor foram obtidas junto ao site da empresa e junto ao gerente da unidade industrial de Santo Inácio – PR, Sílvia de Jesus Ferreira Rosa.

A VIGOR foi fundada em São Paulo em 1918, com o nome de OLIVA DA FONSECA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com uma pequena estrutura para embalar leite pasteurizado e uma fábrica para processamento de leite condensado, na cidade de Itanhandu/MG.

Em 1926 a Companhia teve seu nome mudado para o atual: S/A FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR. Nessa ocasião, a unidade de São Paulo, tinha capacidade de processar 20.000 litros/dia. Em 1950, a VIGOR expandiu sua capacidade de coleta de leite, através da construção e/ou aquisição de mais 15 postos de coleta. Esse passo possibilitou à fábrica de São Paulo aumentar sua capacidade para 45.000 litros/h.

Em 1978, foi criada a VIPE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA com o objetivo de centralizar e garantir um sistema eficiente de processamento de dados para todo o Grupo. Já em 1982, a VIGOR adquiriu a COMPANHIA LECO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, na época, a segunda entre as companhias de laticínios em São Paulo.

No ano de 1984, VIGOR e LECO abriram seu capital e suas ações começaram a ser negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e Rio de Janeiro. Os fundos levantados foram investidos para expansão de capacidade. A unidade de São Paulo/SP foi elevada para o nível de 1.000.000 litros/dia. Foram construídas outras 10 unidades de captação de leite no Estado de São Paulo e parte dos fundos foi usado como capital de giro.

Em 1996, a LECO adquiriu a ROB - REFINO DE ÓLEOS BRASIL LTDA, tradicional companhia de óleo vegetal, no mercado desde 1920. A fábrica se localiza em São Caetano do Sul/SP e sua capacidade atual é de 9.000 t/mês. Seus principais produtos são óleos vegetais comestíveis (soja, milho, girassol), gorduras vegetais (para indústrias de alimentos) e margarinas.

Em 1998, começou o trabalho de modernização de marcas e produtos do grupo VIGOR, com o lançamento de novos produtos tais como: Vitamina LECO, VIGOR Mix, queijo e requeijão DANÚBIO sabores, além dos iogurtes e bebidas lácteas de um modo geral.

A Vigor tem sua sede instalada na cidade de São Paulo e possui quatro unidades fabris, instaladas nas cidades de São Paulo, São Gonçalo, Anápolis e Santo Inácio-PR, sendo que a unidade considerada mais lucrativa é a de São Gonçalo, devido à produção de queijo parmesão.

A área de atuação desta empresa, no que se refere à captação ocorre nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. No que concerne à distribuição, esta ocorre em todo o Brasil, concentrando-se principalmente entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Pautaremos a nossa análise a partir da unidade industrial de Santo Inácio – PR, pois é esta é a responsável pela captação de leite no município de Regente Feijó, um dos municípios de maior produção de leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

A instalação desta empresa no município de Santo Inácio foi motivada pelo grande volume de leite produzido na região e por incentivos fiscais, com total apoio da prefeitura municipal. Esta unidade industrial, cujo investimento inicial foi de R\$ 7,5 milhões, foi inaugurada em dezembro de 2001, e se constitui em uma fábrica de Leite Longa Vida, com capacidade de 5,5 milhões de litros/mês, sendo que o único produto processado nesta unidade industrial é o leite longa vida.

O volume médio processado diariamente é de 160.000 litros, que são entregues por 360 produtores, sendo que 20%, ou 32.000 litros provém do próprio município e 128.000 litros ou 80% é proveniente de outros municípios. O destino da produção do leite longa vida processado nesta unidade são os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que a Vigor também atua em outros ramos de atividades, como indústria de óleo e processamento de dados.

Quanto à comercialização dos produtos lácteos, o gerente da unidade de Santo Inácio ressalta que esta empresa enfrenta problemas, quanto ao preço de comercialização de seus produtos. Assim, Sílvio de Jesus Ferreira Rosa afirma: “Precisamos vender bem para remunerar bem o produtor.” Este problema de comercialização tem uma ligação direta com o baixo poder aquisitivo da população e com o poder das grandes redes de supermercados, que dão preferência a manter relações comerciais com empresas como a Nestlé, por exemplo. Um outro problema é a concorrência com a Líder, no que diz respeito à aquisição da matéria-prima, pois estas duas empresas têm em comum a área de atuação, tanto no Estado do Paraná, como na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

No que diz respeito à granelização, 100% da coleta desta empresa é realizada a granel, e a empresa realiza financiamento dos tanques de expansão, como medida para facilitar aos produtores a aquisição de tal equipamento, uma vez que esta empresa não capta leite daqueles produtores que não possuem o tanque em suas propriedades.

Quanto à existência do mercado informal na área de atuação da empresa, o gerente relata que: “O mercado informal é praticamente inexistente e são poucos os produtores que hoje ainda comercializam o leite assim. E também o volume comercializado por eles é tão pequenos que não nos atinge.” (SÍLVIO DE JESUS FERREIRA ROSA).

Desta forma, verificamos que uma forma de resistência e continuidade na atividade por aqueles que não têm condições de adquirir o tanque de expansão, ainda que através de uma associação é vista com desprezo por uma grande empresa do setor, porém esta é uma alternativa para um grande número de produtores que se vêem na iminência de abandonar a atividade.

O perfil dos produtores que entregam leite a esta empresa é constituído por médios e grandes produtores, que recebem em torno de R\$ 0,42 por litro de leite.

Em Regente Feijó, um dos municípios estudados neste trabalho, e localidade onde esta empresa atua há muitos anos, os produtores demonstraram satisfação para com esta empresa. Assim, um produtor relata: “A gente entrega leite pra eles (a empresa) tem muitos anos, eles sempre paga em dia, paga melhor que muito laticínio por aí.”

A relação da Vigor com este município é muito distante, uma vez que esta empresa encerrou suas atividades há muitos em Regente Feijó. Com a implantação da coleta a granel, o caminhão tanque realiza a captação de 3 a 4 vezes por semana, e o produtor recebe o pagamento do leite em um pequeno escritório da empresa neste município.

Este é um aspecto peculiar da tecnificação do sistema agroindustrial do leite, pois vários laticínios e até postos de captação encerraram suas atividades, pois as atividades industriais são centralizadas nas grandes unidades, e a empresa passa a não ter mais vínculos com os municípios, assim a relação com os produtores é cada vez mais impessoal.

A Vigor possui um projeto, visando a ampliação da capacidade de produção e comercialização de leite e derivados no Estado do Paraná. Assim, a empresa planeja atuar em novas regiões, ampliando a área de captação, além do projeto de instalar uma fábrica de queijo parmesão.

O senhor Sílvio Rosa, gerente da empresa acredita que para se atingir um sistema agroindustrial do leite mais dinâmico seria necessário uma elevação dos preços em todos os elos da cadeia produtiva. Segundo o entrevistado, a partir do momento que a empresa comercializa bem os seus produtos, o produtor também se beneficia. As tendências para o sistema agroindustrial do leite nos próximos anos segundo o entrevistado se resumem a 3 pontos: 1) investimentos elevados em marketing; 2) tendência ao desaparecimento dos pequenos produtores; 3) continuidade da atuação dos pequenos laticínios.

Acreditamos que as duas primeiras tendências apontadas têm forte relação com o cenário atual, e com as perspectivas do sistema agroindustrial do leite para os próximos anos, pois as campanhas publicitárias têm induzido muitos brasileiros a consumirem determinados

produtos lácteos, o que obviamente está ligado ao poder aquisitivo destas pessoas. O desaparecimento dos pequenos produtores é uma realidade, principalmente a partir de medidas como a não captação de leite dos produtores que não dispõem do tanque de expansão. Neste aspecto, a Líder difere da Vigor, pois ainda não implantou esta medida, embora também venha incentivando sua aquisição.

3.8.2. A Líder Alimentos⁶

A Líder, ao contrário da Vigor não recebeu incentivos por parte do poder público para a sua instalação no município de Martinópolis, e esta foi motivada pelo fato dos seus proprietários (Agenor Bazzeto Stuari e Aparecido Bazzeto Stuari) residirem no município e atuarem no sistema agroindustrial do leite.

Esta empresa atualmente tem apenas um escritório instalado em Martinópolis, sendo que o laticínio desta empresa encerrou suas atividades em 2002, período em que a empresa passou a concentrar suas atividades nas unidades industriais de Toledo e Nova Esperança, ambas no Estado do Paraná.

Durante o funcionamento desta empresa no município de Martinópolis era realizado o resfriamento do leite e a produção de queijo. A capacidade de processamento deste laticínio, hoje desativado era de 90.000 litros de leite/dia, sendo que 20% deste leite era utilizado para elaborar subprodutos e 80% destinava-se à produção de leite longa vida nas unidades industriais do Estado do Paraná.

Atualmente o volume médio processado nas unidades industriais de Toledo e Nova Esperança é de 420 mil l/dia, que são destinados à produção de leite longa vida, requeijão, bebidas lácteas, creme de leite e vitaminas de vários sabores. Esses produtos são comercializados em todo o Estado de São Paulo, bem como em outras regiões do país, com destaque para os estados do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Ao contrário da Vigor, esta empresa não atua em outros ramos da atividade, e a unidade industrial considerada mais lucrativa é a instalada no município de Toledo – PR, devido à produção de leite longa vida, cuja demanda vem aumentando nos últimos anos.

O contador entrevistado Genilson Nascimento, ressalta que os principais problemas da empresa são a concorrência, principalmente com a Vigor, devido à área de atuação

⁶ Houve dificuldade de estabelecer contatos com esta empresa, e não foi possível entrevistar os proprietários, diretores ou gerentes. A nossa entrevista foi realizada com um funcionário que ignorava informações importantes para o nosso trabalho.

coincidente, tanto na aquisição de matéria-prima, como na comercialização de subprodutos. Um outro problema apontado é o baixo preço que estes produtos são comercializados, e a inadimplência, principalmente em relação aos supermercados.

Quanto à captação do leite, esta empresa ainda não realiza 100% de sua coleta a granel, mas este é um dos objetivos da Líder, para um prazo máximo de um ano. Para tanto, a Líder vem realizando o financiamento dos tanques de expansão em até 36 vezes.

Referente ao mercado informal do leite, este não é visto como uma ameaça pela empresa, pois de acordo com o entrevistado, “O volume comercializado por estes produtores é muito pequeno, e estes produtores devem parar, porque a vigilância sanitária vai ser rigorosa com eles.” (GENILSON NASCIMENTO).

Verificamos, a partir das entrevistas com os representantes da Vigor e da Líder, que estes não acreditam no poder da comércio informal do leite, forma de comercialização que mais cresce no país. Este pode ser um ponto favorável aos produtores vinculados ao mercado informal, pois enquanto as empresas consideram o volume comercializado informalmente desprezível, não tomarão medidas para coibir esta forma de comércio.

A Líder pretende ampliar a captação, processamento e comercialização do leite. O projeto de ampliação da captação do leite, inclui a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, todavia quanto ao processamento e produção de subprodutos, não há intenções de se instalar novas unidades industriais nesta microrregião, mas sim de modernizar e ampliar a capacidade de processamento das unidades industriais de Toledo e Nova Esperança.

O entrevistado Genilson Nascimento relatou que a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente tem um grande potencial para a produção de leite, pois esta é uma atividade à qual se dedica a maioria dos produtores rurais.

É contraditório o fato de que a região tenha um grande potencial para a produção de leite, e as empresas do setor lácteo, ao invés de investirem na instalação e modernização de suas empresas neste local, acabam se retirando, e investindo em unidades industriais de outros estados, deixando de gerar uma quantidade considerável de empregos, tanto na área rural, como urbana.

A Líder, ao contrário da Vigor, cujo perfil dos produtores que fornecem leite à empresa é constituído por médios e grandes produtores, tem entre seus fornecedores, principalmente médios e pequenos produtores. Segundo o entrevistado, “É difícil trabalhar com os grandes produtores, eles querem fixar preço.” (GENILSON NASCIMENTO).

É inegável que a organização dos pequenos produtores seja a única alternativa para que estes permaneçam na atividade. De acordo com Genilson Nascimento, a região só terá um sistema agroindustrial do leite mais dinâmico quando os produtores se organizarem, e além de adquirir um tanque de expansão, possam se dedicar em conjunto ao aprimoramento das raças, à inseminação artificial e compreenderem a importância da qualidade do leite.

As tendências apontadas pelo entrevistado Genilson Nascimento para o sistema agroindustrial do leite nos próximos anos são as mesmas mencionadas em outros momentos deste trabalho, ou seja, referem-se à eliminação dos pequenos produtores que não se adaptarem às exigências da Portaria 56, e à eliminação dos pequenos laticínios, que de acordo com o entrevistado prejudicam os grandes, devido ao fato de sonegarem impostos.

Constatamos que tanto a Vigor, como a Líder são grandes empresas com destaque no setor lácteo nacional, e que encerraram as atividades de seus laticínios na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, com o objetivo de centralizar suas atividades nas unidades com estrutura para a produção de leite longa vida – produto que é responsável pela maior parte de seus lucros. Estas empresas enfrentam problemas em comum, como concorrência e dificuldades de comercializar seus produtos a um preço melhor, o que é consequência do baixo poder aquisitivo da população, e do poder das grandes redes de supermercados.

Uma outra empresa que atua na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente é a COOLVAP, que também vem enfrentando problemas a partir de 2002, entretanto os seus problemas diferem daqueles enfrentados pelas empresas supracitadas, justamente pelo fato de não ser uma empresa convencional, e sim uma cooperativa.

3.8.3. A Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP)

A COOLVAP foi fundada no ano de 1956, com 65 cooperados, que entregavam o leite em carroças apenas na cidade, e aos poucos foi se ampliando o raio de atuação, tanto no que diz respeito à coleta, como na distribuição do produto final.

Nos primeiros anos de sua atuação, a COOLVAP produzia queijos e pasteurizava em torno de 5 a 7 litros/dia de leite. Nos anos 1960, a cooperativa ampliou as instalações do prédio que ocupava no centro da cidade de Presidente Prudente e investiu na compra de equipamento, visando aumentar a linha dos produtos elaborados e o raio de atuação.

No período compreendido entre 1970 e 2000, foi filiada à Cooperativa Central: Laticínios de São Paulo. Deste modo, a COOLVAP fazia parte do grupo de cooperativas

regionais que processavam parte de sua matéria-prima e enviavam a outra para a Cooperativa Central do Estado de São Paulo.

Em 2000, a COOLVAP se desligou da Cooperativa Central, e de acordo com o SR. João Gracindo da Costa, presidente da COOLVAP no período compreendido entre 1998 e 2002, este desligamento se deu devido aos seguintes fatores:

A política dela mudou, nós crescemos, nós fizemos nossa indústria e no ano de 2000 eles mudaram o estatuto, exigiram que nós mandássemos 40% da produção para lá, exigiram nós não entrássemos no mercado da Grande São Paulo com leite processado longa vida e isso dificultou nosso relacionamento, mas nós, saímos sem nenhum problema com eles. [...] nós tínhamos uma despesa de frete para levar o leite para São Paulo, quem assumia esse frete era a própria cooperativa, ficando difícil para a gente levar esse leite e ganhava muito pouco. (Santos, 2001 apud STEVANATO, 2001).¹²

De acordo com a atual presidente Vanda Generosa dos Santos, a melhor fase da COOLVAP refere-se ao período em que a mesma se manteve associada à Cooperativa Central, sendo que ao se retirar deste grupo, a COOLVAP passou a entrar em dívidas e o rompimento com a Cooperativa Central foi motivado pelo desejo de centralizar toda a produção de leite e derivados em Presidente Prudente.

Atualmente, a COOLVAP enfrenta uma séria crise, que conforme a atual presidente foi incitada por:

[...] problemas com as diretorias anteriores [...] , foi começada uma reforma no prédio sem dinheiro, muitos caminhões foram vendidos a preços baixos, e teve uma época que pagaram muito pelo preço do leite para agradar os produtores, por puro interesse político, e a própria diretoria reivindicava a troca de presidente. (VANDA GENEROSA DOS SANTOS).

A COOLVAP tem uma dívida avaliada em R\$ 28 milhões, e de acordo com a atual presidente esta dívida surgiu no mandato do ex presidente João Gracindo da Costa. Esta cooperativa também possui dívidas com vários produtores, e a presidente alega que estas não são quitadas por falta de recursos, as consequências são observadas na diminuição de produtores que entregam leite à COOLVAP, que em 2002 totalizavam 819 produtores, e atualmente este número foi reduzido para 500 produtores.

A quantidade de leite entregue à COOLVAP diariamente é de 15.000 litros, embora a capacidade de processamento da cooperativa seja de 420.000 litros. Os produtores recebem entre R\$ 0,32 a R\$ 0,40 por litro de leite entregue à cooperativa. Os produtos fabricados na cooperativa são leite B e C, bebida Láctea, creme de leite e manteiga. A COOLVAP deixou

¹² Entrevista com o Senhor João Gracindo da Costa, cedida a Adriana Salas Stevanato em 04 de abril de 2001.

de produzir leite longa vida no ano 2000, quando o presidente da época, João Gracindo da Costa contraiu dívidas com a Tetra Pak, que até hoje não foram quitadas.

Os produtos com a marca Prudente, eram comercializados além da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, na Grande São Paulo, e em outras regiões do interior deste Estado, além do Estado de Minas Gerais, alguns municípios do Rio de Janeiro, norte do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

A COOLVAP concorria no mercado regional com a Nestlé, a Parmalat, a Líder e a Vigor, além de outros pequenos laticínios da região. Atualmente esta empresa só comercializa os seus produtos na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, sendo que 70% da produção é comercializada em outros municípios desta microrregião.

A cooperativa contava com lojas na cidade de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Santo Inácio e Bataguassu e todas foram desativadas após o ano 2000, como reflexo da crise enfrentada pela cooperativa. Atualmente só a de Presidente Venceslau continua funcionando.

Quanto à coleta a granel de leite, a presidente relatou que apenas uma minoria dos produtores possui o tanque de expansão e que a cooperativa não conta com os caminhões isotérmicos, pois estes foram vendidos e a coleta a granel é realizada de forma terceirizada.

Assim, a presidente relatou que hoje não vem sendo desenvolvido nenhum projeto visando a aquisição de tanques de expansão pelos produtores, através de financiamento, como vem sendo feito pela Líder e pela Vigor, pois a cooperativa não dispõe de recursos para colocar em práticas projetos desta natureza. Desta forma, a COOLVAP pretende continuar a captar leite dos produtores que não possuem o tanque de expansão.

O principal problema enfrentado pela cooperativa é a falta de recursos para saldar as dívidas e realizar investimentos. A presidente afirmou que mesmo diante destes problemas ainda há perspectiva de que a COOLVAP volte a ter o mesmo desempenho anterior, e isto depende principalmente de que a cooperativa volte a produzir o leite longa vida, o que lhe possibilitaria saldar suas dívidas.

Quanto à produção de leite longa vida, está em negociação uma parceria com o Grupo Elegê de Santa Catarina, que se efetivada poderá dar novos rumos à cooperativa. A presidente resume as perspectivas da cooperativa em poucas palavras: “A nossa saída é a parceria, estamos apostando na parceria, só com ela podemos pagar a dívida da cooperativa.” (VANDA GENEROSA DOS SANTOS).

Assim, constatamos que a COOLVAP, que até 2002 era considerada a principal empresa de processamento industrial de leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, processando 50% do leite produzido na referida região, hoje se encontra em decadência.

Durante a nossa entrevista com a atual presidente, constatamos que o grande responsável pela crise enfrentada pela cooperativa é o ex presidente João Gracindo da Costa, que a partir de projetos ambiciosos de ampliação da produção de leite longa vida contraiu dívidas que nunca foram pagas, como consequência os produtores foram atingidos diretamente, pois muitos ficaram sem receber por vários meses durante o ano de 2002 e até hoje há produtores recebendo em parcelas pelo leite entregue há quase um ano.

Desta forma, constatamos que embora as cooperativa tenham objetivos diferentes das empresas capitalistas, estas também centralizam recursos e poder nas mãos de poucas pessoas, e os produtores associados são os maiores prejudicados nos momentos de dificuldade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema agroindustrial do leite passou por importantes mudanças a partir dos anos 1990. Dentre estas mudanças, destacam-se o processo de abertura da economia nacional, a desregulamentação do setor pelo governo federal e a importação sistemática de leite e derivados dos parceiros do Mercosul.

Estas mudanças ocorrem concomitantemente ao processo de modernização da pecuária leiteira, que se regulamenta através da Portaria 56, a qual por sua vez estabelece o Programa nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que visa a determinar novos padrões para a produção de leite no Brasil.

A Portaria 56 fixa condições para a coleta de leite cru – incluindo modelos a serem seguidos de instalações para ordenha, higiene dos latões, mão-de-obra treinada – e seu transporte que deve ser realizado a granel, visando a obter redução geral dos custos de obtenção para os laticínios e a conservação da qualidade do leite.

O PNMQL conta com linhas de financiamento amparadas em recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos necessários à modernização da pecuária leiteira.

Os prazos de enquadramento das disposições da Portaria 56 não são os mesmos em todas as regiões do país, pois um dos itens desta portaria versa sobre a temperatura do leite a ser resfriado, que deve ser de 7 °C (sete graus Celsius). Esta medida deve entrar em vigor até 01 de janeiro de 2008 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e até 01 de janeiro de 2011 nas regiões Nordeste e Norte.

Embora esta medida se refira apenas à temperatura para a conservação do leite, verificamos que a sua aplicabilidade leva em conta as desigualdades regionais. Assim, a modernização da pecuária leiteira também não ocorre com a mesma intensidade em todas as regiões, sendo que em áreas de atuação de grandes empresas como a Nestlé e a Vigor, por exemplo, 100% da coleta é realizada a granel, enquanto em áreas de atuação de laticínios menores – como o Laticínio Irmãos Carlucci de Álvares machado, município da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – a coleta ainda é realizada em latões, e este tipo de laticínio é um refúgio para produtores que foram excluídos de outros laticínios, por não terem condições de aderir ao Programa de Granelização.

A Microrregião Geográfica de Presidente Prudente não se constitui em uma bacia leiteira tradicional – como o Vale do Paraíba em São Paulo, a região Oeste do Estado do

Paraná e o Triângulo Mineiro, embora nesta última região, a produção de leite venha cedendo espaço para a plantação de soja. Ainda assim, a produção de leite é uma atividade que complementa a renda da maioria dos produtores rurais da microrregião em estudo, embora a predominância seja da pecuária de corte e mista sobre a leiteira, elementos que contribuem para a não-especialização da produção.

É importante lembrar que mesmo diante de uma produção não especializada, a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente conta com a atuação de importantes empresas do setor lácteo, como a Líder, a Vigor e a COOLVAP. A respeito desta cooperativa é importante mencionar que a mesma se encontra em crise, provocada por uma má gestão da diretoria anterior. Diante deste quadro, tem-se como consequência imediata a diminuição de mais de 300 fornecedores em pouco mais de um ano, sendo que vários dos produtores que se desligaram da cooperativa e mesmo aqueles que ainda fornecem leite atualmente, tem seus pagamentos atrasados devido à falta de recursos da COOLVAP.

Quanto à Líder e à Vigor, cabe destacar que estas empresas encerraram as atividades de seus laticínios nos municípios de Martinópolis e Regente Feijó respectivamente, e atualmente apenas captam o leite e transportam para suas unidades industriais do estado do Paraná, sendo que no caso da Líder, o leite é transportado até o município de Toledo e a Vigor transporta o leite até o município de Santo Inácio, ambos no estado do Paraná.

O principal motivo que levou as empresas acima mencionadas a encerrarem as atividades de seus laticínios na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente é a infraestrutura superior de seus laticínios do Estado do Paraná, se comparados aos laticínios hoje desativados na microrregião em estudo, além de que lá realizam a produção de leite longa vida, principal fonte de lucros de ambas, e ainda contam com a facilidade oferecida pela coleta a granel.

A respeito da coleta a granel, cabe destacar que estas empresas têm incentivado a aquisição dos tanques de expansão em até 36 vezes. Esta medida adotada pelas empresas tem facilitado a aquisição deste equipamento por uma parcela significativa de produtores, todavia, este financiamento não é viável a pequenos produtores, com uma produção diária de aproximadamente 50 litros, e que tem na comercialização do leite sua única fonte de renda.

Acreditamos que as exigências da Portaria 56 sejam prejudiciais aos pequenos produtores, pois estes não têm condições de adquirir o tanque de expansão, equipamento destinado ao resfriamento do leite, e exigência de muitos laticínios que implantaram a coleta a granel. As razões para que os pequenos produtores não adquiram o tanque de expansão

perpassam pela falta de condições financeiras, receio de que não consigam pagar as parcelas devido à instabilidade do preço do leite e a idéia de que não compensa se modernizar e ser mal remunerado.

Diante das exigências da aquisição do tanque de expansão, e da impossibilidade de adquirir tal equipamento de forma individual, muitos produtores têm encontrado como alternativa a aquisição do tanque a partir das associações. A capacidade do tanque varia, pois há a possibilidade de um número pequeno de produtores – 4 ou 5 – adquirirem um tanque de 500 litros, sendo que o tanque permanece na propriedade de um destes e os demais transportam a sua produção até o local. Em outros casos, como a Associação de Produtores de Leite de Teçaindá (APLET), a capacidade do tanque é de 4.000 litros, e esta associação conta com 66 produtores.

As associações se constituem em importantes alternativas para os produtores de leite, pois possibilitam a reprodução social de um grande número de produtores, que sem condições de adquirir o tanque individualmente, se vêem pressionados a abandonar a atividade.

Cabe ressaltar que a Portaria 56 também traz algumas determinações sobre a utilização de tanques comunitários, pois o uso coletivo dos tanques de resfriamento será permitido apenas em caráter temporário, e a distância entre o tanque e as propriedades devem ser de no máximo 5 Km. O leite proveniente de outras propriedades deve chegar à propriedade onde estiver localizado o tanque comunitário até 60 minutos após a ordenha, sendo que não será permitida a produção de mais de uma ordenha para enviá-la ao tanque.

Verificamos desta forma, que até mesmo as alternativas que passam pelo cumprimento das exigências, sofrem restrições, pois os tanques comunitários serão permitidos apenas temporariamente, além do fato de que as propriedades têm que se localizar bem próximas umas das outras, conforme exigência da Portaria 56. Podemos inferir, que sendo a medida temporária, é questão de tempo para que estes pequenos produtores que hoje produzem e comercializam o leite, graças ao tanque comunitário, sejam pressionados a abandonar a atividade.

Uma outra alternativa encontrada pelos produtores, visando não apenas a permanência na atividade, mas também um preço melhor na venda do leite, é o comércio informal do leite, que não é recente, mas vem crescendo ano a ano, e atualmente mais de 30% do leite produzido no Brasil é comercializado informalmente.

Por outro lado, as empresa, com o apoio do poder público poderão pressionar estes produtores a abandonar definitivamente a atividade. Este fato ainda é uma incógnita, e

acreditamos que nos próximos 5 ou 10 anos, a reestruturação da cadeia produtiva do leite já terá se completado e somente após este período poderá ser averiguado se os produtores não especializados continuarão inseridos na comercialização do leite.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, o comércio informal do leite é uma atividade praticada há muitos anos, sendo que nas cidades desta região, uma parcela significativa provém da área rural, o que contribui para o comércio do leite *in natura*. Nos últimos anos este quadro vem se alterando, devido à facilidade de adquirir leite pasteurizado a preços próximos ao do leite comercializado informalmente, além do controle da vigilância sanitária, embora este ainda seja incipiente nesta microrregião.

Pudemos constatar através das entrevistas, que não é apenas o mercado informal que contribui para a não especialização da produção, pois a maioria dos entrevistados não se dedica apenas à pecuária leiteira, mas também à pecuária de corte e atividades urbanas que não possuem nenhuma relação com a agropecuária.

Outrossim, verificamos que o gado destes produtores também não é um gado especializado para a produção de leite, pois dentre os entrevistados predominou o rebanho misto, e apenas uma minoria possuía um rebanho de procedência holandesa, limousin ou simental, raças voltadas para a produção de leite.

A média da produtividade por vaca ordenhada é baixa, e a maioria das vacas não produz mais que 10 litros por dia, sendo que uma parcela significativa produz até 5 litros/dia. Este fato é consequência de um rebanho não especializado, conforme já mencionamos acima e também da alimentação fornecida ao rebanho, que é composta prioritariamente por pastagens, sendo raros os casos dos produtores que complementam esta alimentação com rações concentradas, farelos de soja, trigo ou arroz, devido ao custo elevado, sendo que alguns procuram complementar com silagem de milho, cana ou anapiê, que na maioria das vezes é produzido na propriedade.

A ausência de uma assistência técnica efetiva é outro fator que contribui para um sistema agroindustrial do leite pouco dinâmico, como o predominante na microrregião em estudo. Verificamos, que dentre os entrevistados, a maioria é atendida por uma assistência técnica particular, e que as Casas da Agricultura não têm prestado assistência técnica a todos os produtores, o que contribui para que aqueles que não têm condições de contratarem profissionais, realizem o manejo sanitário e nutricional do gado, de acordo com os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos que lidam com a atividade.

A inseminação artificial é utilizada por um número reduzido de produtores, que se queixam das Casas da Agricultura e da falta de recursos e informações para que utilizem este método para melhorar o rebanho.

Dentre os três municípios analisados neste trabalho, verificamos que Regente Feijó se destaca em alguns aspectos. No caso da inseminação artificial há um convênio com a prefeitura municipal, que facilita aos produtores o acesso a este método. Outrossim, verificamos que os produtores entrevistados em Regente Feijó demonstram contentamento com os projetos da Casa da Agricultura, o que não ocorre nos outros dois municípios.

Verificamos que embora o município de Regente Feijó se destaque em alguns aspectos, existem problemas que são comuns a todos os produtores entrevistados, independente do município. Assim, o baixo preço pago pelo litro do leite, o alto custo da produção e a falta de incentivos ou financiamento são os principais problemas apontados pelos produtores entrevistados.

Ao longo deste trabalho, falamos muitas vezes de um equipamento denominado tanque de expansão, que se constitui em um tanque que mantém o leite resfriado. O fato de mencionar tantas vezes este equipamento é devido ao fato de que o mesmo é condição para que os produtores continuem inseridos no comércio formal do leite. Este equipamento tem um preço elevado, custando no mínimo R\$ 3.000,00 conforme a sua capacidade, no entanto verificamos que a maioria dos entrevistados possui este equipamento (53,97%), o que é justificado pelos financiamentos realizados pelos laticínios e pelas associações de produtores. Concernente à ordenhadeira mecânica, que também é um equipamento que demonstra a tecnificação da atividade, esta é utilizada apenas por 28,57% dos entrevistados, provavelmente porque ainda não se constitui em exigência para a manutenção do produtor na atividade.

Dentre os entrevistados, 30 produtores, ou 47,62% produz até 100 litros/dia, sendo, portanto pequenos produtores. Uma parcela significativa dos produtores conta com a ajuda de trabalhadores assalariados nas atividades relacionadas à produção do leite, mas também há aqueles que recebem auxílio da família nesta atividade. A produção de derivados não é uma atividade forte dentre os entrevistados, que quando a realizam geralmente é para consumo próprio. Estes alegam que não é compensatório o comércio, pois é necessário leite e mão-de-obra e o produto final é vendido a um preço baixo. Assim, verificamos que os entrevistados não vêm na produção de derivados uma forma de agregar valor ao produto.

A respeito da Portaria 56, verificamos que 46 produtores, ou 73,02% são favoráveis à mesma, argumentando principalmente que esta melhorará a qualidade e o preço do leite. Quanto aos contrários – 17 produtores (26,98%), o principal argumento refere-se ao fato de que a legislação prejudica os pequenos produtores. Deste modo, a partir da vigência desta portaria, a maioria dos entrevistados pretende continuar na atividade, o que equivale a 45 produtores ou 72%.

Conforme já ressaltamos ao longo deste trabalho, o principal problema enfrentado pelos produtores é o baixo preço do leite e há uma parcela de pequenos produtores contrários à nova portaria porque esta os prejudica, sendo que 14 produtores, ou 22% pretendem abandonar a atividade, por não ter condições de cumprir as exigências, e 4 produtores, ou 6% pretendem comercializar o leite no mercado informal.

Diante deste quadro, acreditamos que os objetivos destas medidas de iniciativa governamental, como a Portaria 56, além dos projetos de financiamento de tanques de expansão por parte dos laticínios, seja incluir os produtores especializados. Quanto àqueles que não têm condições lhes resta o abandono da atividade, ou o mercado informal e as associações como formas de inclusão.

De um modo geral, verificamos que o sistema agroindustrial na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente não é dinâmico como em outras regiões do país, principalmente pelo fato de que a maioria dos produtores não é especializada, consequência da falta de incentivos, do baixo preço do leite e de que o perfil dos produtores desta região é composto por pequenos produtores, em sua maioria sem recursos para se modernizar.

A Portaria 56, embora oficialmente não esteja vigorando, se impõe cada vez mais na microrregião em estudo, pois os laticínios já implantaram a coleta a granel, algumas empresas exigem o tanque de expansão para continuar a captar leite dos produtores, e desta forma vários produtores vem abandonando a atividade.

A produção de leite, e as pastagens vêm cedendo espaço para as lavouras de cana-de-açúcar e mais recentemente para a soja, no entanto esta ainda é uma atividade importante devido ao fato de complementar a renda dos pequenos produtores da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Assim, a produção de leite, principalmente a proveniente de pequenos produtores necessita de apoio do poder público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, e os produtores devem se organizar em associações e até mesmo comercializar o leite no mercado informal como forma de resistência e de luta por sua reprodução social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Tese de Doutorado; FFCL - Presidente Prudente, 1972 - 339 p.

ALVIM, Rodrigo. Consumidor paga mais caro e produtor ganha menos. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em 06 setembro 2003.

ANTONIO, Armando Pereira. **O processo de ocupação das terras no extremo sudoeste paulista: a colônia alemã no município de Presidente Venceslau – SP**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1984.

BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. In: RAMOS, P. Et al. **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1992, p. 107-123.

BOLETIM DO DESER. n.º 122, OUT. 2001.

BORTOLETO, E.E. & CHABARIBERY, Denise. Leite e derivados: entraves e potencialidades na virada do século. **Informações Econômicas**. São Paulo: v.28, n.9, p.25-36, set. 1998.

CAMPOS FILHO, Marcello de Moura. O exemplo dos EUA e a tentação da importação de leite. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em 24 abril 2003.

CARVALHO, Marcelo Pereira. Afinal, quantos produtores de leite devemos ter hoje?. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em 06 setembro 2003.

CERRI, Cláudio. Eficiência sem preço. **Revista Globo Rural**. Ano 17, n. 196, p.35-45, fev. 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária**. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

CHINELATO, Artur. Embrapa e CATI investem em produtividade, In: GARCIA, Júlio Cezar. **Diário da região**. São José do Rio Preto, 25 maio 2003. Agronegócios, p. 10.

DALTOSO, José Carlos. **Martinópolis, sua história e sua gente**. Martinópolis, SP. Gráfica Martipel Ind. e Com. Ltda, 1999. 200p.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: ICONE; UNICAMP, 1985.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra no Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002.

FARIA, Vidal Pedroso. Problemas para a produção de leite no Brasil. **Preços Agrícolas**, ano 14, nº 160, p. 3, fevereiro de 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIBGE, **Censo Agropecuário**, 1980. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

FIBGE, **Censo Agropecuário**, 1985. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1985.

FIBGE, **Censo Agropecuário**, 1996. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

FIBGE, **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 8, 12, 13, 14 de abril de 2003; 23, 24, 25 de maio de 2003; 06, 07, 08 de março de 2004.

FONSECA, M.G.D. & MORAIS, E.M. Indústria de leite e derivados no Brasil: uma década de transformações. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, n.9, p.7-29, set.1999.

FORTES, Gitânio. Parmalat vira caso de polícia. **DBO: Mundo do Leite: A revista do mercado lácteo**. São Paulo, n.7, p.4, fev. 2004.

FREDERICQ, Antoinette. A babá dos brasileiros: uma multinacional do setor leiteiro. In: ODACIR, Luis Coradini. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981, p. 93-183.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, São Paulo: Instituto de Economia/Unicamp, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed, 1982.

JANK, M.S; GALAN, V.B. Competitividade do sistema agroindustrial do leite. In: FARINA, E.M.M.Q. & ZYLBERSTAJN, Décio. **Competitividade no Agribusiness Brasileiro**. 1998. Disponível em: <<http://www.Fea.usp.br/Fia/pensa/pensa12.html>>. Acesso em 15 jan. 2000.

JANK, M.S & GALAN, V.B. Produção de leite e derivados: desafios do sistema agroindustrial do leite no Brasil. **Preços Agrícolas**, ano 14, nº 160, p.9-13, fevereiro de 2000.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. FFCL - Presidente Prudente, 1972.

_____. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LOPES, Mauro de Resende; JANK, Marcos Sawaya. A abertura comercial mostra os equívocos da política do leite no Brasil. **Agroanalysis**. São Paulo, p.15-19, jan. 1995.

MAMIGONIAN, Armen; FREITAS, C. Vânia de. Introdução ao estudo da economia leiteira paulista. In: **Boletim do Departamento de Geografia**. n.7. FFCL. Presidente Prudente, 1976, p. 17-51.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. (Coleção Prismas/PROPP)

MAZZALI, Leonel; COSTA V. M. M. Formação e evolução do complexo agroindustrial do leite: uma perspectiva histórica. In: **XIII Encontro dos Grupos Temáticos do PIPSA**, 1988, Rio de Janeiro. Anais do XIII Encontro de Grupos Temáticos do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), 1988, v.1, p. 293-354.

MEDEIROS, Célia Maria Santos. **O tradicional e o moderno na pecuária de corte: produtores rurais pecuaristas residentes em Presidente Prudente**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 1996.

MENDES, Edmar Eduardo Bassan. Embrapa e CATI investem em produtividade, In: GARCIA, Júlio Cezar. **Diário da região**. São José do Rio Preto, 25 maio 2003. Agronegócios, p. 10.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

NOGUEIRA NETTO, V.S. Pecuária Leiteira: a ameaça das importações subsidiadas. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p.7-9, jul. 1996.

NOGUEIRA, Maurício Palma. Alienação ao mercado. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em 06 setembro 2003.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 58. São Paulo, setembro, 1981.

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura**. 1990.

OTANI, M. N. et al. Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo: v.31, n.4, p. 43-74, abril, 2001.

PINAZZA, LUIZ Antonio & ALIMANDRO, Regis. A marcha da comitiva. **Agroanalysis**, São Paulo, p.9-25, jun. 2000.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

REIS, R. P.; TEIXEIRA, E. C.; LIMA, J. E. O mercado do leite: política de intervenção e estrutura produtiva. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: v. 31, n.3, p. 215-229, jul/set. 1993.

RUBEZ, Jorge. Auto-suficiência em lácteos. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br>. Acesso em 08 de maio de 2003.

SANTOS, Joelma Cristina. **O sistema agroindustrial do leite no município de Martinópolis - SP**. 2002. 113f. Relatório (Iniciação científica em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

SANTOS, Joelma Cristina; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização e exclusão do sistema agroindustrial do leite no Brasil: o caso do município de Martinópolis - SP. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2002, João Pessoa – PB.

SANTOS, Telma. **Territorialidade da indústria de alimentos Parmalat em Feira de Santana – Bahia**. 1999. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

SAVITCI, Laura Aparecida et al. Usinas de beneficiamento de leite: otimização de empreendimentos de pequeno porte. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 28, n. 12, dez. 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

STEVANATO, Adriana Salas. **A produção de leite na região de Presidente Prudente - SP: o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP)**. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP - Presidente Prudente, 2002.

SILVA, Jerri Augusto; TSUKAMOTO, Ruth Youko. A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor. In: **Geografia**. Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul/dez.2001.

TABCHOURY, Wiliian. A importância do marketing para o produtor de leite. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br>. Acesso em: 17 jun. 2003.

TEIXEIRA, Sérgio Rustichelli. Leite a granel: custos, vantagens e obrigações. In: **Revista Brasileira de Agropecuária**. São Paulo: Editora Escala, ano I, n.8, p.41-48, 2001.

TROCCOLI, Irene Raguenet. Leite: investimentos em publicidades nos EUA. **Agroanalysis**. São Paulo, p. 8-11, agosto 1995.

UDENAL, L.A. & FAUSTINO, M.P. **Destino do lixo no município de Regente Feijó (SP)**. Monografia de Bacharelado. F.C.T. – UNESP, Presidente Prudente, 1999.

VELLOSO, Celso. As ações do Ministério para o controle à fraude de leite no Brasil. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2003.

VILELA, Duarte. Leite: bom para a saúde e melhor ainda para a economia brasileira. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2003.

WILKINSON, John. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade da indústria de laticínios**. Campinas: UNICAMP/IE, 1993.

ANEXOS

ANEXO I

Questionário aplicado junto aos produtores de leite da Região de Presidente Prudente - SP**1- Informações sobre o produtor**

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3- Escolaridade: () Analfabeto () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Superior incompleto () Superior completo

1.4- Local de residência do produtor:

2- Sobre a propriedade:

2.1- Nome da propriedade:

2.2- Localização:

2.3- Distância da sede do município em Km:

	Hectares *	ou	Alqueires**
2.4-Área total da propriedade			
2.5-Área Própria			
2.6-Área tomada em Arrendamento/parceria:			
2.7-Área concedida (dada) em arrendamento			
2.8- Outros. Quais?			

* 1 hectare = 10.000 m²** 1 alqueire = 24.200 m²

2.9- Há quanto tempo possui a propriedade?

2.10- Como adquiriu a propriedade? () Herança () Compra () Posse () Assentamento () Outra forma. Especificar.

2.11- Possui outra propriedade rural? () sim () não. Se sim, quantas?.....Município e Estado em que se localizam as outras propriedades rurais

2.12- Soma das áreas das propriedades rurais que possui.....Hectares* ouAlqueires**

* 1 hectare = 10.000 m2

** 1 alqueire = 24.200 m2

3- Atividade pecuária:

Tipo:	N.º de cabeças:
3.1. Bovinos de corte	
3.2. Bovinos de leite	
3.3. Suínos	
3.4. Caprinos	
3.5. Eqüinos	
3.6. Aves	
3.7. Outros. Especificar	

4. REBANHO BOVINO

Tipos	Número	ou	Litros
4.1. Vacas em lactação - Nº			
4.2. Vacas secas - Nº			
4.3. Novilhas acima de 2 anos - Nº			
4.4. Novilhas abaixo de 2 anos - Nº			
4.5. Bezerros - Nº			
4.6. Bois para engorda - Nº			
4.7. Bois para tração - Nº			
4.8. Touros - Nº			

4.9- Faz uso de inseminação artificial? () sim () não Quem a realiza?

4.10- Qual a procedência do rebanho?

4.11- Qual a idade de desmame dos rebanhos?

4.12- Qual a idade de reposição das matrizes?

4.13- Qual a alimentação do rebanho:* época das secas:

* época das águas:

4.14- Qual a procedência do alimento/insumo? () elaborado na propriedade () compra, local?

5- Infra-estrutura da propriedade:

A Propriedade dispõe de:

5.1- Energia elétrica: ()sim ()não

5.2-Telefone: ()sim ()não

5.3- Televisão: ()sim ()não

5.4- Geladeira: ()sim ()não

5.5- Computador: ()sim ()não

5.6- A água provém de: ()poço artesiano ()poço caipira ()rio ()outro.
Qual?

5.7- Instalações sanitárias: ()completa ()não possui ()privada com fossa ()
privada sem fossa

()fossa para banheiro ou sanitários ()fossa para água de cozinha

6- Quanto à assistência técnica na propriedade:

6.1- () o produtor não é assistido

6.2 () a assistência técnica é particular

6.3- () assistência técnica é prestada por outro segmento. Especificar.

6.4- A assistência técnica é referente a: () Vacinas () Doenças do gado

()Medicamentos () Outro. Especificar.

6.5- Com que frequência a propriedade recebe visitas do técnico: ()semanal ()quinzenal

() mensal ()trimestral ()semestral ()anual ()quando solicita

7- Quanto à organização dos produtores:

7.1- O senhor é associado a alguma cooperativa atualmente? ☐ sim ☐ não. Se sim, qual (is)?

7.2- É membro de alguma associação de agricultores? ☐ sim ☐ não. Se sim, qual (is)?

7.3- É filiado a algum sindicato? ☐ sim ☐ não. Se sim, qual (is)?

8- Informações sobre a produção de leite.

8.1- Qual a produção total de leite na safra?

8.2- Qual a produção total de leite na entre-safra?

8.3- Quantos litros são produzidos por dia na propriedade?

8.4- Qual a produção média por vaca/dia?

8.5- Qual o preço de comercialização do litro do leite?

8.6- Há quanto tempo vende leite para este laticínio? Especificar o nome do laticínio.

8.7- O leite é vendido:

☐ Somente a este laticínio.

☐ A este laticínio e no mercado informal .

☐ A este laticínio e a outro da região. Especificar.

8.8- Por que optou por vender o seu leite a este laticínio?

8.9- Responsabilidade do transporte: ☐ produtor ☐ laticínio

8.10- Produz leite do tipo: ☐ A ☐ B ☐ C

8.11- O senhor produz derivados do leite na propriedade? ☐ sim ☐ não

8.12- Em caso afirmativo, quais?

☐ queijo

☐ requeijão

☐ manteiga

☐ doce de leite

☐ outro (s). Especificar

8.10- É somente para consumo próprio? ☐ sim ☐ não

8.11- Em caso de comercialização, o senhor:

☐ vende diretamente aos consumidores

☐ comercializa com outros segmentos. Quais?

9. Quanto aos equipamentos utilizados:

9.1- O senhor se utiliza da ordenhadeira mecânica? ☐ sim ☐ não

9.2- Quantas vezes por dia o senhor realiza a ordenha?.....

9.3- O senhor possui tanque de resfriamento na propriedade? ☐ sim ☐ não

9.4- Se não possui, já pensou em adquiri-lo juntamente com outros produtores?

☐ sim ☐ não Por quê?

9.5- O senhor possui:

☐ trator

☐ silos

☐ trituradeira

☐ casa de bezerros

☐ curral

☐ barracão de leite

☐ cocheiras

☐ outros

10- Caracterização do produtor de leite do município:

10.1- Há quantos anos o senhor é produtor de leite?

10.2- O que praticava antes de se tornar produtor de leite?

10.3- Possui outra atividade, além de se dedicar a produção de leite? ☐ Sim. Especificar.

☐ não

10.4-- A família o auxilia nas atividades desenvolvidas na propriedade?

☐ sim ☐ não Em caso afirmativo quem o auxilia ☐ mulher ☐ filhos ☐ outros parentes. Especificar.

10.5- O senhor emprega trabalhadores assalariados ? ☐ sim ☐ não

☐ temporários Quantos?.....

☐ permanentes Quantos?.....

10.6- Fez algum financiamento para o leite? () sim () não

a- Quando: data/ano.

b- Órgão financiador:

c- Utilizou o dinheiro para:

10.7- O senhor tem conhecimento da nova legislação imposta pelo Ministério da Agricultura que exige a refrigeração do leite na propriedade nos tanques de expansão?

() sim () não

10.8- O que o senhor pretende fazer quando a nova legislação entrar em vigor:

() adquirir tanque de expansão

() abandonar a atividade

() continuar tentando comercializar o leite no mercado informal

10.9- O senhor é favorável à nova legislação:

() sim () não Por quê?

10.10- O poder público municipal já procurou o senhor no sentido de fiscalizar as condições de higiene do leite que o senhor comercializa? () sim () não

10.11- O senhor é a favor da modernização e tecnificação pela qual vem passando o sistema agroindustrial do leite? () sim () não Por quê?

10.12- O senhor recebe informações sobre melhoramento genético? () sim () não

10.13- Quais são, na sua opinião, os principais problemas enfrentados atualmente pelos produtores de leite no Brasil?

10.14- Na sua opinião, quais são as políticas públicas que deveriam ser implementadas pelo poder público, em esfera nacional ou local, visando à permanência dos produtores na atividade?

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

CASA DA AGRICULTURA

I- IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do entrevistado:
2. Função:

II- SOBRE O FUNCIONAMENTO DA CASA DA AGRICULTURA

4. Quais são os objetivos e/ou atribuições da Casa da Agricultura?
5. Quais os projetos estão sendo implementados pela Casa da Agricultura?
6. O município possui o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural? Em caso afirmativo, de que forma este é efetivado?
7. A Casa da Agricultura é municipalizada? Se sim, após a municipalização as condições de trabalho e atuação melhoraram? Por quê?
8. Qual o número de agrônomos e técnicos agrícolas e quais são as suas funções?
9. Qual é o número de veterinários e quais são as suas funções?
10. Existem incentivos governamentais para o aprimoramento técnico dos técnicos agrícolas, veterinários e engenheiros agrônomos?
11. Para qual atividade a casa da agricultura centraliza suas ações? Pecuária ou Agricultura? Por que?
12. A Casa da Agricultura tem enfrentado problemas para atingir os seus objetivos? Em caso afirmativo, quais e por que?
13. A Casa da Agricultura tem obtido êxito em suas ações? Em que sentido?
14. Para quais proprietários ou produtores são centralizadas as ações da Casa da Agricultura?
15. Qual o número de proprietários ou produtores que são atendidos pela Casa da Agricultura?
16. Especificar a porcentagem de proprietários ou produtores que procuram espontaneamente a Casa da Agricultura:
17. A Casa da Agricultura tem incentivado a produção de leite no município? Se sim como?
18. É viável a permanência dos pequenos produtores de leite na atividade diante das exigências da Portaria 56?
19. Como pode ser caracterizado o sistema agroindustrial do leite no município?

20. Existe algum projeto visando formar algum tipo de cooperativa ou associação no município?
21. O senhor acha viável a instalação de uma cooperativa que viabilize a pasteurização do leite e a produção de derivados no município?
22. Há algum projeto visando atrair agroindústrias para o município (frigoríficos, laticínios, etc)?
23. Quais são os maiores problemas da agropecuária municipal?
24. Como se dá no município:
 - controle da febre aftosa:
 - uso de inseminação artificial:
- 25- Qual a sua avaliação sobre o rebanho bovino do município?
26. Como o senhor avalia que o poder público municipal possa atuar, no sentido de possibilitar que os pequenos produtores continuem a produzir leite, diante das exigências da incorporação de novas tecnologias?
27. O município é contemplado com o programa de microbacias? Qual a microbacia contemplada?
28. Como o Sr. avalia a implantação do Projeto de Microbacias da SAA, no município? Quais os pontos positivos e/ou negativos?

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE LEITE

Data: __/__/__

1. Nome do entrevistado:
2. Denominação da associação:
3. Município sede:
4. Qual o principal objetivo da associação:
5. Região de abrangência:
6. Ano de fundação:
7. Quais fatores motivaram a criação da associação?
8. A associação recebeu apoio de algum órgão ou incentivo do poder público municipal para se organizar e/ou implantar sua infra-estrutura? De que forma?
9. Existe alguma exigência para a filiação de produtores de leite à associação?
10. Número total de associados: __ Grandes: __ Médios: __ Pequenos: __
11. Critérios utilizados para classificar os associados:
12. A associação opera somente com leite líquido, ou também com derivados?
13. Qual a capacidade de armazenamento de leite da associação?
14. Quantos litros de leite são comercializados por dia na associação?
15. Quantos tanques de expansão a associação possui, e qual a capacidade de armazenamento dos mesmos?
16. A associação oferece assistência técnica aos produtores. Em caso afirmativo, qual o número de veterinários e agrônomos?
17. Na associação ocorre a venda de:
 - a) insumos () sim () não
 - b) equipamentos voltados para a produção de leite () não () sim, se sim, quais?
 - c) outros () não () sim, se sim, quais?
18. Quais os principais projetos da associação?
19. De que forma as exigências impostas através da Portaria 56, no que diz respeito à obrigatoriedade do tanque de expansão repercutiram na associação?

20. A associação é viável a um produtor de leite, cuja produção diária seja inferior a 100 litros?
21. Quais as perspectivas da associação, visando a melhorar a comercialização do leite e obter um preço melhor pelo produto?
22. Quais as principais dificuldades que a associação está enfrentando?
23. Existe a perspectiva de realizar a produção e comercialização de derivados lácteos para venda no mercado?
24. Como a associação vê as exigências impostas pelos laticínios e pela legislação que regulamenta a produção de leite no Brasil?

ANEXO IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA

LATICÍNIOS

I- IDENTIFICAÇÃO

1. Nome da empresa:
2. Nome do entrevistado:
3. Função:
4. Nome do proprietário:
5. Município sede:
6. Possui filiais:
7. Área de atuação:
8. Número de funcionários:.....permanentes temporários:.....
9. Ano de fundação:
10. Quais fatores motivaram a instalação da empresa no município?
11. A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar no município?
De que tipo?

II- INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO

11. Quais são os produtos processados pela empresa?
12. Nesta unidade realiza-se: () pasteurização () processamento de subprodutos. Quais?
13. Capacidade diária de processamento de leite:
14. Volume médio processado: na safra:..... na entressafra :.....
15. Proporção de leite pasteurizado.....% e de leite utilizado para elaborar subprodutos:....%
16. Procedência do leite:% próprio município% outros municípios
17. Número de produtores que possuem contrato de entrega de leite à empresa:..... litros de leite entregues por dia:.....
18. Qual a quantidade da produção é comercializada na Região? (%)
19. Fora da Região, qual o destino da produção? Mercado interno (%):____. Quais lugares?
Mercado externo (%)____ Quais lugares?
20. Faturamento Bruto Anual (deste total, qual o percentual é líquido?)

21. A empresa atua em outros ramos de atividade? () não () sim. Se sim, em quais?
22. A empresa enfrenta problemas na comercialização dos produtos? Se sim, quais? O que pode ser feito para amenizar estes problemas?

III- QUESTÕES GERAIS

23. A empresa possui outras unidades? Se sim, em quais municípios, e qual a unidade industrial pode ser considerada mais lucrativa? Por quê?
24. Como a empresa considera o nível de tecnificação do sistema agroindustrial do leite na região?
25. Diante das exigências da Portaria 56, para que todos os produtores de leite utilizem o tanque de expansão, a empresa está tomando alguma medida, para possibilitar a aquisição de tal equipamento pelos produtores de leite?
26. Como o senhor avalia o mercado informal do leite na região?
27. O laticínio continuará a coletar o leite dos produtores que não dispuserem do tanque de expansão? Em caso de resposta negativa, não haverá perdas, no que diz respeito ao volume de leite coletado, uma vez que parcela significativa, principalmente dos pequenos produtores não têm condições de adquirir o equipamento?
28. A empresa possui projetos para ampliar a capacidade de produção e comercialização de leite, ou projetos de outra natureza?
29. Como a empresa avalia o potencial da região para as atividades de pasteurização e de processamento de subprodutos do leite? Quais as perspectivas da empresa em relação ao sistema agroindustrial do leite na região?
30. A empresa tem incentivado a expansão e a melhoria do sistema agroindustrial do leite regional? Se sim, de que forma?
31. Qual o perfil dos produtores que fornecem produtos para a empresa? (grandes, médios ou pequenos?, segundo qual critério de classificação?)
32. Qual o diagnóstico (principais dificuldades) da empresa em relação ao mercado (interno e externo)?
33. Quais fatores possibilitariam um sistema agroindustrial do leite mais dinâmico na região?
34. Na sua opinião, quais as tendências para o sistema agroindustrial do leite nos próximos anos?

ANEXO V

ROTEIRO DE ENTREVISTA

COOLVAP - Cooperativa de laticínios Vale do Paranapanema

Data: __/__/__

Nome do entrevistado:

I- HISTÓRICO DA COOPERATIVA

1. Ano de fundação:
2. Quais os fatores motivaram a criação da cooperativa?
3. A cooperativa recebeu recursos governamentais, da prefeitura ou de outras instituições para a implantação de sua estrutura? Se sim, de que tipo e como foram aplicados?
4. Como o senhor caracterizaria este período?
5. Quais os fatores que levaram a COOLVAP a se associar à Cooperativa Central e posteriormente a se desligar?

II- ESTRUTURA DA COOPERATIVA

6. Nº total de associados: __ Grandes: __ Médios: __ Pequenos: __
7. Quais são os critérios utilizados para classificar os associados:
8. Quantidade de leite entregue por dia:litros
9. Capacidade de processamento: litros/dia
10. Volume médio processado: na safra: litros/dia na entressafra: litros/dia
11. Quais os produtos fabricados na cooperativa?
12. Quando a COOLVAP passou a se dedicar à produção do leite longa vida? E quais as repercussões para a cooperativa para a comercialização deste produto?
13. Raio de atuação da cooperativa. Até onde chegam os produtos com a marca PRUDENTE?
14. Destino da produção: próprio município: %, região: % , outras regiões: %. Especificar quais regiões.
15. Quais municípios e estados contam com lojas da COOLVAP , e de que forma essas lojas atendem aos cooperados?

16. E quanto aos postos de captação de leite, onde eles estão instalados?

II- SERVIÇOS OFERECIDOS AOS COOPERADOS:

17. Assistência técnica () Sim () Não. Se sim, Nº de agrônomos:____Nº de técnicos agrícolas:____

17.1 Venda de insumos () Sim () Não

17.2. Outros () Sim () Não. Se sim, quais?

III- RELAÇÃO DA COOPERATIVA COM OS PRODUTORES

18. A cooperativa realiza a coleta em assentamentos rurais? Em caso afirmativo, há alguma diferença concernente à relação dos assentados e de outros produtores não assentados com a cooperativa?

19. O senhor considera que há alguma diferença entre a relação que a cooperativa mantém com os cooperados e a relação de um laticínio (que não seja cooperativa) com os produtores?

20. A cooperativa contribui para a reprodução social dos produtores de leite na região? Em caso afirmativo, de que forma isso ocorre?

IV- A COOLVAP E A COLETA A GRANEL DE LEITE

21. Como se dá a coleta a granel de leite na área de atuação da cooperativa? Qual a porcentagem dos cooperados que possuem tanque de expansão?

22. A cooperativa tem desempenhado algum projeto visando a aquisição do tanque de expansão pelos produtores? Se sim, de que forma?

23. Os produtores oferecem alguma resistência ao programa de granelização?

24. A cooperativa pretende continuar a captar o leite daqueles produtores que não dispõem do tanque de expansão? Por que?

V- A COOLVAP E A PRODUÇÃO DE LEITE NA REGIÃO

25. Como o senhor caracteriza a influência da cooperativa nos municípios da região?

26. Na sua opinião, qual o potencial da região em relação à produção de leite?

VI- DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DA COOLVAP

27. Quais os principais problemas ou dificuldades que a cooperativa enfrenta atualmente?

28. Em alguns supermercados de Presidente Prudente, verificou-se que o leite longa-vida PRUDENTE estava sendo comercializado a R\$ 0,89. A que se deve este fato?
29. Comente sobre a crise atual enfrentada pela COOLVAP. Quais as suas principais causas?
30. Há perspectivas de que a cooperativa volte a ter o mesmo desempenho que há pouco tempo atrás?
31. Em trabalho de campo realizado no mês de abril de 2003 na região de Presidente Prudente, verificou-se que vários cooperados deixaram de entregar o leite à cooperativa. Comente os principais motivos que levaram a esta situação?
32. Participamos de assembléia ocorrida recentemente na cooperativa e verificamos que a mesma se encontra com um certo endividamento. Quais as principais causas deste problema?
33. Quais as perspectivas da cooperativa para os próximos anos?

ANEXO VI

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 18 DE SETEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos a esta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Exclui-se das disposições desta Instrução Normativa o Leite de Cabra, objeto de regulamentação técnica específica.

Art. 2º A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA expedirá instruções para monitoramento da qualidade do leite aplicáveis aos estabelecimentos que se anteciparem aos prazos fixados para a vigência da presente Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, observados os prazos estabelecidos na Tabela 2 do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Leite Cru Refrigerado.

MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES

ANEXO IV

REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE CRU REFRIGERADO

Alcance

1.1. Objetivo

O presente Regulamento fixa a identidade e os requisitos mínimos de qualidade que deve apresentar o Leite Cru Refrigerado nas propriedades rurais.

1.2. Âmbito de Aplicação

O presente Regulamento se refere ao Leite Cru Refrigerado produzido nas propriedades rurais do território nacional e destinado à obtenção de Leite Pasteurizado para consumo humano direto ou para transformação em derivados lácteos em todos os estabelecimentos de laticínios submetidos a inspeção sanitária oficial.

2. Descrição

2.1. Definições

2.1.1. Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas. O leite de outras espécies deve denominar-se segundo a espécie da qual proceda;

2.1.2. Entende-se por Leite Cru Refrigerado, o produto definido em 2.1.1., refrigerado e mantido nas temperaturas constantes da tabela 2 do presente Regulamento Técnico, transportado em carro-tanque isotérmico da propriedade rural para um Posto de Refrigeração de leite ou estabelecimento industrial adequado, para ser processado.

2.2. Designação (denominação de venda)

Leite Cru Refrigerado.

3. Composição e Qualidade

3.1. Requisitos

3.1.1. Características Sensoriais

3.1.1.1. Aspecto e Cor: líquido branco opalescente homogêneo;

3.1.1.2. Sabor e Odor: característicos. O Leite Cru Refrigerado deve apresentar-se isento de sabores e odores estranhos.

3.1.2. Requisitos gerais

3.1.2.1. Ausência de neutralizantes da acidez e reconstituintes de densidade;

3.1.2.2. Ausência de resíduos de antibióticos e de outros agentes inibidores do crescimento microbiano.

3.1.3. Requisitos Físico-Químicos, Microbiológicos, Contagem de Células Somáticas e Resíduos Químicos:

3.1.3.1. O leite definido no item 2.1.2. deve seguir os requisitos físicos, químicos, microbiológicos, de contagem de células somáticas e de resíduos químicos relacionados nas Tabelas 1 e 2, onde estão também indicados os métodos de análises e frequências correspondentes:

4. Controle Diário de Qualidade do Leite Cru Refrigerado na Propriedade Rural

4.1. Leite de conjunto de produtores, quando do seu recebimento no Estabelecimento Beneficiador (para cada compartimento do tanque):

Temperatura;

- Teste do Álcool /Alizarol na concentração mínima de 72% v/v (setenta e dois por cento

volume/volume);

- Acidez Titulável;
- Índice Crioscópico;
- Densidade Relativa, a 15/15°C;
- Teor de Gordura;
- Pesquisa de Fosfatase Alcalina (quando a matéria-prima for proveniente de Usina e ou Fábrica);
- Pesquisa de Peroxidase (quando a matéria-prima for proveniente de Usina e ou Fábrica);
- % de ST e de SNG;
- Pesquisa de Neutralizantes da Acidez e de Reconstituintes da Densidade;
- outras pesquisas que se façam necessárias.

5. Aditivos e Coadjuvantes de Tecnologia/Elaboração

Não se admite nenhum tipo de aditivo ou coadjuvante.

6. Contaminantes

O leite deve atender a legislação vigente quanto aos contaminantes orgânicos, inorgânicos e os resíduos biológicos.

7. Higiene

7.1. Condições Higiênicas - Sanitárias Gerais para a Obtenção da Matéria-Prima:

Devem ser seguidos os preceitos contidos no "Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos, item 3: Dos Princípios Gerais Higiênico-Sanitários das Matérias-Primas para Alimentos Elaborados/Industrializados", aprovado pela Portaria nº 368/97 - MA, de 04 de setembro de 1997, para os seguintes itens:

7.1.1. Localização e adequação dos currais à finalidade;

7.1.2. Condições gerais das edificações (área coberta, piso, paredes ou equivalentes), relativas à prevenção de contaminações;

7.1.3. Controle de pragas;

7.1.4. Água de abastecimento;

7.1.5. Eliminação de resíduos orgânicos;

7.1.6. Rotina de trabalho e procedimentos gerais de manipulação;

7.1.7. Equipamentos, vasilhame e utensílios;

7.1.8. Proteção contra a contaminação da matéria-prima;

7.1.9. Acondicionamento, refrigeração, estocagem e transporte.

7.2. Condições Higiênico-Sanitárias Específicas para a Obtenção da Matéria-Prima:

7.2.1. As tetas do animal a ser ordenhado devem sofrer prévia lavagem com água corrente, seguindo-se secagem com toalhas descartáveis e início imediato da ordenha, com descarte dos jatos iniciais de leite em caneca de fundo escuro ou em outro recipiente específico para essa finalidade. Em casos especiais, como os de alta prevalência de mamite causada por microrganismos do ambiente, pode-se adotar o sistema de desinfecção das tetas antes da ordenha, mediante técnica e produtos desinfetantes apropriados, adotando-se cuidados para evitar a transferência de resíduos desses produtos para o leite (secagem criteriosa das tetas antes da ordenha);

7.2.2. Após a ordenha, desinfetar imediatamente as tetas com produtos apropriados. Os animais devem ser mantidos em pé pelo tempo necessário para que o esfíncter da teta volte a se fechar. Para isso, recomenda-se oferecer alimentação no cocho após a ordenha;

7.2.3. O leite obtido deve ser coado em recipiente apropriado de aço inoxidável, náilon, alumínio ou plástico atóxico e refrigerado até a temperatura fixada neste Regulamento, em até 3 h (três horas);

7.2.4. A limpeza do equipamento de ordenha e do equipamento de refrigeração do leite deve ser feita de acordo com instruções do fabricante, usando-se material e utensílios adequados, bem como detergentes inodoros e incolores.

8. Transporte

Para o seu transporte, deve ser aplicado o Regulamento Técnico para Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel.

9. Identificação/Rotulagem

Deve ser observada a legislação específica.

10. Métodos de Análise

Os métodos de análises oficiais são os indicados nas tabelas 1 e 2.

11. Colheita de Amostras

Devem ser seguidos os procedimentos padronizados recomendados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de Instrução Normativa, ou por delegação deste à Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite ou Instituição Oficial de Referência.

12. Laboratórios credenciados para realização das análises de caráter oficial:

As determinações analíticas de caráter oficial previstas nas tabelas 1 e 2 do presente Regulamento devem ser realizadas exclusivamente pelas Unidades Operacionais integrantes da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite, constituída através da Instrução Normativa nº 37/2002, de 18 de abril de 2002 (D.O.U. de 19.4.2002), ou integrantes da Coordenação de Laboratório Animal (CLA), do Departamento de Defesa Animal (DDA), vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou por este credenciada.

13. Disposições Gerais

13.1. A coleta de amostras nos tanques de refrigeração individuais localizados nas propriedades rurais e nos tanques comunitários, o seu encaminhamento e o requerimento para realização de análises laboratoriais de caráter oficial, dentro da frequência e para os itens de qualidade estipulados na Tabela 2 deste Regulamento, devem ser de responsabilidade e correr às expensas do estabelecimento que primeiramente receber o leite de produtores individuais;

13.2. Fica facultado aos estabelecimentos de laticínios anteciparem-se aos prazos fixados na Tabela 2 do presente Regulamento. Para tanto, devem:

13.2.1. Observar o disposto no item 13.1., acima;

13.2.2. Atender os demais instrumentos legais pertinentes;

13.2.3. Apresentar solicitação e receber autorização específica para tal, a ser concedida pelo SIF/DIPOA através de procedimento próprio;

13.3. O controle da qualidade do Leite Cru Refrigerado na propriedade rural ou em tanques comunitários, nos termos do presente Regulamento e dos demais instrumentos legais pertinentes ao assunto, somente será reconhecido pelo sistema oficial de inspeção sanitária a que estiver ligado o estabelecimento, quando realizado exclusivamente em unidade operacional da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite;

13.4. O SIF/DIPOA, a seu critério, pode colher amostras de leite cru refrigerado na propriedade rural para realização de análises fiscais em Laboratório Oficial do MAPA ou em Unidade Operacional credenciada da Rede Brasileira, referida no item 12, acima. Quando necessário recorrer esta última alternativa, os custos financeiros decorrentes da realização das análises laboratoriais e da remessa dos resultados analíticos ao Fiscal Federal Agropecuário responsável pela colheita das amostras devem correr por conta da Unidade Operacional credenciada utilizada;

13.5. Durante o período de tempo entre a publicação do presente Regulamento e da sua entrada em vigor, de acordo com os prazos estipulados na Tabela 2, os produtores rurais e ou os estabelecimentos de laticínios que não optarem pela adesão antecipada a esta legislação podem utilizar os serviços da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite para monitorizar a evolução da qualidade do leite;

13.6. Admite-se o transporte do leite em latões ou tarros e em temperatura ambiente, desde que:

13.6.1. O estabelecimento processador concorde em aceitar trabalhar com esse tipo de matéria-prima;

13.6.2. A matéria-prima atinja os padrões de qualidade fixadas no presente Regulamento Técnico, a partir dos prazos constantes da Tabela 2;

13.6.3. O leite seja entregue ao estabelecimento processador no máximo até 2h (duas horas) após a conclusão da ordenha.

ANEXO V

REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE PASTEURIZADO

1. Alcance

1.1. Objetivo

Fixar a identidade e os requisitos mínimos de qualidade que deve ter o Leite Pasteurizado, sendo permitida a produção de outros tipos de leite pasteurizado desde que definidos em regulamentos técnicos de identidade e qualidade específicos.

2. Descrição

2.1. Definições

2.1.1. Leite Pasteurizado é o leite fluido elaborado a partir do Leite Cru Refrigerado na propriedade rural, que apresente as especificações de produção, de coleta e de qualidade dessa matéria-prima contidas em Regulamento Técnico próprio e que tenha sido transportado a granel até o estabelecimento processador;

2.1.1.1 O Leite Pasteurizado definido no item 2.1.1. deste Regulamento Técnico deve ser classificado quanto ao teor de gordura como integral, padronizado a 3% m/m (três por cento massa/massa), semidesnatado ou desnatado, e, quando destinado ao consumo humano direto na forma fluida, submetido a tratamento térmico na faixa de temperatura de 72 a 75°C (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) durante 15 a 20s (quinze a vinte segundos), em equipamento de pasteurização a placas, dotado de painel de controle com termo-registrador e termo-regulador automáticos, válvula automática de desvio de fluxo, termômetros e torneiras de prova, seguindo-se resfriamento imediato em aparelhagem a placas até temperatura igual ou inferior a 4°C (quatro graus Celsius) e envase em circuito fechado no menor prazo possível, sob condições que minimizem contaminações;

2.1.1.2. Imediatamente após a pasteurização o produto assim processado deve apresentar teste negativo para fosfatase alcalina, teste positivo para peroxidase e coliformes 30/350C (trinta/trinta e cinco graus Celsius) menor que 0,3 NMP/ml (zero vírgula três Número Mais Provável /mililitro) da amostra;

2.1.1.3. Podem ser aceitos outros binômios para o tratamento térmico acima descrito, equivalentes ao da pasteurização rápida clássica e de acordo com as indicações tecnológicas pertinentes, visando a destinação do leite para a elaboração de derivados lácteos.

2.1.1.4. Em estabelecimentos de laticínios de pequeno porte pode ser adotada a pasteurização lenta

(“Low Temperature, Long Time” - LTLT, equivalente à expressão em vernáculo “Baixa Temperatura/Longo Tempo”) para produção de Leite Pasteurizado para abastecimento público ou para a produção de derivados lácteos, nos termos do presente Regulamento, desde que:

2.1.1.4.1. O equipamento de pasteurização a ser utilizado cumpra com os requisitos ditados pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos Animal - RIISPOA ou em Regulamento Técnico específico, no que for pertinente;

2.1.1.4.2. O envase seja realizado em circuito fechado, no menor tempo possível e sob condições que minimizem contaminações;

2.1.1.4.3. A matéria-prima satisfaça às especificações de qualidade estabelecidas pela legislação referente à produção de Leite Pasteurizado, excetuando-se a refrigeração do leite e o seu transporte a granel, quando o leite puder ser entregue em latões ou tarros e em temperatura ambiente ao estabelecimento processador no máximo 2 (duas) horas após o término da ordenha;

2.1.1.4.4. Não é permitida a pasteurização lenta de leite previamente envasado em estabelecimentos sob inspeção sanitária federal.

2.2. Classificação

De acordo com o conteúdo da matéria gorda, o leite pasteurizado classifica-se em:

2.2.1. Leite Pasteurizado Integral;

2.2.2. Leite Pasteurizado Padronizado;

2.2.3. Leite Pasteurizado Semidesnatado;

2.2.4. Leite Pasteurizado Desnatado.

2.3. Designação (denominação de venda)

Deve ser denominado “Leite Pasteurizado Integral, Padronizado, Semidesnatado ou Desnatado”, de acordo com a classificação mencionada no item 2.2.

Deve constar na rotulagem a expressão "Homogeneizado", quando o produto for submetido a esse tratamento.

3. Composição e Requisitos

3.1. Composição

3.1.1. Ingrediente Obrigatório

Leite Cru Refrigerado na propriedade rural e transportado a granel;

3.2. Requisitos

3.2.1. Características sensoriais

3.2.1.1. Aspecto: líquido;

3.2.1.2. Cor: branca;

3.2.1.3. Odor e sabor: característicos, sem sabores nem odores estranhos.

3.2.2

3.2.3. Acondicionamento

O Leite Pasteurizado deve ser envasado com materiais adequados para as condições previstas de armazenamento e que garantam a hermeticidade da embalagem e proteção apropriada contra a contaminação.

4. Aditivos e Coadjuvantes de Tecnologia/Elaboração

Não é permitida a utilização.

5. Contaminantes

Os contaminantes orgânicos e inorgânicos presentes não devem superar os limites estabelecidos pela legislação específica.

6. Higiene

6.1. Considerações Gerais:

6.1.1. Todo equipamento, após a utilização, deve ser cuidadosamente lavado e sanitizado, de acordo com Procedimentos Padronizados de Higiene Operacional (PPHO). A realização desses procedimentos deve ser registrada em documentos específicos, caracterizando a padronização e garantia da qualidade, para gerar rastreabilidade e confiabilidade, a exemplo do processo de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC.

6.1.2. Ademais, as práticas de higiene para elaboração do produto devem estar de acordo com o estabelecido no Código Internacional Recomendado de Práticas, Princípios Gerais de Higiene dos Alimentos (CAC/RCP I -1969, Rev. 3, 1997), além do disposto no "Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos", aprovado pela Portaria nº 368/97 - MA, de 04 de setembro de 1997.

6.2.. Critérios Macroscópicos e Microscópicos

Ausência de qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos.

7. Pesos e Medidas

Deve ser aplicada a legislação específica.

8. Rotulagem

8.1. Deve ser aplicada a legislação específica.

8.2. O produto deve ser rotulado como “Leite Pasteurizado Integral”, “Leite Pasteurizado Padronizado”, “Leite Pasteurizado Semidesnatado” e “Leite Pasteurizado Desnatado”, segundo o tipo correspondente.

8.3. Deve ser usada a expressão “Homogeneizado” quando for o caso.

9. Expedição e Transporte do Leite Pasteurizado

9.1. A expedição do Leite Pasteurizado deve ser conduzida sob temperatura máxima de 4°C (quatro graus Celsius), mediante seu acondicionamento adequado, e levado ao comércio distribuidor através de veículos com carroçarias providas de isolamento térmico e dotadas de unidade frigorífica, para alcançar os pontos de venda com temperatura não superior a 7°C (sete graus Celsius).

10. Métodos de Análise

10.1. Os métodos de análises recomendados são os indicados no item 3.2.2. do presente Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade. Esses métodos são de referência, podendo ser utilizados outros métodos de controle operacional, desde que conhecidos os seus desvios e correlações em relação aos respectivos métodos de referência.

11. Amostragem

Devem ser seguidos os procedimentos recomendados na norma FIL 50 C: 1995.

ANEXO VI

REGULAMENTO TÉCNICO DA COLETA DE LEITE CRU REFRIGERADO E SEU TRANSPORTE A GRANEL

1. Alcance

1.1. Objetivo

Fixar as condições sob as quais o Leite Cru Refrigerado, independentemente do seu tipo, deve ser coletado na propriedade rural e transportado a granel, visando promover a redução geral de custos de obtenção e, principalmente, a conservação de sua qualidade até a recepção em estabelecimento submetido a inspeção sanitária oficial.

2. Descrição

2.1. Definição

2.1.1. O processo de coleta de Leite Cru Refrigerado a Granel consiste em recolher o produto em caminhões com tanques isotérmicos construídos internamente de aço inoxidável, através de mangote flexível e bomba sanitária, acionada pela energia elétrica da propriedade rural, pelo sistema de transmissão ou caixa de câmbio do próprio caminhão, diretamente do tanque de refrigeração por expansão direta ou dos latões contidos nos refrigeradores de imersão.

3. Instalações e Equipamentos de Refrigeração

3.1. Instalações: deve existir local próprio e específico para a instalação do tanque de refrigeração e armazenagem do leite, mantido sob condições adequadas de limpeza e higiene, atendendo, ainda, o seguinte:

ser coberto, arejado, pavimentado e de fácil acesso ao veículo coletor, recomendando-se isolamento por paredes;

- ter iluminação natural e artificial adequadas;
- ter ponto de água corrente de boa qualidade, tanque para lavagem de latões (quando utilizados) e de utensílios de coleta, que devem estar reunidos sobre uma bancada de apoio às operações de coleta de amostras;
- a qualidade microbiológica da água utilizada na limpeza e sanitização do equipamento de refrigeração e utensílios em geral constitui ponto crítico no processo de obtenção e refrigeração do leite, devendo ser adequadamente clorada.

3.2. Equipamentos de Refrigeração

3.2.1. Devem ter capacidade mínima de armazenar a produção de acordo com a estratégia de coleta;

3.2.2. Em se tratando de tanque de refrigeração por expansão direta, ser dimensionado de modo tal que permita refrigerar o leite até temperatura igual ou inferior a 4°C (quatro graus Celsius) no tempo máximo de 3h (três horas) após o término da ordenha, independentemente de sua capacidade;

3.2.3. Em se tratando de tanque de refrigeração por imersão, ser dimensionado de modo tal que permita refrigerar o leite até temperatura igual ou inferior a 7°C (sete graus Celsius) no tempo máximo de 3h (três horas) após o término da ordenha, independentemente de sua capacidade;

3.2.4. O motor do refrigerador deve ser instalado em local arejado;

3.2.5. Os tanques de expansão direta devem ser construídos e operados de acordo com Regulamento Técnico específico.

4. Especificações Gerais para Tanques Comunitários

4.1. Admite-se o uso coletivo de tanques de refrigeração a granel ("tanques comunitários"), por

produtores de leite, desde que baseados no princípio de operação por expansão direta. A localização do equipamento deve ser estratégica, facilitando a entrega do leite de cada ordenha no local onde o mesmo estiver instalado;

4.2. Não é permitido acumular, em determinada propriedade rural, a produção de mais de uma ordenha para enviá-la uma única vez por dia ao tanque comunitário;

4.3. Não são admitidos tanques de refrigeração comunitários que operem pelo sistema de imersão de latões;

4.4. Os latões devem ser higienizados logo após a entrega do leite, através do enxágüe com água corrente e a utilização de detergentes biodegradáveis e escovas apropriadas;

4.5. A capacidade do tanque de refrigeração para uso coletivo deve ser dimensionada de modo a propiciar condições mais adequadas de operacionalização do sistema, particularmente no que diz respeito à velocidade de refrigeração da matéria-prima.

5. Carro com tanque isotérmico para coleta de leite a granel

5.1. Além das especificações gerais dos carros-tanque, contidas no presente Regulamento ou em legislação específica, devem ser observadas mais as seguintes:

5.1.1. A mangueira coletora deve ser constituída de material atóxico e apto para entrar em contato com alimentos, apresentar-se internamente lisa e fazer parte dos equipamentos do carro-tanque;

5.1.2. No caso da coleta de diferentes tipos de leite, a propriedade produtora de Leite tipo B deve dispor do equipamento necessário ao bombeamento do leite até o caminhão-tanque;

5.1.3. Deve ser provido de caixa isotérmica de fácil sanitização para transporte de amostras e local para guarda dos utensílios e aparelhos utilizados na coleta;

5.1.4. Deve ser dotado de dispositivo para guarda e proteção da ponteira, da conexão e da régua de medição do volume de leite;

5.1.5. Deve ser, obrigatoriamente, submetido à limpeza e sanitização após cada descarregamento, juntamente com os seus componentes e acessórios.

6. Procedimentos de Coleta

6.1. O funcionário encarregado da coleta deve receber treinamento básico sobre higiene, análises preliminares do produto e coleta de amostras, podendo ser o próprio motorista do carro-tanque. Deve estar devidamente uniformizado durante a coleta. A ele cabe rejeitar o leite que não atender às exigências, o qual deve permanecer na propriedade;

6.2. A transferência do leite do tanque de refrigeração por expansão direta para o carro-tanque deve se processar sempre em circuito fechado;

6.3. São permitidas coletas simultâneas de diferentes tipos de leite, desde que sejam depositadas em compartimentos diferenciados e devidamente identificados;

6.4. O tempo transcorrido entre a ordenha inicial e seu recebimento no estabelecimento que vai beneficiá-lo (pasteurização, esterilização, etc.) deve ser no máximo de 48h (quarenta e oito horas), independentemente do seu tipo, recomendando-se como ideal um período de tempo não superior a 24h (vinte e quatro horas);

6.5. A eventual passagem do Leite Cru Refrigerado na propriedade rural por um Posto de Refrigeração implica sua refrigeração em equipamento a placas até temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius), admitindo-se sua permanência nesse tipo de estabelecimento pelo período máximo de 6h (seis horas);

6.6. A passagem do Leite Cru tipo C, enquanto perdurar a sua produção, por um Posto de Refrigeração implica sua refrigeração em equipamento a placas até temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius), admitindo-se sua permanência nesse tipo de estabelecimento pelo período máximo de 24h (vinte e quatro horas);

6.7. Antes do início da coleta, o leite deve ser agitado com utensílio próprio e ter a temperatura anotada, realizando-se a prova de alizarol na concentração mínima de 72% v/v (setenta e dois por cento volume/volume). Em seguida deve ser feita a coleta da amostra, bem como a sanitização do engate da mangueira e da saída do tanque de expansão ou da ponteira coletora de aço inoxidável. A coleta do leite refrigerado deve ser realizada no local de refrigeração e armazenagem do leite;

6.8. Após a coleta, a mangueira e demais utensílios utilizados na transferência do leite devem ser enxaguados para retirada dos resíduos de leite. Para limpeza e sanitização do tanque de refrigeração por expansão direta, seguir instruções do fabricante do equipamento. O enxágüe final deve ser realizado com água em abundância;

6.9. No caso de tanque de expansão comunitário, o responsável pela recepção do leite e manutenção das suas adequadas condições operacionais deve realizar a prova do alizarol na concentração mínima de 72% v/v (setenta e dois por cento volume/volume) no leite de cada latão antes de transferir o seu conteúdo para o tanque, no próprio interesse de todos os seus usuários;

6.10. As amostras de leite a serem submetidas a análises laboratoriais devem ser transportadas em caixas térmicas higienizáveis, na temperatura e demais condições recomendadas pelo laboratório que procederá às análises;

6.11. A temperatura e o volume do leite devem ser registrados em formulários próprios;

6.12. As instalações devem ser limpas diariamente. As vassouras utilizadas na sanitização do piso devem ser exclusivas para este fim;

6.13. O leite que apresentar qualquer anormalidade ou não estiver refrigerado até a temperatura máxima admitida pela legislação em vigor não deve ser coletado a granel.

7. Controle no Estabelecimento Industrial

7.1. A temperatura máxima do Leite Cru Refrigerado no ato de sua recepção no estabelecimento processador é a estabelecida no Regulamento Técnico específico;

7.2. As análises laboratoriais de cada compartimento dos carros-tanque devem ser realizadas no

mínimo de acordo com a frequência especificada para os produtores nos Regulamentos Técnicos de cada tipo de leite;

7.3. O Serviço de Inspeção Federal - SIF/DIPOA pode determinar a alteração dessa frequência mínima, abrangendo total ou parcialmente os tipos de análises indicadas para cada tipo de leite, sempre que constatar desvios graves nos dados analíticos obtidos ou que ficar evidenciado risco à saúde pública;

7.4. Para recepção de diferentes tipos de leite, a plataforma deve descarregar primeiramente o Leite tipo B ou efetuar a sanitização após a recepção de outros tipos de leite ou, ainda, utilizar linhas separadas para a sua recepção;

7.5. No descarregamento do leite contido nos carros - tanques, podem ser utilizadas mangueiras no comprimento estritamente necessário para efetuar as conexões. Tais mangueiras devem apresentar as características de acabamento mencionadas neste Regulamento;

7.6. O leite refrigerado a granel pode ser recebido a qualquer hora, de comum acordo com a empresa, observados os prazos de permanência na propriedade/estabelecimentos intermediários e as temperaturas de refrigeração.

8. Procedimentos para Leite com Problema

8.1. O leite do produtor cujas análises revelarem problemas deve ser, obrigatoriamente, submetido a nova coleta para análises no dia subsequente. Nesse caso, o produtor deve ser comunicado da anormalidade e o leite não deve ser coletado a granel.

8.2. Fica a critério da empresa retirar esse leite separadamente ou deixar que seja entregue pelo próprio produtor diretamente na plataforma de recepção, no horário regulamentar, onde deve ser submetido às análises laboratoriais.

8.3. O leite com problema deve sofrer destinação conforme Plano de Controle de Qualidade do estabelecimento, que deve tratar da questão baseando-se nos Critérios de Julgamento de Leite e Produtos Lácteos, do SIF/DIPOA.

9. Obrigações da Empresa

9.1. A interessada deve manter formalizado e atualizado seu Programa de Coleta a Granel, onde constem:

9.1.1 Nome do produtor, volume e tipo de leite, capacidade do refrigerador, horário e frequência de coleta;

9.1.2. Rota da linha granelizada, inserida em mapa de localização;

9.1.3. Programa de Controle de Qualidade da matéria-prima, por conjunto de produtores e se necessário, por produtor, observando o estabelecido nos Regulamentos Técnicos;

9.1.4. A empresa deve implantar um programa de educação continuada dos participantes;

9.1.5. Para fins de rastreamento da origem do leite, fica expressamente proibida a recepção de Leite

Cru Refrigerado transportado em veículo de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas independentes ou não vinculadas formal e comprovadamente ao Programa de Coleta a Granel dos estabelecimentos sob Serviço de Inspeção Federal (SIF) que realizem qualquer tipo de processamento industrial ao leite, incluindo-se sua simples refrigeração.

10. Disposições Gerais

10.1. O produtor integrante de um Programa de Granelização está obrigado a cumprir as especificações do presente Regulamento Técnico. Seu descumprimento parcial ou total pode acarretar, inclusive, seu afastamento desse Programa.

* * *

São Paulo, setembro de 2002